

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MULHERES EM MOVIMENTO: ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A
LIDERANÇA DAS MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO
DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Priscila Larratea Goyeneche

Florianópolis, fevereiro de 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MULHERES EM MOVIMENTO: ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A
LIDERANÇA DAS MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO
DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Monografia submetida ao Departamento de Serviço Social para obtenção de carga horária na disciplina DSS5330 – Trabalho de Conclusão de Curso.

Por: Priscila Larratea Goyeneche

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Teresa Kleba Lisboa

Área de Pesquisa: Relações de Gênero

Palavras-chave: 1 – Movimentos Sociais;
2 – Relações de Gênero;
3 – Lideranças femininas.

Florianópolis, fevereiro de 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **9,5** a acadêmica PRISCILA LARRATEA GOYENECHÉ na Disciplina DSS 5330 – Trabalho de Conclusão de Curso, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Teresa Kleba Lisboa
Presidente

Prof^a. Me. Simone Lolatto
Membro

Prof. Dr^a. Maria Teresa dos Santos
Membro

RESUMO

Nas últimas décadas, vimos crescer a participação e a organização das mulheres em movimentos sociais reivindicatórios, lutando por igualdade nas relações de gênero, seja em suas vidas, no cotidiano ou em sua comunidade, bem como pela satisfação de necessidades básicas e melhoria na qualidade de vida de toda sociedade. O objetivo desta pesquisa é entender como se dá a inserção de algumas mulheres nesta luta, como atingem postos de liderança, quais as reais motivações e ainda os principais desafios encontrados no exercício de suas lideranças. Trata-se de uma pesquisa exploratória, que propõe dar visibilidade a estas líderes femininas. O método utilizado é o qualitativo e o estudo se deu através de pesquisa bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas, realizadas com nove mulheres da região da grande Florianópolis. A pesquisa subdivide-se em três partes principais, em que a primeira e segunda buscam expor as principais discussões em torno dos temas relacionados ao estudo de campo específico, a saber, movimentos sociais, relações de gênero, relações público *versus* privado, participação feminina; e liderança feminina. Na segunda parte é feita a descrição do projeto em questão e a análise à luz das discussões tratadas anteriormente. Finalmente, conclui-se que mulheres de diferentes origens e culturas, portadoras das mais diversas bagagens, vêm reconhecendo-se como sujeitos plurais e reivindicando a condição de participantes ativas na construção de uma história coletiva. São mulheres que dividem seu tempo entre o trabalho doméstico, o trabalho assalariado com as horas dedicadas ao movimento, e o fazem com um estilo próprio de liderança, baseado em valores éticos - políticos, resgatando, assim, a questão da subjetividade.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Relações de Gênero; Liderança Feminina.

AGRADECIMENTOS

Deixo meus agradecimentos primeiramente àquelas que foram indispensáveis a realização deste trabalho – as lideranças femininas.

À empresa onde trabalho, e às pessoas que fazem parte dela, que sempre estiveram dispostas a me ouvir e a me ajudar.

À minha mãe, que mesmo sofrendo, agüentou minha ausência devido à falta de tempo, mas, mesmo à distância, manteve seus cuidados e preocupações maternas.

Tenho muito a agradecer também a duas professoras, em especial, à primeira, minha supervisora de campo, Professora Vera Herweg Westphal, que sempre esteve disponível e foi acolhedora, esclarecendo minhas dúvidas e me orientado sempre que foi necessário, além de ter sido uma amiga e uma conselheira. À segunda, professora Teresa Kleba Lisboa, minha orientadora neste trabalho, a qual desde o primeiro contato aceitou me orientar nesta jornada, compreendendo minhas dificuldades em termos de tempo, e assim, não hesitando em atender-me nos mais diversos horários e inclusive em sua residência durante suas férias. Com ela, seguirei caminhando e aprendendo por mais dois anos, durante meu mestrado. Obrigada, professora!

Às colegas de graduação que partilharam esta jornada comigo, em especial, àquelas, que, além de colegas, foram amigas, partilhando angústias e frustrações, além de garantir momentos de extrema diversão e alegria: Nínive Degasperri, Tatiana de Godoy, Karina Andrada, Paula Buratte, Helaine Silva, Priscila Silveira, Leticia Braz, Gisele Trento, dentre outras (os) que fariam com que esta lista ocupasse toda a página.

Aos queridos amigos, que sempre me incentivaram e colocaram-se a meu lado para o que fosse necessário: Camila e Maurício, Eliane e Reinaldo, Renata e Carlos, Leda e Flávio.

À UFECO, que possibilitou minha inserção e aproximação da realidade das organizações populares e das lideranças femininas.

E, finalmente, àquele que me deu amor e colo durante os momentos mais difíceis, meu marido, Rinald, que esteve sempre presente, me incentivando, apoiando, ensinando e ajudando, sendo compreensivo; soube me ouvir e tranquilizar quando necessitei.

*À minha avó materna Catharina,
que foi levada cedo demais deste
mundo para poder dividir comigo
esta conquista.*

SUMÁRIO

RESUMO	IV
LISTA DE FIGURAS	VIII
LISTA DE QUADROS	VIII
LISTA DE TABELAS.....	VIII
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 MOVIMENTOS SOCIAIS, DA PARTICIPAÇÃO À LIDERANÇA.....	14
2.1 Movimentos Sociais e Democratização: Emergência e consolidação	14
2.1.1 <i>Movimentos Sociais: Velhas e Novas Tendências</i>	18
2.2 Mulheres em Movimento	22
2.2.1 <i>Movimentos Feministas</i>	23
2.2.1.1 Feminismo no mundo.....	24
2.2.1.2 Feminismo no Brasil	27
2.2.2 <i>Movimentos de Mulheres</i>	30
3 A EMERGÊNCIA DAS LIDERANÇAS FEMININAS JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS	35
3.1 Movimentos Sociais Urbanos.....	35
3.2 O Despertar da Liderança: saída da esfera privada para o espaço público	39
3.3 As Implicações das Relações de Gênero no exercício da liderança feminina	42
3.4 Liderança Feminina: Um Conceito em Construção.....	51
3.4.1 <i>Como conceituar liderança? Quais as características necessárias ao exercício da liderança?..</i>	<i>51</i>
3.4.2 <i>Liderança Transformadora</i>	<i>56</i>
4 A LIDERANÇA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – MARCANDO DIFERENÇAS?.....	61
4.1.1 <i>Perfil socioeconômico das lideranças entrevistadas</i>	<i>66</i>
4.1.2 <i>Fatores limitantes ao exercício da liderança feminina</i>	<i>69</i>
4.1.3 <i>Vocação e Profissão</i>	<i>82</i>
4.1.4 <i>Liderança feminina marcando as diferenças</i>	<i>86</i>
4.2 Público e Privado: Conciliando os Dois Espaços	89
5 CONCLUSÃO.....	95
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS	104
ANEXO A – Roteiro de Entrevista	
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ESTADO CONJUGAL (FONTE: ENTREVISTA REALIZADA COM AS LÍDERES).	66
FIGURA 2 – FILHOS (FONTE: ENTREVISTA REALIZADA COM AS LÍDERES).....	67
FIGURA 3 – ESCOLARIDADE (FONTE: ENTREVISTA REALIZADA COM AS LÍDERES).....	68
FIGURA 4 – FONTES DE RENDA (FONTE: ENTREVISTA REALIZADA COM AS LÍDERES).	68

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE TRABALHO DOMÉSTICO E PÚBLICO.....	49
QUADRO 2 - COMPARAÇÃO ENTRE LIDERANÇAS CONVENCIONAL E TRANSFORMADORA	59
QUADRO 3 – MOVIMENTOS DE ATUAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS.....	64
QUADRO 4 – ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO RELATIVOS À LIDERANÇA.....	80

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – MÉDIA DE IDADE DOS FILHOS	67
---	-----------

1 INTRODUÇÃO

Eu, mulher, filha de pai ausente venho de uma família onde as mulheres sempre chefiaram e administraram seus lares. Por isso, desde muito cedo, identifiquei-me com as lutas femininas, por sentir muitas vezes na pele situações que refletiam as desigualdades de gênero. Porém, minhas heroínas pessoais sempre estiveram confinadas ao mundo privado, espaço designado culturalmente, através da história, às mulheres.

Em meu último ano de graduação em Serviço Social, pela Universidade Federal de Santa Catarina, realizei meu Estágio Curricular Obrigatório no Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP do Departamento de Serviço Social da UFSC. A prática do mesmo se deu junto à União Florianopolitana das Entidades Comunitárias - UFECO, tendo o seu início em Março e seu término em Dezembro de 2007.

O NESSOP caracteriza-se como um espaço acadêmico de reflexão teórico-metodológica e de ação interventiva do Serviço Social, eticamente comprometido com o atendimento às demandas sociopolíticas das organizações sócio-comunitárias em seus projetos de construção e ampliação da cidadania, de exercício da democracia participativa e de articulação das lutas sociais por qualidade de vida na Cidade.

A demanda do NESSOP surge de sua relação com sujeitos identificados com a temática e a prática popular, especialmente em seus processos de gestão e organização sócio-comunitárias.

Um dos objetivos da Instituição, ao abrir campo de estágio na área do Serviço Social, é de poder contribuir para a formação de profissionais comprometidos com o projeto ético-político da profissão: teórico-metodologicamente e técnico-operativamente fundamentados.

Como estagiária do NESSOP, durante o decorrer de meu período de estágio, pude constatar que uma das funções do Serviço Social dentro da Instituição é de “elaborar, executar e coordenar atividades e projetos que visem à garantia e à construção da cidadania, através da pesquisa, do ensino e da extensão direcionada às organizações populares, de maneira a preservar e promover a qualidade de vida no meio urbano”, o que se evidencia no Plano de Ação do Núcleo para o Biênio de 2007/2008¹.

Os trabalhos do Núcleo também objetivam viabilizar a participação, a democracia, a construção de vínculos com os movimento sócio-comunitário para desenvolver o aperfeiçoamento de sujeitos coletivos com base em um trabalho social de caráter emancipatório e político.

Os sujeitos demandantes de ações do NESSOP são bastante heterogêneos e, devido a isso, o Serviço Social se amplia. Com isso, durante o estágio tivemos de abranger necessidades diversas e constantemente refletir sobre nossa ação, buscando uma prática coerente com a realidade dos sujeitos com os quais trabalhávamos.

Um das finalidades do NESSOP, como campo de estágio, é a formação profissional dos (as) acadêmicos (as) do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, num esforço de articular ensino, pesquisa e extensão mediados pela realidade social. Essa realidade, cujas mudanças e transformações operadas no tecido social repercutem diretamente no cotidiano dos movimentos sociais, é um desdobramento da Questão Social mais ampla. Essa, por sua vez, é caracterizada pela desigualdade social, que atinge, sobremaneira, as organizações populares que se mobilizam no seu enfrentamento.

Desta forma, com o entendimento de que o momento de elaboração e implementação do Plano Diretor no município se dá num cenário propício à ampliação da esfera pública e fortalecimento do controle social por parte da sociedade civil, e que, portanto, requer uma participação popular qualificada para o debate das problemáticas no cenário urbano, a UFECO, com a assessoria do NESSOP, promoveu em 2007 seminários regionais, intitulados: “O Direito à Cidade e o Plano Diretor Integrado e Participativo de Florianópolis”. Ocorreram no total cinco seminários, de maneira que todas as regiões do Município foram contempladas. Com isso, o estágio se efetivou na perspectiva de assessorar a UFECO na intervenção

¹ Plano de Ação do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP - Biênio 2007/2008 - brochura informativa NESSOP, 2007

qualificada junto à suas bases, bem como na formação de lideranças, com vistas a capacitar e formar as bases para que pudessem participar da construção do Plano Diretor Participativo e Integrado de Florianópolis.

Assim, durante o período de estágio, fui sendo inserida no cotidiano da UFECO e de suas bases, conhecendo os espaços por onde transitavam, descobrindo subjetividades, compartilhando esperanças e também incertezas.

A descoberta da realidade dos movimentos sociais durante o estágio foi acontecendo a partir do contato com a UFECO, primeiramente através de reuniões e telefonemas, e em seguida com o processo de mobilização para os Seminários, onde foram feitas visitas às comunidades e contatos telefônicos e eletrônicos com as associações de bairro e conselhos comunitários - bases da UFECO. O desenvolvimento e execução dos Seminários Regionais foram momentos ricos de aproximação à realidade das organizações populares.

Foi desta maneira que durante o período de estágio, observando o cotidiano dos membros da UFECO e de suas bases que atentei para o comportamento de algumas das mulheres membros da Entidade, bem como daquelas que pude conhecer durante a realização dos Seminários Regionais. Mulheres que “ousaram” deixar o espaço privado e adentraram o espaço público, mulheres que ocupavam cargos de liderança em um Movimento Social Urbano. Com isto, vários questionamentos surgiram, me instigando a realizar esta pesquisa, e ainda conhecer melhor estas lideranças voluntárias e militantes da UFECO e de suas bases, bem como entender o que as levou a se inserir em um Movimento Social Urbano, e quais os desafios que enfrentaram e ainda enfrentam para exercerem suas lideranças.

Embora os primeiros questionamentos tenham surgido em relação às mulheres militantes da UFECO (e bases), este estudo não se limitou a elas. Tive a oportunidade durante este mesmo período de estágio de conhecer através de outro Núcleo do Departamento de Serviço Social, o NUSSERGE - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Relações de Gênero, outras lideranças femininas, atuantes no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas de São José e assim pude ampliar a pesquisa.

Como poderá ser visto no decorrer deste trabalho, no último quartel do século XX, os movimentos sociais multiplicaram-se; no entanto, ainda seguiram padrões machistas, reservando à mulher um papel apenas coadjuvante, deixando o protagonismo nas mãos masculinas, os “atores”, enquanto as “atrizes” eram fadadas ao ostracismo. De modo geral, seja na vida pública ou privada, a mulher sempre carregou os maiores fardos e teve as menores recompensas, e pouco ou nenhum grau de reconhecimento. Porém, o que presenciei durante meu estágio foi que elas não eram apenas coadjuvantes e sim fortes lideranças, mas

ainda “invisíveis”. Assim, a intenção desta pesquisa é trazer à luz estes importantes sujeitos que vêm se destacando nos movimentos sociais urbanos da grande Florianópolis: as lideranças femininas.

Desta maneira, com base nestas questões, este trabalho buscou estudar a participação de mulheres nos movimentos sociais, enquanto líderes inseridas em organizações populares que lutam por uma transformação social para toda a sociedade, perpassando a luta por direitos e benefícios de uma única classe ou grupo.

Busquei as questões centrais que permeiam o aparecimento da mulher como sujeito político no seio da sociedade civil através dos movimentos sociais urbanos da Grande Florianópolis a partir de entrevistas semi-estruturadas com nove mulheres, visando analisar o surgimento delas no espaço público dos movimentos sociais, seu processo de liderança e a repercussão disto no espaço cotidiano onde estão inseridas, deixando que falassem por si mesmas.

Não há como tratar da luta de mulheres em movimentos sociais sem considerar seu percurso histórico na vida pública e política, e, ainda, sem considerar as relações de gênero e a opressão por qual esta categoria vêm sendo submetida ao longo de séculos. Neste caso, aprofundar a categoria gênero e conceitos como cidadania, participação e democracia foram de grande relevância. Foi necessário também adentrar à temática dos movimentos sociais e da questão da liderança para compreender e analisar a inserção e atuação destas líderes.

A UFECO - principal contato durante o período de estágio - conta com diversas mulheres como membros, inclusive ocupando os cargos de Presidente e Vice-Presidente (gestão 2007-2009). A UFECO tem acumulado significativas conquistas na qualificação da sua direção sociopolítica e ética, bem como na constituição de uma relação orgânica com suas bases filiadas e demais organizações sócio-comunitárias. E vem estruturando jurídico, administrativa e politicamente os movimentos sócio-comunitários em sua participação ativa nos processos de proposição e de efetivação do controle social das políticas públicas, em especial aquelas relacionadas à vida urbana.

Finalmente, a pesquisa buscará analisar o processo de liderança de mulheres que atuam hoje em movimentos sócio-comunitários da Grande Florianópolis. Conhecer o que motiva e quais os desafios que enfrentaram e ainda enfrentam estas mulheres no exercício de suas lideranças.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, que propõe dar visibilidade a estas líderes femininas. O método utilizado é o qualitativo e o estudo se dá através de pesquisa

bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas realizadas com nove mulheres da região da grande Florianópolis.

O presente trabalho é composto por cinco seções textuais, sendo esta seção introdutória a primeira delas. A segunda seção é subdividida em duas subseções principais. A primeira subseção focaliza os debates em torno das categorias democracia e participação – fundantes dos movimentos sociais. E em seguida é abordado ainda o surgimento dos Movimentos Sociais.

Na segunda subseção da segunda seção são trabalhados os Movimentos Feministas e os Movimentos de Mulheres, sua formação histórica e importância social.

Na terceira seção será trabalhado o surgimento dos movimentos sociais urbanos e a emergência das mulheres junto a estes movimentos. A primeira subseção é dirigida ao estudo das relações de gênero e sua repercussão nos processos de liderança feminina, em especial o processo de migração entre a esfera privada e a esfera pública. Trataremos ainda nesta seção a categoria liderança.

A partir da seção anterior, na quarta seção é feita uma análise da experiência estudada a luz de estudos bibliográficos específicos. Aqui é trabalhado o perfil das líderes entrevistadas, os fatores limitantes ao exercício de suas lideranças e as especificidades do exercício da liderança por parte das mulheres. Ao final é abordada a relação entre os universos público e privado, e como as lideranças conciliam este dois mundos.

Por fim, a última seção trata de concluir o trabalho analisando os seus resultados em comparação aos objetivos propostos.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS, DA PARTICIPAÇÃO À LIDERANÇA

*Tem o conselho gestor do hospital regional.
Eu uma época fiz uma cirurgia de ovário e vi que o hospital estava despencando na
minha cabeça, e depois que eu sai dali eu resolvi criar um organismo dentro do
hospital para ajudar aquilo, só que o nome eu não sabia, só sabia que tinha que
criar alguma coisa. (Iolanda)*

A presente seção está organizada da seguinte forma. Primeiro será feita uma breve apresentação da origem e formação dos movimentos sociais, tratando de suas bases democráticas e participativas e, em seguida, algumas de suas subdivisões, como os Movimentos de Mulheres e Feministas, de maneira que possam ser classificados e diferenciados.

2.1 Movimentos Sociais e Democratização: Emergência e consolidação

Para se adentrar na temática dos movimentos sociais, julgamos necessário falar um pouco sobre democracia e participação, já que, como veremos ao longo desta seção, os movimentos sociais se fundam nestas duas categorias.

Ao tratar sobre a relação entre democracia e participação Holsa & Pischedda (1993) afirmam que uma não existe sem a outra. Segundo as autoras, a democracia parece consolidar-se e ser consensualmente considerada como a melhor forma de organização da vida política e social, porém este processo vive uma crise interna de participação, que pode ser vista na falta de mobilização e motivação da população. Mas o que é participar? Participar

em nosso entendimento é dar acesso aos sujeitos no processo pelo qual são tomadas as decisões que afetam seus futuros enquanto indivíduos e cidadãos. Na tradição marxista a participação assume um caráter político. Associada aos movimentos sociais e lutas pela transformação da realidade social, configuram-se os processos de participação e reivindicação do *status* de participativo (GOHN, 2003).

Segundo Gohn (2003, p. 25), “a abordagem dos fatores políticos tem centralidade, e a política passou a ser enfocada do ponto de vista de uma cultura política resultante das inovações democráticas relacionadas com as experiências nos movimentos sociais”.

Participação, neste sentido, recobre a dialética exclusão/inclusão (SAWAIA, 2001). Por isso, carrega em seu bojo determinações das concepções de cidadania e de democracia, ou seja, não pode deixar de ser tratada como categoria política.

Pensar a emancipação dos usuários dos serviços sociais na atividade profissional da assistente social é planejar formas políticas de participação que considerem fundamentalmente cada sujeito como único e dotado de concepções próprias e particulares de mundo e da realidade.

As autoras Hola & Pischedda (1993), chamam atenção ainda para o tipo de democracia e participação mais freqüente: a democracia representativa, onde “[...] o Estado e os partidos – como instituições políticas por excelência – assumem a representação das necessidades e demandas dos cidadãos, por delegação mediante a emissão de votos.” (HOLA & PISCHEDDA, p. 52, *tradução livre*).

Uma outra forma de participação descrita pelas autoras seria a participação plena ou direta, onde se reconhece a existência da sociedade civil como parte do Estado. Nesta perspectiva a sociedade civil é identificada como um conjunto de atores sociais que interagem entre eles e com o Estado, intervindo nas propostas e controlando os fatos políticos e sociais que os envolvem enquanto cidadãos.

Coincidindo com esta definição dada pelas autoras, Marcelo Souza (2006) diz que quando falamos de participação social democrática, a entendemos enquanto participação direta, e não aquela representativa, tão comumente ouvida. O autor nos alerta que muitas vezes ao definir-se um país ou sociedade como democrático, geralmente fala-se de apenas um tipo de democracia - a representativa. Mas, como nos mostra, “a representação, diferentemente da delegação, significa alienar poder decisório em favor de outrem” (SOUZA, 2006, p. 325).

Porém, como já assinalado no início deste tópico, vive-se hoje o que se pode chamar de uma crise participativa entendida por Hola & Pischedda (1993) como apatia política. Esta

apatia é explicada pelas autoras pelos seguintes fatores: (i) falta de credibilidade nos partidos e nos governos; (ii) política vista como algo externo ao sujeito, como campo de ação de outros; (iii) impotência, advinda da “percepção que não se possuem as ferramentas conceituais e práticas para poder participar e incidir de alguma maneira na tomada de decisões que conduzam ao bem comum”; (iv) individualismo que faz com que as pessoas se detenham em seus problemas privados e individuais. Podemos entender melhor esta conjuntura com a descrição feita por Caccia-Bava (2002), segundo este

Vivemos um momento em que nossa sociedade se regula pela lógica do mercado: impõe-se um padrão de sociabilidade individualista, privatista, competitivo, concorrencial, que desrespeita o interesse público e a ética democrática. O egoísmo, o autoritarismo e a violência se impõem como elementos que estruturam a convivência social. A democracia e a cidadania como valores não encontram espaço dentro desta lógica.

No entanto, cabe salientar que existem também aqueles que reivindicam por mais participação social e política, porém, estes muitas vezes encontram muitos obstáculos à plena participação. Estas manifestações acontecem em um contexto desfavorável, no seio de uma sociedade fragmentada, onde muitas vezes a participação é barrada por questões objetivas como falta de tempo, ou mesmo de consciência política. Fatores relevantes quando tratamos de participação feminina, como veremos à frente. As autoras HOLA & PISCHEDDA (1993) falam do contexto social e político chileno, no entanto podemos traçar um paralelo com a realidade brasileira. Destacam que

coexistem no governo espaços democráticos e enclaves autoritários, vícios do regime político anterior. Ante esta situação a sociedade civil tem dificuldade para participar. Não vê de forma clara e transparente os possíveis canais de participação ou bem não sabe utilizá-los quando eles existem (p. 55 – *tradução livre*).

É possível identificar na fala dessas autoras a semelhança com o processo de redemocratização ocorrido no Brasil e a dificuldade de se engendrar uma nova cultura política, contando com maior participação da sociedade civil nos processos decisórios.

O processo de participação começa a partir de

[...] grupos e pessoas que resgatam como primeiro elemento o de construção da participação social e política desde a territorialidade, desde o espaço onde se vive, se pensa, se sente, se cresce e se trabalha. É o resgate do local e do comunitário para desde ali projetar-se ao regional e nacional (HOLA & PISCHEDDA, 1993, p. 56 – *tradução livre*).

No entanto, ao tratarmos deste tema não é possível desconsiderar a diversidade da sociedade civil, composta por homens e mulheres de diferentes classes, raças e etnias. Assim como afirmam Serrano & Valdés (1993 apud HOLA; PISCHEDDA, 1993, p. 56 – *tradução livre*), “Não somos homogêneos, não somos iguais e a partir dessa diversidade construímos a participação e a democracia”. A observação dos autores confirmou as análises de Dagnino et al. (2006) acerca da heterogeneidade da sociedade civil, bem como da diversidade de interesses e projetos sociopolíticos desta. Para ela,

[...] a sociedade civil não é um ator coletivo e homogêneo (...) é um conjunto heterogêneo de múltiplos atores sociais, com frequência opostos entre si, que atuam em diferentes espaços públicos e que via de regra, tem seus próprios canais de articulação com os sistemas político e econômico (DAGNINO et al., 2006, p. 23).

Finalmente antes de adentrarmos um pouco da história dos movimentos sociais, sua emergência e consolidação, cabe falarmos brevemente sobre o conceito de cidadania que para HOLA & PISCHEDDA (1993) pode ser entendido como “um conjunto de práticas concretas”. Estas práticas deveriam ir desde as mais básicas como o direito ao voto ou a liberdade de expressão, até situações mais complexas como atuar na elaboração de políticas públicas ou ainda, impulsionar ou pressionar com vistas a mudanças mais estruturais, fazendo com que fatos da vida cotidiana se convertam em assuntos políticos. Ainda segundo as autoras, o exercício da cidadania está relacionado com alguma forma de poder, assim ser cidadão significa o direito a ter direitos, o direito a conhecê-los e o poder para exercê-los. Assim se a cidadania se exerce, ela “[...] implica atribuições e responsabilidades, e este exercício supõe uma aprendizagem que não se dá no vazio senão em marcos institucionais concretos” (HOLA & PISCHEDDA, 1993, p. 56 – *tradução livre*).

É preciso atentar ao fato de que a cidadania é universal, ou seja, não há cidadãos e não cidadãos, além disso, como afirma Oliveira (2001, p.12), a cidadania

é irredutível à quantificação. Embora o bem - estar e uma alta qualidade de vida devam ser direitos dos cidadãos, não se deve colocar tais direitos como sinônimos de cidadania, pois esse economicismo pagaria o preço de desconsiderar como cidadãos os que não têm meios materiais de bem-estar e qualidade de vida.

Ou seja, pode-se dizer que a diferenciação se dá entre aqueles que conseguem exercer a sua cidadania e aqueles que são despossuídos desse exercício, excluídos e marginalizados. Devemos então apostar na construção de uma nova cidadania que, segundo Dagnino (1994), é nova por ultrapassar a visão liberal de Cidadania. É uma compreensão ampliada, que

ultrapassa a conquista formal e legal dos direitos, constituindo-se numa proposta de sociabilidade, construída de baixo para cima, sendo uma estratégia dos excluídos. Concorda-se com a autora também quando ela diz que essa ampliação do conceito implica, igualmente, uma reforma intelectual e moral, com vistas à construção de uma nova sociabilidade.

Hola & Pischedda (1993) apontam em seu livro *Mujeres, Poder y Política*, quatro atores envolvidos na tarefa de ampliar a democracia, considerando que existem graus de compromisso e responsabilidade diferentes entre eles. Os atores são: Estado, partidos políticos, a academia e os movimentos sociais. Neste trabalho nos ateremos aos dois últimos. Os movimentos sociais, como veremos, no decorrer desta seção atuam desde seu surgimento como mediadores entre a Sociedade Civil e o Estado, e em permanente luta pela conquista de uma nova democracia. Com relação à academia vale lembrar o NESSOP, local onde realizei meu estágio curricular obrigatório. Pois, trata-se de um espaço público e aberto para disseminação e apropriação de conhecimentos emancipatórios e de metodologias de gestão comunitária democráticas e participativas, comprometidas com lutas sociais inovadoras por melhores condições de vida na cidade, fruto do qual foi elaborado este trabalho de conclusão de curso, também considerado uma contribuição da academia na produção de conhecimento.

2.1.1 Movimentos Sociais: Velhas e Novas Tendências

Os movimentos sociais, seja do espaço urbano ou do espaço rural, vêm se inserindo fortemente nas pesquisas e debates científicos das últimas duas décadas, principalmente a partir dos processos de redemocratização que ocorreram na América Latina e no mundo, bem como do acirramento da questão social e suas múltiplas expressões resultantes da instauração do projeto neoliberal. A importância do estudo desses movimentos deriva do fato de estes serem

os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades. Traduzem o permanente movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses e expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento das sociedades. Em cada momento histórico, são os movimentos sociais que revelam, como um sismógrafo, as áreas de carência estrutural, os focos de insatisfação, os desejos coletivos, permitindo a realização de uma verdadeira topografia das relações sociais (BEM, 2006, p.137).

De acordo com Pinto (1992) os movimentos sociais nascem no interior da sociedade civil e reorganizam a sociedade. Surgem a partir da identificação dos despossuídos, como pertencentes a uma mesma categoria, carente das mesmas necessidades.

Segundo Silva (2001 apud RIBEIRO, 2005), a expressão movimento social é antiga, sendo criada por Lorenz Von Stein ainda no século XIX, na Alemanha, para chamar a atenção à necessidade de estudar o movimento operário e o socialismo emergente. É com o surgimento de novas “ações coletivas, mobilizações e o aparecimento de inúmeras organizações nos centros urbanos, [que se generaliza] que o uso do termo deixou de ser sinônimo de movimento operário” (DUARTE, 2000, p.33).

No entanto, segundo Ribeiro (2005), a definição sociológica do conceito é recente, surge, somente, “nos anos 60, com Antony Oberschall (sociólogo) e Charles Tilly (historiador), ambos norte-americanos, quando da elaboração da teoria da mobilização de recursos²”. Posteriormente, Touraine “constrói todo um conceito para a expressão movimento social. Nas duas construções teóricas, seja a norte-americana, seja a francesa, a idéia de contradição é elemento central na elaboração do conceito” (RIBEIRO, 2005, p.57). Segundo Touraine (1994, p. 88 apud ALEXANDER, 1998),

só existe movimento social quando a ação coletiva é dotada de objetivos sociais, quer dizer, reconhece a existência de valores e interesses sociais gerais e, em consequência, não reduz a vida política a um confronto entre campos ou classes, ainda que organize e acirre conflitos. Somente nas sociedades democráticas é que os movimentos sociais se formam sozinhos, pois a livre escolha política obriga cada ator social a lutar simultaneamente pelo bem comum e pela defesa de interesses particulares. Por essa razão, os movimentos sociais mais expressivos recorreram a temas universalistas: liberdade, igualdade, direitos do homem, justiça, solidariedade, temas que estabelecem um nexo direto entre o ator social e o programa político.

Já Pinto (1992) usa a obra de Foucault para analisar o poder dos movimentos sociais, pois de acordo com Foucault o poder é relacional, e não existem de um lado os despossuídos e de outro os possuidores de poder e sim relações generalizadas e fluídas. Desta forma,

[...] é a exclusão de parcelas da população (de seus direitos) que as constitui enquanto potenciais detentoras de recursos para exercerem o poder. A potencialidade de resistência é seu primeiro recurso. Para que isto se realize, no entanto, grupos de indivíduos no interior destas parcelas necessitam se organizar

² Segundo Lima e Nunes (2004, p. 2), a “Teoria da Mobilização de recursos (Oberschall; Tilly, entre outros), emergente na década de ‘60/70 nos EUA, analisa os movimentos sociais como grupos de pressão organizados, excluídos dos processos de tomada de decisão políticos, que acionando estratégica e racionalmente determinados recursos – financeiros, técnicos e humanos -, aspiram a acender aos órgãos de poder político com o objetivo de satisfazerem os seus interesses particulares.”

criando novos espaços de poder, não apenas em relação àquelas que exercem o poder através da estratégia da exclusão, mas no interior do conjunto dos “despossuídos”, na medida em que a presença do grupo desorganiza e reorganiza o cotidiano do todo (PINTO, 1992, p. 130).

Um forte embate travado nas discussões sobre os Novos Movimentos Sociais - NMSs, influenciado pela escola européia, é a perda da centralidade das classes, muito ligada ao modelo de sociedade industrial e suas ideologias, e “se esse modelo de sociedade, essas ideologias, não mais se fazem presentes, logo, não há porque usar estas *velhas* ferramentas analíticas” (RIBEIRO, 2005, p.60). Dentro dessas construções teóricas os Novos Movimentos Sociais são tratados como

portadores de um novo paradigma de existência social e apontarem para novas divisões nas sociedades modernas além das religiosas e étnicas tradicionais. As novas divisões introduzidas por esses grupos são então percebidas como substitutas da antiga divisão baseada na classe, a divisão entre capital e trabalho (EDER, 2001, p. 5 apud RIBEIRO, 2005, p. 60).

No entanto, Ribeiro (2005) chama atenção para o fato de que caso estas novas divisões sejam uma verdade para a realidade européia, o mesmo não pode ser dito ao se tratar da realidade brasileira e latino-americana, dado que são sociedades, ainda, “extremamente excludentes e desiguais, não só em termos econômicos, mas também étnicos, culturais e religiosos” (RIBEIRO, 2005, p. 60).

Segundo Boaventura de Souza Santos (2001), a maior novidade desses NMSs é o fato de constituírem uma crítica tanto à regulação social capitalista quanto à emancipação social socialista definida pelo marxismo. Pois estes NMSs identificam formas de opressão que ultrapassam as relações de produção, e nem mesmo são específicas delas, “como são a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou o produtivismo; [e advogam] por um novo paradigma social, menos baseado na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida” (SANTOS, 2001, p.178).

Assim como afirma Wanderley (1997, p. 56 apud RIBEIRO, 2005, p. 61),

[...] a questão social fundante que permanece vigendo sob formar variáveis nesses 500 anos do descobrimento a nossos dias, concentra-se nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino-americanos, resultante dos modos de produção e reprodução social, dos modos do desenvolvimento, que se formaram em cada sociedade nacional e na região em seu complexo. Ela se funda nos conteúdos e formas assimétricos, assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais que se constituem as

maiorias populacionais, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações estruturais.

Ou seja, a questão das classes sociais ainda tem forte presença na realidade latino-americana, não sendo possível analisar os movimentos sociais dessa região sem considerá-la. Segundo Santos (2001) o surgimento desses NMSs não significa o abandono da luta contra as velhas opressões, mas deve se ter claro que a luta desses novos movimentos não está na busca de um futuro melhor ou de uma sociedade a ser construída, “ao contrário, a emancipação pela qual se luta, tem como objetivo transformar o cotidiano das vítimas de opressão aqui e agora e não em um futuro distante” (SANTOS, 2001, p.178).

Atílio Boron (1994 apud RIBEIRO, 2005) também chama atenção para o erro daqueles que difundem “a desapareção do proletariado e o surgimento apologético dos novos movimentos sociais e seu papel protagonista na dinâmica das sociedades latino-americanas” (BORON, 1994 apud RIBEIRO, 2005, p.62). Segundo Ribeiro (2005, p.62), ao analisar as idéias do autor, afirma que para este, “o surgimento de atores outros não determinará a abolição das leis de movimento da sociedade de classes. Significava sim, que a cena social e política, ficará ainda mais complexa do que até então conhecíamos”, para Boron

dois fatores são fundamentais para compreender as razões que explicam a emergência do que se convencionou chamar novos movimentos sociais: a reorganização excludente do capitalismo, alavancado pela crise dos anos 60, que provoca a marginalização social e econômica de setores significativos da sociedade civil e as transformações observáveis na anatomia das classes subalternas, que provocaram a crise nas estruturas tradicionais de mediação: o partido e os sindicatos (BORON, 1994, p. 229 apud RIBEIRO, 2005, p. 63).

O autor diz ainda que os NMSs

expressam uma realidade distinta, mas não contraditória, ao continuado protagonismo das classes sociais. (...) As reivindicações dos vizinhos dos bairros populares, das mulheres, dos jovens, dos ecologistas, dos pacifistas e dos defensores dos direitos humanos não podem ser plenamente compreendidas se não são integradas no marco mais compreensivo do conflito social e da dominação burguesa (...) estes movimentos não são uma simples miragem, um epifenômeno da luta de classes, mas expressam novos tipos de contradições e reivindicações geradas pela renovada complexidade e conflitividade da sociedade capitalista (BORON, 1994, p. 229 apud RIBEIRO, 2005, p. 63).

Desta forma, de acordo com Ribeiro (2005, p. 66), pode-se afirmar que não se pode falar de apenas um movimento social, homogêneo e estruturado, mas sim de “movimentos sociais com práticas diferenciadas que constituem o movimento, com identidade própria, com

ciclos distintos, bem como distintas formas destes se relacionar com o Estado, com a sociedade e com o mercado”.

E, de acordo com Maria da Glória Gohn (1991), estes novos movimentos sociais se dividem em: i) movimentos de classe: sindicais, urbanos e rurais; ii) movimentos com caráter de classe, surgem a partir das camadas populares, em nível local de moradia, lutando por bens de consumo coletivo, nos setores de infra-estrutura urbana, saúde, educação, transportes, habitação, etc.; iii) movimentos sociais com recortes específicos sem serem de classe, assim como são os movimentos feministas, de mulheres, ecológicos, dos negros, dos homossexuais, etc.

Como vimos o surgimento dos chamados Novos Movimentos Sociais foi de suma importância para trazer à tona e tornar visíveis atores e atrizes que estavam escondidos até então, mascarados pelas lutas de classes.

Finalmente, concordamos com Ribeiro quando fala da heterogeneidade dos movimentos sociais. Compreendemos que a questão de classe sempre se fez (e ainda se faz) presente na realidade de países como o Brasil, porém não podemos utilizar apenas este recorte para analisar estas novas organizações. Os movimentos surgem a partir da identificação de sujeitos oprimidos como pertencentes a uma mesma categoria, e se sabe hoje que não podemos reduzir as opressões a questões econômicas e de classe. Caso claro disto é a opressão vivida pelas mulheres que faz com que se unam formando movimentos feministas e de mulheres.

O objetivo desse item foi pontuar alguns debates que cercam a temática dos movimentos sociais, seu surgimento e posteriormente o surgimento dos novos movimentos sociais, não tendo, assim, como objetivo aprofundar este debate. À frente será feita uma descrição da origem e formação dos movimentos sociais feministas e de mulheres e em seguida, na próxima seção, dos movimentos sociais urbanos, os últimos relacionados diretamente com a realidade das mulheres entrevistadas para a pesquisa.

2.2 Mulheres em Movimento

Mesmo sabendo que as lideranças entrevistadas atuavam em movimentos sociais urbanos, desde o início desta pesquisa surgiu a necessidade de entender melhor o que são

movimentos feministas e movimentos de mulheres, já que ambos foram significativos na trajetória de emancipação feminina. Desta maneira o objetivo deste item é dar visibilidade às lutas femininas junto aos movimentos sociais de mulheres. Para tanto, apresentaremos um breve histórico do movimento feminista no mundo e no Brasil, e dos movimentos de mulheres.

2.2.1 Movimentos Feministas

Historicamente os sistemas de gênero, que trataremos mais adiante, designaram espaços e papéis distintos à homens e mulheres, ou seja, aos homens o mundo produtivo e público e às mulheres o espaço reprodutivo e privado. Porém, a inserção cada vez maior das mulheres no mundo do trabalho, os novos arranjos familiares, tudo isto somado ao crescente número de mulheres que assumem lideranças nos mais diversos campos sociais, exigem uma transformação nas relações de convívio e de organização social. Desta forma, como assinalam Carreira et al. (2001), as conquistas feministas por igualdade

[...] transcendem o plano individual para incidir em toda a sociedade, trazendo consigo marcantes transformações pessoais e coletivas, que têm, como consequência profundas mudanças na estrutura social, na organização familiar, nas formas de produção e consumo, no mundo do trabalho e das responsabilidades públicas (p. 9).

Como veremos mais à frente, até meados da década de 80, os discursos feministas tinham sua influência limitada à academia e as reivindicações estavam ligadas aos interesses das mulheres brancas e de classe média, porém, desde então, esta influência tem se ampliado e atingido os movimentos sociais populares, de maneira a refletir em todo o conjunto da sociedade. Com isto, os movimentos feministas têm se transformado em novos atores sociais que buscam não só a igualdade entre homens e mulheres, mas também a transformação da ordem social e do sistema político.

2.2.1.1 Feminismo no mundo

O movimento feminista contemporâneo pode ser considerado como um movimento sócio-cultural organizado iniciado no século XIX, no Ocidente. Na virada para o século XX, com o chamado movimento sufragista as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram maior visibilidade. O movimento sufragista era voltado para estender o direito ao voto às mulheres. Este movimento alastrou-se por vários países ocidentais e mais tarde passou a ser reconhecido como principal acontecimento da primeira onda do feminismo. De acordo com Rodrigues (2002) a primeira fase do feminismo ou,

A primeira onda feminista compreende os primeiros movimentos - tem início em fins do século XVIII, com a Revolução Francesa, perpassa o século XIX e adentra as primeiras décadas do século XX. Desde aí, foram se conformando feminismos vinculados a diferentes correntes político-ideológicas: liberal, cristã, socialista, anarquista. Nesse processo, destacam-se as lutas e conquistas específicas, pelo acesso à educação de nível médio e superior e ao trabalho remunerado, e pelo direito de votar e ser votada, territórios estes interditados às mulheres. Assim, a condição objetiva de exclusão das mulheres do campo do conhecimento, da formação e atuação profissional e da representação política, orientou a luta em prol da sua inserção na esfera pública e da igualdade de direitos e de oportunidades.

Porém, cabe chamar atenção para o fato de que os movimentos feministas nesta fase eram dirigidos por mulheres de procedência burguesa. Embora as lutas feministas fossem interclassistas, suas idéias não conseguiam penetrar amplamente nos “chãos de fábricas”. Nem feministas, nem sufragistas conseguiram mobilizar amplamente as mulheres trabalhadoras³.

Talvez a mais conhecida feminista, das décadas de 1940 à 1970, foi Simone de Beauvoir que explorou os dilemas existencialistas da liberdade, da ação e da responsabilidade individual. Em 1949 escreveu “*O Segundo Sexo*”, onde fazia uma profunda análise sobre a vida das mulheres na sociedade. Da escola existencialista, ela sustentava que se as mulheres eram consideradas inferiores aos homens não era por questões biológicas, mas sim por um conjunto de regras e doutrinas culturais disfarçadas de determinismo biológico. Ou seja, as mulheres eram marginalizadas e destinadas ao espaço privado com o argumento de que estavam biologicamente predispostas a certas atividades domésticas e a criação dos filhos, e ainda de que eram incapazes de realizar tarefas de cunho intelectual. A hierarquia do

³ Feminismo y movimiento obrero. Disponível em: <<http://www.historiasiglo20.org/sufragismo/movobrero.htm>> Acesso em: 04/05/07

masculino sobre o feminino era para as feministas desta primeira onda, o principal obstáculo para que as mulheres saíssem desta situação de desvantagem (GRANADOS, 2006).

Dessa forma, o feminismo deste primeiro período, ou primeira onda, está caracterizado por uma luta pela igualdade, em particular pela igualdade de direitos, como o direito ao voto, ao trabalho, ao direito de estudar, etc.

De acordo com Rodrigues (2002) a segunda onda feminista surge “nos anos sessenta e setenta do século XX, tendo como referência o Ano Internacional da Mulher (1975) e a Década da Mulher (1976-85), ambos promovidos pela Organização das Nações Unidas – ONU”. O ano de 1968 é tido como um marco de contestações e rebeldias, diferentes grupos expressaram sua inconformidade em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, neste contexto que ressurgiu o movimento feminista contemporâneo, expressando-se de várias formas, sejam elas faladas ou escritas, seja em praça pública ou dentro de grupos fechados. Militantes feministas que participam do mundo acadêmico trazem para dentro das universidades o tema e acabam por “contaminar” o fazer intelectual. Surgem, assim, os estudos da mulher, trazendo para a luz aquele ser até então oculto. Os estudos iniciais se restringem muitas vezes a um texto descritivo das condições de vida e de trabalho das mulheres, e com o objetivo de avançar nestas análises e acreditando na potencialidade dos empreendimentos coletivos, algumas mulheres fundam revistas, promovem eventos e organizam-se em grupos ou núcleos de estudos, fazendo com que seja comum a tendência de deixar que “apenas” nestes espaços sejam tratadas as questões femininas, fazendo com que as propostas tenham muitas dificuldades de se impor.

Segundo Granados (2006), esta segunda que se caracteriza por uma mudança nas prioridades de luta. A busca da igualdade já não era o objeto principal, não se pretendia mais ser considerada igual aos homens, e sim, ser reconhecida como um gênero diferente, com necessidades distintas e com direito às mesmas oportunidades. A mulher em vez de ser o contrário do homem, lutava pelo reconhecimento de sua particularidade como gênero e não só como um oposto ao gênero masculino.

Em muitos sentidos, esta segunda onda surgiu como resposta ao feminismo da primeira onda, que não reconhecia essas diferenças, pelo contrário, afirmava que a mulher era igual ao homem. Esta segunda onda traz

novas reivindicações de direitos, deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Neste momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”. E, embora já se pudesse encontrar muita movimentação nos Estados Unidos e na Europa desde o final da década de sessenta, na América latina

apresentou outras temporalidades. Neste período, grande parte dos países da América Latina, estava vivendo com governos ditatoriais que, se não impediram completamente, certamente dificultaram reuniões e manifestações (PEDRO & SAPRIZA, 2006).⁴

Mas,

no mesmo período, no exílio, em especial, na França e nos Estados Unidos, militantes de organizações clandestinas ou companheiras de militantes acabaram por tomar contato com as primeiras discussões sobre corpo e sexualidade. A escrita de artigos sobre a desigualdade no mercado de trabalho, entre homens e mulheres, chegava às páginas dos jornais alternativos (DUARTE, 2006).

Desde então, grande parte do debate feminista tem consistido em demonstrar como o discurso sociológico, político, filosófico, moral, cultural, educativo e religioso tem sido formulado a partir da primeira pessoa do masculino. Em outras palavras, os modos de pensar em todos os âmbitos das sociedades estão descritos por e para as pessoas do sexo masculino.

Segundo Granados (2006), poderíamos aqui falar em uma terceira onda, que para Lisboa (2007)⁵,

tem a ver com a contribuição dos estudos sobre a Pós-Modernidade e sobre o Pós Estruturalismo para o Feminismo que a partir de autores como Derrida e Foucault propõe a desconstrução de todos os papéis que foram impostos pela sociedade ao longo dos séculos. Também se inclina mais para os estudos sobre a plasticidade (Giddens) e sobre performance (Buttler), além de aprofundar os estudos sobre homoafetividade e homofobia.

Porém entende-se como algo complicado se considerarmos que em alguns países em desenvolvimento, ainda não foram superados nem sequer os dilemas da primeira onda e em países como a França, os Estados Unidos e a Inglaterra, os dilemas da primeira e segunda onda são ainda motivos de intensos debates⁶.

⁴ Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_40.html> Acesso em: 07/12/07

⁵ LISBOA, Teresa Kleba. Terceira Onda [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por niniaprilg@gmail.com em 22 fev. 2008 às 11h38min.

⁶ GRANADOS, Verônica. Breve história del feminismo. 2006. Disponível em: <http://sepiensa.org.mx/contenidos/2006/hist_femini/hist_femini_2.htm> Acesso em: 11/12/07

2.2.1.2 Feminismo no Brasil

No século XVIII já é possível identificar no Brasil, mulheres que lutaram pelo seu direito à cidadania. Porém, somente no século seguinte as lutas e manifestações esparsas cederam lugar aos movimentos feministas, desafiando a ordem conservadora burguesa, que restringia a mulher ao espaço privado, e na mesma medida que a excluía do universo público a privava de seus direitos como cidadã. No Brasil, assim como no resto do mundo, o movimento feminista se ampliou de forma gradual e lenta, iniciando pela luta por direitos políticos, como votar e ser votada, até alcançar conquistas como o direito ao aborto nos casos de estupro e de risco de vida da mulher, ou a sua legalização completa em outros países.

Céli Regina Pinto, em sua obra sobre a história do feminismo no Brasil (2003), divide seus relatos em quatro períodos: do fim do século XIX até a década de 1930, quando as principais lutas eram pelo sufrágio feminino; do ápice da ditadura até o processo de redemocratização; o período da Constituinte; e as novas perspectivas abertas pelos anos 1990. A autora destaca que,

[...] o feminismo no Brasil não foi uma importação que pairou acima das contradições e lutas que constituem as terras brasileiras, foi um movimento que desde suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular [...] (PINTO, 2003, p. 10).

As lutas na primeira fase restringiam-se aos direitos políticos de votação. Como grande representante e pioneira feminista no Brasil vale citar Berta Lutz, que “exerceu inegável liderança durante a década de 1920 e se manteve ligada às causas da mulher até sua morte em avançada idade, na década de 1970” (PINTO, 2003, p. 13). O processo de industrialização, somado ao nascimento de camadas médias e operárias, possibilitou o surgimento de uma cultura urbana que originou novas formas de organização da sociedade.

O direito ao voto foi conquistado no dia 24 de fevereiro de 1932, em meio à Revolução de 1930. Porém, cabe destacar, as mulheres conquistavam aí apenas o direito de escolher e não efetivamente de serem escolhidas, pois, ainda nos dias de hoje,

Para se chegar a uma câmara municipal ou dirigir uma prefeitura, um verdadeiro vestibular afunila as chances de uma mulher ser candidata. E o pior, neste “vestibular” os critérios de escolha não são baseados no mérito, mas sim na lógica da hierarquia partidária. Infelizmente a maioria dos partidos brasileiros herdou práticas sexistas e abre espaço para as mulheres somente como “formiguinhas” que

trabalham muito nas bases, mas raramente são aceitas como “companheiras de poder” na hora de decidir as candidaturas e a ocupação de cargos públicos em que o partido esteja contemplado (ALVES, 2003, p. 11).

Bertha Lutz, que era filha do cientista Adolfo Lutz e tinha boa circulação entre a elite econômica e política, foi a principal liderança feminista do início do século XX no Brasil, até a década de 1930, conforme já mencionado. Fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que foi uma das principais articuladoras da pressão política pelo sufrágio. De acordo com Pinto (2003), ela reuniu três condições fundamentais que possibilitaram que ela fosse uma das pioneiras feministas brasileiras. Bertha vinha de uma família burguesa o que lhe garantia boas condições econômicas; seus pais tinham estudo e boas condições culturais, dando liberdade à filha; e ainda condições profissionais, pois era uma das raras mulheres a trabalhar como cientista no serviço público. Porém, a luta de Bertha Lutz pela incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos não se efetivou “como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs” (PINTO, 2003, p.14).

No início do século XX Pinto (2003, p.15) registra também a atuação das feministas no meio do movimento anarquista e operário e nas diversas publicações do fim do século XIX e início do século XX. Estas já lidavam com o dilema sobre a importância da luta feminista frente às lutas de classe. As mulheres mais ligadas aos movimentos operários ainda colocavam como central a exploração do trabalho. Mas outras, ligadas a publicações independentes, já vêem a exploração da mulher como resultado da opressão masculina, que se interessava em deixá-las longe do espaço público.

Em seguida a revolução de 1930 e a conquista do voto feminino, o que se vê é um refluxo das lutas feministas que perdura até o fim da década de 1960. A discussão política foi pautada pela luta socialista, "não havendo espaço para lutas, chamadas na época de particularistas" (PINTO, 2003, p.10). Foi somente na década de 1960 que os movimentos feministas tomaram fôlego, mas ainda mantendo sua natureza fragmentada e heterogênea, como múltiplas manifestações, objetivos e pretensões (PINTO, 2003).

A partir de 1968, em âmbito mundial, a busca pela igualdade é substituída pela afirmação da diferença, assim, a luta pelas liberdades civis e pela igualdade de direitos, considerando as diferenças, chega a seu ápice, e encontra um Brasil oprimido pelo regime militar. No final da década de 1970, o movimento feminista se torna uma das vozes mais importantes na luta pela anistia. O exílio também acaba por influenciar o feminismo no Brasil,

ao colocar as feministas em contato com a Europa e os Estados Unidos (PINTO, 2003). No entanto,

[...] muitas militantes só seriam tocadas pela discussão feminista, na participação em movimentos de mulheres que, a princípio, não punham em xeque a sua condição de opressão e que, muitas vezes, utilizavam a figura de dona-de-casa, esposa e mãe para legitimar suas reivindicações, intervindo no espaço público. Este foi o caso de clubes de mães, de movimentos contra a carestia e do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) (DUARTE, 2006).

No período seguinte, da redemocratização, a discussão passa a ser aderir ou não aos espaços políticos legítimos alcançados pela via eleitoral. Conforme destaca Pinto:

A criação de conselhos e até de ministérios que se ocupassem exclusivamente das questões referentes à mulher nunca foi uma idéia consensual no interior do movimento feminista, quer tomemos por referência o cenário brasileiro, quer os países europeus. Em termos gerais, as resistências à incorporação do tema a pauta oficial dos governos e, mais do que isso, às instituições no interior do aparato do Estado apontavam para o perigo da perda de autonomia do movimento em relação aos partidos do governo de plantão. Somava-se a isso a própria radicalidade do movimento feminista, que lutava por transformações profundas nas relações de poder, que não poderiam advir de uma estreita colaboração entre o movimento e o Estado (2003, p. 69).

Nesse período se destacam a atuação do Conselho Nacional do Direito da Mulher (CNDM), criado em 1985 pelo governo federal, resultado de uma mobilização que iniciou com a *Campanha das Diretas-Já*, e a forte pressão feita junto à Assembléia Constituinte, que resultou em grandes avanços.

Já na década de 1990, a autora assinala para transformação do feminismo Brasileiro. As lutas passam a ser incorporadas pela sociedade, que passa a não tolerar mais preconceitos raciais e de gênero. Ao mesmo tempo em que, por meio das ONGs, a atuação do movimento se direciona para determinadas questões, como a da saúde, da violência e do racismo.

Em outra obra a autora esclarece que o movimento feminista não se organiza a partir de demandas específicas ao Estado, ele luta pela transformação da condição da mulher na sociedade, sendo assim sua organização se dá, segundo Céli Pinto (1992, p. 132),

[...] para lutar contra uma condição: não é a luta por políticas públicas, por revisões de códigos de direito ou mesmo por creches, delegacias, etc. que constituem o movimento, mas a luta contra uma condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam ao nível público e ao nível privado, ao nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo.

Com isto, os movimentos feministas constituem um movimento sócio-cultural que propõe alterar as relações de gênero, fazendo com que suas reivindicações ganhem visibilidade e se transformem em questões sociais.

2.2.2 Movimentos de Mulheres

Falar de diferenças entre o movimento feminista e o movimento de mulheres é algo muito delicado, ainda que elas existam conceitualmente de alguma forma. O primeiro estaria mais ligado a questões sócio-culturais, tais como aborto, sexualidade, violência etc., e também a pesquisas no âmbito acadêmico, enquanto o segundo pode ser relacionado com questões da vida concreta das mulheres, de ordem sócio-econômica. Quando falamos em delicado, é porque estes dois movimentos estão profundamente imbricados, pois quando as feministas lutam contra a violência estão lutando contra a violência sofrida pelas mulheres de forma geral, interferindo na tal “vida concreta”. Sabe-se ainda, que movimentos de mulheres também reivindicam questões de ordem sócio-cultural. Com isto, o que se pode dizer é que muitas vezes estes dois movimentos se complementam. As produções acadêmicas das feministas muitas vezes dão visibilidade e legitimidade às lutas iniciadas pelos movimentos de mulheres. Assim, algumas vezes estes dois movimentos se confundem, pois, a “história do movimento de mulheres não é uma história linear. Os primeiros passos das mulheres foram dados em busca de sua emancipação enquanto cidadãs: a luta pelo voto, por igualdade na educação, por igualdade civil.” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 209)

Ou seja, aquilo que tratamos no item anterior como lutas feministas, aqui aparecem como parte da história dos movimentos de mulheres. E se considerarmos que os membros destas lutas feministas eram mulheres e que reivindicavam direitos para as mulheres podemos concordar com a autora e entender estas lutas também como parte de movimentos de mulheres.

Souza-Lobo (1991, p. 219) ressalta a importância de se fazer esta diferenciação, ela diz que

no Brasil, cada vez que falamos nos movimentos de mulheres somos obrigadas a abrir parênteses e explicar subcategorias: o movimento popular de mulheres, as feministas, os movimentos por creches, os clubes de mães. Apesar de incômodo, o

procedimento é necessário. Na medida em que “os novos movimentos sociais estão inseridos no contexto social e político dominante de seus respectivos países” (Evers, 1984, p. 16), os movimentos de mulheres emergem nos espaços e franjas do tecido social brasileiro, com a heterogeneidade de um *patchwork* que combina desenhos e cores variados.

Os movimentos de mulheres, pós década de 1970, não restringem suas demandas às questões femininas, ainda que a natureza de suas reivindicações sejam próprias à reprodução e consequentemente própria às mulheres.

Cabe aqui apontar outra reflexão de Elizabete Souza-Lobo que diz que há muito as mulheres já participavam de movimentos sociais, “estavam nas ocupações de terrenos, nos movimentos de saúde e de transporte, nas Comunidades Eclesiais de Base” etc. Porém, não tinham quase nenhuma visibilidade, e, portanto, as “mulheres nos movimentos” não foram “contabilizadas” ainda que fossem maioria. Apenas se considerou para então chamar de movimento de mulheres, “aqueles que remetiam a questões definitivamente femininas ou que eram exclusivamente de mulheres” (1991, p. 242).

Os movimentos de mulheres, como vamos concebê-lo, nascem na segunda metade da década de '70, surgem nas periferias das cidades, nos bairros onde vivem as mulheres. Vê-se neste período uma fragmentação dos movimentos sociais que permite que surjam novos sujeitos coletivos. Sobre isto Sader (1995, p.197) diz que

A fragmentação de movimentos sociais aparece em primeiro lugar vinculada à diversidade das próprias condições em que emergem. A heterogeneidade constitutiva da estrutura social induziria a reprodução das diversidades no plano das manifestações sociais. Nesse aspecto a diversidade em si mesma não constitui uma novidade. O que talvez seja um elemento significativo, que diferencia os movimentos sociais da década de '70, é que eles não apenas emergiam fragmentados, mas ainda se reproduziam enquanto formas singulares de expressão. Ou seja, embora tenham inclusive desenvolvido mecanismos de coordenação, articulação, unidade, eles se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades, não redutíveis a alguma forma “superior” e “sintetizadora”.

E assim, desta fragmentação surgem os movimentos de mulheres os quais Eder Sader (1995), nos brinda com a trajetória de seu surgimento. O autor destaca a importância dos clubes de mães, como um lugar onde as mulheres puderam se encontrar e trocar experiências com outras mulheres, criando um espaço de interlocução e onde juntas elas poderiam encontrar soluções para problemas comuns. Souza-Lobo (1991) complementa: “[nos] clubes de mães, o cotidiano aparece como espaço de reconhecimento das experiências e é dessa matéria que se constrói o envolvimento das mulheres”. E ainda, “As formas de construção dos movimentos apontam para uma articulação do mundo privado sem o mundo público que

rompe os modelos de fixação das mulheres nos espaços privados” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 177).

Segundo Sader, foi entre os anos de 1971 e 1972, que as mulheres que faziam parte dos clubes de mães dispensaram os trabalhos das “damas” de classe média e alta que faziam trabalhos de caridade junto à elas, e resolveram realizar os trabalhos elas mesmas. Vale ressaltar que esta “dispensa” não seria possível sem o papel de um agente externo na determinação deste novo começo. Já que, em verdade, “foi o padre que, sem antes nem falar com elas [as mulheres], tomou a iniciativa de dispensar as senhoras benévolas e propor-lhes que elas mesmas se organizassem” (1995, p. 203). O fato nos mostra o quanto foi decisivo o papel da igreja e dos agentes pastorais na constituição destas novas formas de organização coletiva.

Sobre as motivações que levavam as mulheres a participarem dos clubes, o autor diz que

Em primeiro lugar, para muitas tratou-se simplesmente de achar um lugar onde se encontrar com outras donas de casa, podendo conversar, comentar a novela, os filhos, o caminhão do lixo que não passou, o vizinho que andou bebendo, o namoro da filha, o vestido que pretende fazer. Trata-se da extensão do mundo feminino, tal como constituído no espaço familiar. As distâncias da cidade grande, as separações da família extensa, o esvaziamento da vida doméstica pelas jornadas de trabalho tornam o cotidiano da casa às vezes solitário. O clube de mães aparece aí como uma extensão das relações de vizinhança (SADER, 1995, p. 203).

Em segundo lugar, o autor aponta a busca por uma alternativa à uma rotina opressiva. O cotidiano vivido por estas mulheres era sufocante, e a participação nos clubes de mães representava a ampliação de seus universos, um “alargamento de experiências”.

As reuniões destes clubes eram divididas em dois momentos. No primeiro momento eram realizadas as atividades manuais, e era onde as mulheres podiam conversar e trocar experiências. No segundo momento era uma reflexão coletiva sobre temas cotidianos à luz do Evangelho. Foi nestes instantes de reflexão que as mulheres começaram a se dar conta das injustiças que viviam, assim

[...] problemas que antes eram pensados como naturais e privados – a rotina doméstica, repetida e sem sentido; a obrigatoriedade de ficar em casa para cuidar dos filhos; a dependência diante do marido – passam a ser encarados como problemas sociais, que são compartilhados por tantas outras e que podem ser alterados por novas práticas sociais (SADER, 1995, p. 207).

Desta forma,

É da discussão de temas surgidos nesta parte das reuniões que se organizariam ações “para fora”, de reivindicações ante os poderes públicos (escola, creche, ponto de ônibus, postos de saúde etc.), além de atividades comunitárias para resolver problemas coletivos (mutirões para limpeza, para levantar centros comunitários, para cuidar de crianças etc.) (SADER, 1995, p.207).

Eder Sader (1995) aponta dois movimentos sociais de mulheres que surgiram a partir das discussões dos clubes de mães e da tomada de consciência política por parte das mulheres. São eles: i) O movimento pelo custo de vida; ii) O movimento de saúde.

O movimento pelo custo de vida surge como um desdobramento dos clubes mães. O movimento inicia-se quando é enviada pelas mulheres do clube de mães do Jardim Nakamura – SP, uma carta às autoridades, requerendo providências contra a elevação do custo de vida. Embora tenha havido certo refluxo do movimento no ano de 1974 devido à repressão política que vivia nosso país, em 1975 o movimento pelo custo de vida toma novo impulso. Neste momento as mulheres organizam uma pesquisa, sobre o aumento dos preços de artigos básicos consumidos pelas famílias dos trabalhadores. Elas mesmas aplicam a pesquisa. Vão ao encontro de aproximadamente 2.000 casas na periferia, explicando suas preocupações com o tema e a necessidade de levar o problema ao conhecimento das autoridades.

Neste processo de entrevistas, e esclarecimento o autor fala das dificuldades de diálogo que estas mulheres passaram a ter, seus discursos agora politizados já não eram mais tão acessíveis a seus vizinhos. Mesmo com algumas dificuldades conseguiram levar a cabo a pesquisa e em seguida enviaram uma carta às autoridades. Na carta mantiveram “o tom respeitoso e a posição de mães preocupadas com as suas famílias, além de corresponderem às atitudes dominantes entre as classes populares, era a forma possível de questionar às autoridades” (SADER, 1995, p. 214).

O movimento de saúde iniciou por um núcleo de donas de casa dos bairros mais pobres da cidade (São Paulo – SP) e contou com dois agentes decisivos: A igreja católica e um grupo de médicos sanitaristas. Desta maneira,

A igreja forneceu os primeiros elementos para a elaboração da própria noção de direitos. Os médicos sanitaristas permitiram que a população interessada na questão apreendesse os mecanismos concretos através dos quais poderia pressionar as autoridades públicas no sentido da conquista de suas reivindicações (SADER, 1995, p. 261).

O papel dos médicos sanitaristas foi primordial para que as mulheres pudessem se informar sobre os serviços de saúde e conhecer seus direitos e assim deixaram a crença da ajuda e da caridade cristã de lado.

A predominância feminina neste movimento “se explica pelo fato de serem elas que normalmente se incumbem dos cuidados com a saúde dos filhos, tendo que ir atrás dos postos de saúde, despertaram para o problema” (SADER, 1995, p. 269).

Diante do exposto sobre os movimentos de mulheres, Souza-Lobo (1991, p. 180) diz que

O significado dos movimentos de mulheres, da participação das mulheres no conjunto dos movimentos sociais (Blay, 1984) e das correntes feministas surgidas no final da década de 70 no Brasil é indicador de que novas formas de relações sociais, novas formas de pensar a política e de definir espaços de participação estavam em jogo.

Em Florianópolis existem hoje movimentos de mulheres congregando o Fórum de Mulheres de Florianópolis, o Fórum Lei Maria da Penha, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher etc. Porém, como já foi mencionado anteriormente, às mulheres entrevistadas neste trabalho vêm se destacando como lideranças, mas ainda não integram o movimento de mulheres⁷. Desta maneira no item seguinte abordaremos os movimentos dos quais fazem parte as lideranças pesquisadas - os movimentos sociais urbanos - e a participação delas nestes movimentos.

Trataremos ainda a questão da liderança, e o despertar das mulheres para este novo tipo de atividade em suas vidas.

⁷ À exceção de uma que também faz parte de movimentos de mulheres.

3 A EMERGÊNCIA DAS LIDERANÇAS FEMININAS JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

3.1 Movimentos Sociais Urbanos

As lideranças entrevistadas nesta pesquisa fazem parte, na grande maioria, de movimentos sociais urbanos, e, este item buscará descrever tais movimentos.

Segundo Gohn (1991), os movimentos sociais urbanos são heterogêneos, e

[...] diferem, em primeiro lugar, de uma série de outros movimentos sociais, tais como os feministas, os ecológicos, dos negros, dos homossexuais, etc., os quais também têm sido tratados, erroneamente, como movimentos sociais urbanos. Os movimentos sociais urbanos propriamente ditos assim devem ser qualificados por conterem uma problemática urbana, que tem a ver com o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano. Portanto, são movimentos sociais urbanos às manifestações que dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo.

Em segundo lugar, os movimentos sociais urbanos não se restringem às classes populares (p. 34).

E mais,

[...] os movimentos sociais populares urbanos também não são homogêneos porque comportam visões diferenciadas quanto aos processos de mudança e transformação da sociedade, quanto ao próprio papel dos movimentos nestes processos e à sua dinâmica interna; em pontos que dizem respeito à articulação base-liderança, papel da liderança, das assessorias e das relações com o Estado, Igreja, partidos e facções políticas e com o próprio movimento sindical. Em suma, os movimentos populares

urbanos comportam projetos político-ideológicos e culturais diferenciados segundo a articulação de forças que contêm (p. 35) .

Para Gustave Massiah (2005, p. 01), os movimentos sociais urbanos surgem durante a década de 1980 como reflexo das “consequências das políticas neoliberais no campo do desemprego e da pobreza, da interação entre desigualdades, discriminações e racismo”. Nesse período, cada vez mais, se pôde observar o desmonte dos direitos, com os indivíduos tendo o seu cotidiano absorvido pela ótica neoliberal, contando apenas com seus recursos para enfrentá-lo, sem a proteção do Estado. Vive-se assim um acirramento das situações de exclusão social.

No caso Brasileiro podemos dizer que estamos perdendo o que nunca tivemos, ou seja, nunca tivemos uma política efetiva de proteção social, e cada vez mais o Estado se desobriga destas questões, transferindo-as para a sociedade civil. É assim que se forma a nova ordem mundial, dentro de um processo de aprofundamento das desigualdades, com a redução e/ou eliminação do papel do Estado, e com a abertura para livre circulação do capital.

Neste contexto, as novas tecnologias fazem aumentar, ainda mais, a distância entre aqueles que têm acesso a elas e aqueles que nem sequer sabem escrever o próprio nome. A organização da família se transforma, as mulheres passam a trabalhar e a chefiar famílias. A escola, a televisão e os novos padrões de consumo passam a interferir intensamente nas relações familiares. A globalização e as políticas neoliberais tornam o indivíduo menos protegido, mais sujeito à lógica do mercado e com quase nenhuma garantia de direitos, os serviços públicos agora são substituídos por serviços do setor privado.

Como forma de enfrentar essa situação, os moradores dos centros urbanos passam a se organizar e a criar associações, sindicatos, fóruns, conselhos etc. Se organizam para experimentar e atuar, bem como para ter acesso às decisões que atingem suas vidas nas cidades.

Nas palavras de Massiah (2005, p. 01),

Os movimentos sociais urbanos se definem em relação à evolução das cidades que traduz a das sociedades. A cidade se estende em bairros segregados e fechados, ligados ou de preferência separados por rodovias urbanas. O modelo liberal mundial combina a purificação social e a segregação étnica. O que é discriminante, é a posição em relação à precariedade, às exclusões e às desigualdades: a recusa da purificação social, da segregação étnica e do isolamento urbano. O que está em jogo é a afirmação dos direitos e sua integração nas políticas urbanas e na produção das cidades. É preciso ser capaz de pensar um mundo sem exclusão, uma cidade sem segregação. Progride a idéia de que a cidade que se quer é aquela que tem como base o direito à moradia para todos, o direito à cidade para todos.

Além dos problemas de ordem estrutural, como o desemprego e as precárias condições de infra-estrutura das cidades, Gohn (1991, p. 33) aponta um outro fator, de ordem conjuntural, para o surgimento dos movimentos sociais urbanos: o “regime político-militar e a ausência ou repressão de espaços já tradicionais de participação popular, tais como partidos e sindicatos”.

Machado (1995) e Gohn (1991) apontam Manuel Castells como grande precursor da conceituação de movimentos sociais urbanos. Para o qual, nas palavras do próprio Castells (1977, p. 263 apud MACHADO, 1995 p. 34), os movimentos sociais urbanos são

Um sistema de práticas resultantes da articulação de uma conjuntura do sistema de agentes urbanos e de outras práticas sociais, de tal maneira que seu desenvolvimento tende objetivamente em direção a uma transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial das relações de poder na luta de classes, isto quer dizer, em última instância, no poder do Estado.

Nesta lógica, voltada ao controle social por parte da Sociedade Civil, Massiah (2005), define que

Os movimentos sociais urbanos são cada vez mais importantes e estão mudando. Combinam as reivindicações dos direitos nas cidades e os direitos à cidade. Todos os movimentos sociais presentes nas cidades têm uma dimensão urbana. A especificidade dos movimentos sociais urbanos, através das reivindicações a respeito das condições de vida dos moradores abrange a produção das cidades e o acesso ao direito à cidade (p. 01).

Desta maneira, a Sociedade Civil organizada enfrenta na atualidade o desafio de ser partícipe no planejamento das cidades. Essa participação está garantida com a Constituição Federal de 1988, no Capítulo II da Política Urbana, em seus Artigos 182 e 183, que descrevem os instrumentos para a garantia do Direito à Cidade, regulamentados pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 2001. A obrigatoriedade da aplicação do referido Estatuto é para municípios com mais de 20 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; com áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou país.

O Estatuto da Cidade dentro de um projeto de reforma urbana deve ser um instrumento para que o município intervenha nos processos de planejamento e gestão urbana e territorial, tendo em vista a garantia da realização do Direito à Cidade. Constitui-se num primeiro passo para que os brasileiros tenham assegurado o seu direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito a terra urbana, a moradia, ao saneamento ambiental, a infra-estrutura urbana,

ao transporte e aos serviços públicos, assim como ao trabalho, ao lazer, e a uma cidade justa e democrática para as presentes e futuras gerações.

Entende-se que hoje uma das principais barreiras na direção de uma efetiva implementação do Estatuto da Cidade, seja a falta de informação da população sobre o mesmo e, o que leva à falta de atuação da mesma nos mecanismos que lhe dão a legitimidade de sua participação, tal como os diversos conselhos deliberativos de políticas sociais e urbanas.

O processo de elaboração e fiscalização da implementação das diretrizes do Plano Diretor preconiza a participação popular, “[...] que implica uma decisão política e o emprego de metodologias operacionais que o favoreça” (PERUZZO, 1998, p. 276). Essa participação deve ser um instrumento de ampliação dos espaços públicos, de enfrentamento dos diversos projetos societários e dos diversos interesses na agenda desses projetos. Nesse sentido, a participação popular exige uma dinâmica de conhecimento crítico da realidade e de mobilização popular, pois os instrumentos de planejamento só adquirem real importância ao terem sua regulamentação e sua implementação influenciada e, sobretudo, monitorada pelos cidadãos através de um processo de democracia direta.

Outras lutas se ampliam e ganham força, a exemplo dos movimentos pelo direito a moradia, que

Conjugam hoje a defesa dos interesses dos moradores de rua e das pessoas que moram em habitações precárias. As lutas pela segurança fundiária promovem práticas de melhoramento ou de construção de habitações, reabilitação urbana e desenvolvimento, e demonstram a reivindicação de cidadania. O movimento associativo apresenta, de uma maneira contraditória, novas práticas de recomposição fundiária, de poupança e de crédito popular, de auto-construção e de auto-promoção, de gestão coletiva dos espaços, de democracia local (MASSIAH, 2005, p. 02).

Cabe ainda destacar a distinção feita por alguns autores, a exemplo de Maria da Glória Gohn, entre *movimentos sociais urbanos* e *movimentos sociais populares urbanos*, visto que os movimentos sociais urbanos possuem uma dimensão que é predominantemente urbana, porém, não são exclusivamente movimentos populares, existindo também movimentos cuja base social é a classe média, o que significa que os movimentos sociais urbanos não possuem uma nítida distinção de classe (JACOBI, 1985 apud DUARTE, 2000).

Outra característica relevante é a instabilidade desses movimentos, pois, de acordo com Machado (1995), eles

Vêm e vão. Começam e acabam. Alguns se tornam bastante ativos, geralmente devido à necessidade urgente de alguma amenidade urbana. Para obtê-la a

comunidade se mobiliza, organiza reuniões, envolve a igreja local, tenta conseguir ajuda financeira de diferentes maneiras e negocia com os políticos. Então eles podem perder a força, depois de terem suas demandas atendidas, ou porque as demandas não o foram, ou porque os líderes mais ativos se mudaram de bairro (p. 10).

Em síntese os movimentos sociais urbanos trazem consigo novos projetos de transformação social e podem ter, realmente, um papel autônomo na construção de uma nova sociabilidade. Têm como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida através do acesso a bens de consumo individuais e coletivos, dentro de espaços urbanos locais.

E, sobre as mulheres, objeto deste trabalho, e como já mencionado anteriormente, verifica-se que se constituem grandes atrizes nas lutas urbanas. Já em 1985, representavam 80% dos integrantes dos movimentos sociais urbanos (Rede Mulher, 1985 apud MACHADO, 1991), porém,

A maior parte da literatura das ciências sociais sobre os novos movimentos de base ignora uma óbvia observação empírica: o fato de que a esmagadora maioria dos participantes das organizações dos movimentos sociais urbanos são mulheres (ALVAREZ, 1990, p. 43 apud MACHADO, 1991, p. 68).

Dada a relevância do tema, e sabidos deste enorme número de participantes mulheres com que contam os movimentos sociais urbanos, dedicaremos a próxima subseção àquelas mulheres que vêm participando destes movimentos como lideranças e com isso imprimindo uma nova maneira de liderar, mais democrática e ética.

3.2 O Despertar da Liderança: saída da esfera privada para o espaço público

O primeiro objetivo deste trabalho foi o de conhecer os motivos que levaram as mulheres a se inserirem em um movimento social, e após as entrevistas se pôde verificar que em 88% dos casos a inserção se deu com o intuito de solucionar demandas do próprio bairro onde viviam. Bárbara, por exemplo, afirma que se inseriu *“para poder encaminhar alguns problemas que afetavam a vida do bairro (...)”*. Não faltaram frases semelhantes às de Bárbara quando as mulheres foram questionadas sobre o motivo que as levaram a se inserirem em um Movimento Social. As palavras de Anelise e Cátia confirmam e vão ao encontro das de Bárbara. Anelise, por exemplo, diz: *“Era um bairro da cidade em que você poderia criar*

os seus filhos ao modo antigo, ali na rua, soltos. E depois eu fui observando que eles venderam uma qualidade de vida para nós e que não era verdade, ai eu fui descobrindo um engodo”. E Cátia:

Então, eu via essa comunidade crescendo, eu acompanhei cada família que veio para cá. Ai eu acompanhei o crescimento dessa comunidade, o crescimento desordenado e tal (...) e eu sempre estive perto, eu sempre quis a minha comunidade melhor (...) não posso me sentir bem no meio se ao redor está tudo mal.

O que se vê é que a participação das mulheres é diferente da masculina, principalmente quando a distância entre elas não é tão significativa como a brecha no acesso às posições de tomada de decisões. A causa desta disparidade pode ser encontrada na marginalização e invisibilidade da participação feminina. Estes fenômenos estão vinculados com algumas características particulares de tal participação. A militância feminina se concentra na esfera da política informal. Isto quer dizer que as mulheres tendem a comprometer-se com ações comunitárias e de bairro, e também nos “novos movimentos sociais” (JELIN, 1987; 1996; apud MORENO, 2007).

Além das preocupações com o bairro - quintal de suas casas, algumas mulheres tiveram seu interesse pelas lutas sociais despertado e sua inserção nos movimentos ainda mais ligada a seus lares, exemplo disto são os depoimentos de Ana e Anelise, que relatam como problemas da esfera privada foram ampliados e serviram para o despertar de uma consciência política e social. Nas respectivas falas:

[...] foi quando o Collor começou a cortar o salário dos funcionários públicos eu tive que colocar os meus filhos em escolas públicas, e estando eles em escola pública eu fui participar da APP, e a partir daí eu não parei, ai eu fui para o conselho municipal de educação, de tanto que eu me interessei por educação, até hoje eu continuo discutindo educação infantil principalmente. E estou aqui, já faz mais de 15 anos (...)(Ana).

Ana continua, falando de um episódio que a fez despertar para as injustiças sofridas pela classe trabalhadora, ela relata:

Na verdade teve um episódio que me botou para a rua, na militância mais assim. Com mais vontade de fazer as coisas, que foi a greve dos petroleiros. O meu marido é um petroleiro. E na greve que teve em '95 ele ficou ilhado na plataforma por pelo menos um mês, e a gente em casa, a família não tinha que estar nem sabendo, e isso me botou em cheque-mate, que governo é esse. O que nós estamos fazendo aqui que eles prendem nossos companheiros lá, e a gente fica aqui sem informação nenhuma, só a mídia dando aquilo que a gente vê por ai, então eu disse assim “eu vou lutar por uma sociedade mais justa, por um governo diferente”. Então foi o que me deu força (Ana).

Anelise por sua vez, deixa bem claro que foram problemas ligados ao bairro onde vivia que fez com que se inserisse na militância. Em seu depoimento diz:

Na verdade, eu sempre me interessei pelas coisas de fora da minha casa. Com o que acontecia em volta. Mas fortaleceu muito isso quando eu me mudei para o bairro João Paulo. Porque a gente tinha uma natureza exuberante em volta das casas, e os meninos poderiam ser criados à vontade. (...) Foi assim que eu fui para o movimento, com a preocupação com o saneamento básico, água e energia. (Anelise)

E, após a inserção, quais foram os motivos que as levaram a assumirem cargos de liderança? Cátia, por exemplo, nos conta que depois de anos participando da associação de moradores de seu bairro, se viu preparada e desafiada a tentar assumir quando “*um cara mal, um cara sacana*” que havia chegado há pouco no bairro quis assumir a associação para “*sacanagem*”. Cátia, diz que viu o crescimento da comunidade, acompanhou cada família que se instalou lá e, portanto não poderia deixá-la nas mãos deste “*malfeitor*”. Fica claro nas falas de Cátia, que ela desenvolveu um amor quase que maternal pela comunidade, e assim como uma mãe se viu impelida a agir quando sua “prole” foi ameaçada. Nas palavras de Cátia: “*eu acho que é amor, é como família, como seus filhos, você quer cuidar da comunidade como você cuida dos seus filhos*”.

Cabe lembrar que assim como a própria entrevistada relata, participar da eleição e assumir a liderança só foi possível por que seus filhos já estavam grandes, e ela estava solteira. Esta observação confirma as análises feitas por Hola et al. (1993), quando diz que as mulheres vêm alterada sua capacidade de tomar decisões [políticas] devido às demandas que surgem no espaço doméstico, as quais podem ser incompatíveis com o cumprimento das atividades políticas.

O que se pode constatar, é que Cátia, assim como outras mulheres, não se ocupa de grandes teorias sociais nem de macro-política. Sua preocupação fundamental gira em torno da sobrevivência e do melhoramento da qualidade de vida em seu bairro e em sua cidade. E ainda, a comunidade é tratada muitas vezes como extensão da casa destas lideranças. López (2007, p. 196) diz que “em geral, a história da América Latina tem invisibilizado as lideranças femininas, registrando unicamente aquelas poucas figuras que chegaram aos mais altos cargos da política”, e com isto não considera aquelas que lutam no campo social, “pelas demandas por uma vida mais digna, por trabalho legítimo e outras reivindicações sociais que tem encontrado nas mulheres líderes decididas, [e] inovadoras em seus métodos [...]”. (LÓPEZ, 2007, p. 196).

Vale mencionar também o papel da igreja. É sabido que a Igreja se configura em um território permitido às mulheres, assim como as atividades assistenciais desenvolvidas nestes espaços, e, portanto, não representou surpresa saber que duas das mulheres entrevistadas tiveram sua inserção ligada à igreja católica, e a atuação dela na comunidade. Camila diz: *“Eu iniciei desde a adolescência, na comunidade, depois na coordenação da catequese, na comunidade, grupo de jovens, foi esse o processo”*.

No único caso em que a inserção não está ligada a demandas comunitárias e nem a igreja, a inserção se deu por afinidade com as lutas do movimento, haja vista que se trata de um movimento de mulheres trabalhadoras.

3.3 As Implicações das Relações de Gênero no exercício da liderança feminina.

Nos dias atuais podemos ver e ouvir algumas vezes um novo discurso na sociedade, onde discriminações e desigualdades não são toleradas. É “feio” ser racista, machista, homofóbico etc. Porém, na maioria das vezes, esta nova atitude não vai além do discurso. É comum famílias que afirmam que não são preconceituosas, mas ao mesmo tempo dizem que preferiam um filho morto a um filho gay, e aquelas que educam suas filhas para serem exímias e polivalentes donas de casa, enquanto seus meninos para serem provedores, desprovidos de conhecimentos domésticos.

Ultrapassar o discurso e mudar atitudes se mostra como um grande desafio, que ainda precisa ser enfrentado para garantirmos a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Tratar de relações de gênero é compreender que esta definição vai muito além daquela dada biologicamente, onde somos “machos” ou “fêmeas”, de acordo com o sexo que nascemos. O Gênero não é dado à priori no ato do nascimento e sim construído sócio-culturalmente “através de uma educação diferenciada para homens e mulheres, induzindo e fortalecendo papéis e estereótipos” (LISBOA & PINHEIRO, 2005, p. 04). Desta maneira, os indivíduos são transformados através de relações de gênero em homens ou mulheres, e então resultam em masculino ou feminino.

Desse modo, gênero

[...] seria o “sexo social” ou “sexo sociológico”, referindo-se à maneiras específicas de ser homem e mulher num dado contexto cultural e histórico de maneira bem mais complexa do que a mera referência ao “sexo biológico”. (...) Homem e mulher, o masculino e o feminino se constroem numa relação. Essa “construção” não está solta no tempo e no espaço nem é universal. Isto é: masculino e feminino, gênero, é construído culturalmente e historicamente. Isso quer dizer que a maneira de ser masculino ou feminina numa sociedade varia conforme o contexto (a cultura e o momento histórico) (MOTTA, 2006).

De acordo com a antropóloga Flávia Motta (2006), além de designarem papéis a homens e mulheres “as sociedades submetem “o universo” a classificações de gênero, atribuindo masculinidade ou feminilidade, por exemplo, ao sol e à lua”, o que só reafirma a importância da categoria gênero, como categoria analítica das relações sociais.

É importante considerar também o caráter relacional desta categoria, haja vista que,

(...) a discussão sobre relações de gênero tenta mostrar que as diferenças sexuais superam a “simples” definição biológica, pois agregam em si características socialmente construídas, podendo os papéis de homem e mulher variar conforme a cultura. Parte-se do pressuposto de que os estudos relacionados às mulheres devem necessariamente incluir os homens (LISBOA & PINHEIRO, 2005, p. 5-6).

Lisboa⁸ aponta alguns indicadores que reforçam o papel sócio-cultural na formação de uma orientação sexual diferenciada:

- *Quais os papéis que a sociedade espera dos homens?* O “forte”, o que não chora, o provedor, o potente, o que trabalha “fora” (espaço público) e não no espaço doméstico, o que nunca pode se submeter a uma mulher;
- *Quais os papéis que a sociedade espera da mulher?* A submissa, a frágil, a que trabalha no espaço doméstico, a recatada, a cuidadora;

Assim,

De acordo com esta visão, nascer macho ou fêmea é um assunto da natureza. No entanto, a educação diferenciada que machos e fêmeas recebem, bem como todo o seu processo de integração no grupo, transformam-nos em homens e mulheres com características específicas. Trata-se, pois, de um fenômeno cultural que pode - e deve - ser mudado (CARREIRA et al., 2001, p. 21) .

⁸ Apontamentos tomados durante aula expositiva ministrada pela professora Teresa Kleba Lisboa, na disciplina Serviço Social / Desafios Profissionais Contemporâneos– DSS 5120. UFSC. 29/11/2007.

Os estudos de gênero propõem uma desconstrução desses papéis. Deve ser revista inclusive a forma como são educadas nossas crianças. Os papéis descritos acima vêm sendo reforçados ou desconstruídos? Lisboa⁹ cita o exemplo de meninos que são pegos brincando com bonecas e ao invés de seus pais exaltarem o quanto estes meninos poderão ser pais amorosos, eles os repreendem, por vezes até usando expressões pejorativas e preconceituosas do tipo – “meu filho não vai ser gay”, “sua bichinha”, “quem brinca com boneca é boiola” etc.

Lutar pela igualdade de gênero é necessário para que possamos viver uma real e plena democracia, porém para adentrarmos nesta luta é necessário que alguns questionamentos sejam feitos e se compreenda o que se quer dizer quando se fala em igualdade. Ou seja, como é feita a divisão de trabalho entre homens e mulheres? Porque as mulheres ganham menos desempenhando as mesmas funções desempenhadas por homens? Como se dá o acesso aos recursos, e ao poder entre homens e mulheres? Qual a influência que as mulheres têm sobre os homens nos processos de decisão? Quantas mulheres assumem cargos de poder? Todas estas questões são em si objetos de pesquisas, e não poderão ser respondidas aqui. O que se pretende ao trazê-las a tona é dar-lhes visibilidade, pois entendemos que se a iniquidade não for conhecida não poderemos lutar por igualdade.

Tomamos como conceito de iniquidade o descrito por Ronaldo Coutinho Garcia (2003, p.14) que diz que construída historicamente, a

iniquidade social é a situação de uma sociedade particular, caracterizada por distribuição extremamente desigual da renda e do patrimônio (material e não-material), em que uma minoria populacional detém a maior parte destes e uma grande parte da população não alcança um patamar mínimo de existência com dignidade, quando isto seria possível com uma distribuição mais equitativa do patrimônio e da renda.

Desta forma o conceito de iniquidade, deve ser encarado de forma diferente dos conceitos de diferença e desigualdade, pois não se trata de um conceito meramente descritivo, mas sim normativo, na medida em que sempre pretende enunciar um deve-ser.

É de grande relevância que alguns dados sejam considerados: 70% dos pobres do mundo são mulheres; uma em cada três mulheres é chefe de família (LISBOA, 2007 – *notas de aula*). As políticas públicas que deveriam reverter este quadro acabam tendo um recorte

⁹ Apontamentos tomados durante aula expositiva ministrada pela professora Teresa Kleba Lisboa, na disciplina Serviço Social / Desafios Profissionais Contemporâneos– DSS 5120. UFSC. 29/11/2007.

assistencial, são focalizadas e fragmentadas, “não existe direito à, só existe programas para” (LISBOA, 2007 – *notas de aula*).

Cabe citar José Eustáquio D. Alves (2003, p. 19), quando diz que

[...] as desigualdades de gênero perpassam as desigualdades de classe e raça e são transversais às outras dimensões do social. Qualquer que seja o corte utilizado para definir as classes, os estratos sociais e a raça, pode-se perceber que as desigualdades de gênero estão presentes. E pior, as desigualdades de gênero reforçam as desigualdades de classe e raça. O fenômeno da feminização da pobreza nada mais é que a constatação de que entre os pobres as mulheres são maioria e sofrem mais diretamente os efeitos da exclusão social. É maior a presença das mulheres entre as camadas mais desfavorecidas da sociedade brasileira, assim como é menor a presença feminina no topo da pirâmide de renda.

Igualdade, segundo Teresa Kleba Lisboa¹⁰, significa ter as mesmas oportunidades. Assim, cada pessoa tem o mesmo valor de qualquer outra, portanto, elas devem ter igual dignidade, o que é um direito humano universal.

A igualdade é um conceito que aflorou com a Revolução Francesa no século XVIII, portanto um conceito ainda recente em nossa história. O conceito foi criado quando se tornou óbvia a não uniformidade, ou seja, a diversidade que as pessoas e as culturas apresentavam. Se não fosse pela diversidade não seria necessário inventar o conceito de igualdade, que só faz sentido porque somos obviamente diferentes.

Portanto, não se pode, nem deve em nome da igualdade tratar as pessoas da mesma maneira. Tratar as pessoas da mesma forma representa supor que são iguais, quando na verdade não o são. Para se ter igualdade é necessário tratá-las de formas diferentes de acordo com as necessidades de cada uma delas.

Desta forma, é primordial levar em conta quando se fala de equidade de gênero que para alcançá-la é necessário muitas vezes tratar homens e mulheres de maneira diferente, ou seja, os diferentes devem ser tratados de maneiras diferentes. Isto considerando que nem sempre o que serve para um servirá para outro, nem sempre o justo para um será justo para outro. Dessa forma, uma necessidade para ser atendida implica em uma redistribuição de poder e a garantia de imparcialidade na conquista de direitos e oportunidades iguais.

A equidade de gênero, portanto, refere-se à distribuição justa de direitos, oportunidades, recursos, responsabilidades, tarefas entre os gêneros respeitando as

¹⁰ Apontamentos tomados durante aula expositiva ministrada pela professora Teresa Kleba Lisboa, na disciplina Serviço Social / Desafios Profissionais Contemporâneos – DSS 5120. UFSC. 29/11/2007.

diferenças entre homens e mulheres. Pressupõe, ainda, ações para dotar as mulheres dos instrumentos, recursos e mecanismos necessários para participar e deixá-las preparadas para exercer cargos, propor e participar das decisões que lhe dizem respeito (LISBOA & LUSA, 2007, p. 4).

A discriminação de gênero, como uma forma concreta de relações de poder entre os sexos, em geral é mencionada, tanto por homens como por mulheres, como algo antigo e superado, que talvez esteja presente ainda em “outros” setores ou nas mentalidades mais retrogradadas. A não-discriminação aparece como uma norma social, como uma condição da democracia (HOLA & PISCHEDDA, 1993).

Existe ainda a incorporação da discriminação pelas próprias mulheres que nascem e são educadas em um sistema machista e patriarcal, incorporando assim os papéis que são designados a elas. Sobre isto, HOLA & Pischedda (1993, p. 81) dizem:

Estas pautas atuam sobre a base de outros precedentes culturais como são os resultados individuais dos processos de socialização diferencial limitantes: tendências a autodiscriminação, inflexibilidade dos papéis referentes à esfera familiar, ausência de estímulos, deficiente capital cultural, e outros. Em outras palavras, os mecanismos de discriminação não operam unicamente como um conjunto de restrições ou coações impostas ao sujeito contra sua vontade, mas sim também e principalmente como um conjunto de expectativas recíprocas aparentemente compartilhadas que se constituem em pautas orientadoras de ação (*tradução livre*).

E ainda,

Em geral existe o prejuízo de que as mulheres não servem para a política, prejuízo que inclusive portam as próprias mulheres porque, como assinalam algumas estudiosas do tema, temos sido socializadas no não-poder (HOLA & PISCHEDDA, 1993, p. 87 – *tradução livre*).

Assim, muitas vezes as mulheres não se reconhecem como discriminadas, e justificam seus insucessos no espaço público como resultado de sua incapacidade ou falta de preparo. As instituições políticas não estão abertas às mulheres e estas por sua vez não se sentem atraídas a se inserir, excluindo-se dos espaços políticos. O que se vê é uma lógica patriarcal sedimentada tanto na sociedade como nas instituições, e assim,

esta auto-exclusão se sustenta em um sedimento cultural que constitui identidades diferenciadas de acordo com o sexo e que, no substantivo, designa às mulheres a esfera doméstico-familiar. Portanto, toda a participação no âmbito público significa um grande desafio para elas, pois a necessidade de articular o papel doméstico com o político deve agregar-se o fato de que esse espaço social está estruturado e pensado por e para homens: o regulamento, os horários, os ritmos, os códigos de

linguagem, os comportamentos, os estilos de trabalho, o que é mais valioso socialmente e o que é politicamente significativo, são decididos por homens (HOLA & PISCHEDEDA, 1993, p. 83 – *tradução livre*).

Segundo as autoras, a participação feminina em nível local é mais tolerada pela sociedade, pois a comunidade ou o bairro são vistos como uma extensão do lar e, portanto, os problemas ainda fariam parte do mundo doméstico e as mulheres estariam aptas a resolvê-los nesta esfera. Porém, à medida que se avança em níveis de hierarquia e as instâncias são mais estratégicas as mulheres vão desaparecendo, pois nas palavras de Castro (1995, p. 31 apud ALVES, 2003, p. 59) “elas são apreciadas como ‘grandes companheiras de luta’, o que não significa que sejam admitidas como companheiras no poder”.

Uma primeira explicação para a pequena participação feminina na política é, segundo Alves (1994 apud ALVES 2003, p. 58), o “princípio da divisão sexual do trabalho que estabelece uma clivagem entre as esferas de atividade pública e privada, cabendo à mulher as tarefas domésticas e ao homem as responsabilidades extra-domésticas”.

Pensando a nova divisão sexual do trabalho no espaço doméstico, veremos que as mulheres saíram de seus lares para assumir tarefas ditas masculinas, mas não vimos este movimento no sentido inverso, os homens não assumiram tarefas nos lares na mesma proporção, surgindo daí as duplas e até triplas jornadas, pois para a maioria das mulheres a participação em um movimento social pode significar uma terceira jornada. Porém, reafirmando o já mencionado, e como diz Claudia Mazzei Nogueira em seu *livro O Trabalho Duplicado* (2006), em que faz uma pesquisa com mulheres trabalhadoras do telemarketing,

A consciência das trabalhadoras pesquisadas em relação à divisão sexual do trabalho no espaço reprodutivo, de certa forma não segue um padrão único. Muitas vezes percebemos que existem fortes valores no sentido de uma igualdade na obrigação com as tarefas domésticas; em outros momentos, aparecem valores que admitem a divisão sexual tradicional do trabalho (NOGUEIRA, 2006, p. 104).

Com todas as implicações das duplas e triplas jornadas, inclusive incidindo sobre a saúde da mulher como poderá ser visto à frente, a grande maioria das mulheres não pode abrir mão de seus trabalhos assalariados, haja vista que muitas delas são obrigadas a trabalhar para sobreviver e sustentar seus filhos.

Sobre isto, vale trazer mais elementos o trabalho público e o doméstico e como são vistos pelas mulheres entrevistadas. De acordo com Carreira et al. (2001) o fato das mulheres adentrarem o mundo da produção não significa que terão ascensão social, e pelo contrário, os dados mostram que 40% das trabalhadoras estão entre os que são menos qualificados e

recebem as menores remunerações, além daquelas que estão na informalidade e trabalham em condições precárias.

E ainda, segundo Alves (2003) as mulheres embora participem da geração das riquezas do país, não são recompensadas na mesma proporção que os homens. Recebem remunerações menores e ainda sofrem com a violência doméstica, a feminização da pobreza e as precárias condições laborais.

Com todas estas dificuldades, e outras já tratadas ao longo deste trabalho, gostaríamos de saber o que pensam as mulheres sobre o trabalho no espaço público, e no espaço doméstico. Que vantagens elas vêm (ou não), e o que as motivou a enfrentarem a discriminação, as precárias condições laborais e ainda os baixos salários.

A primeira resposta das mulheres foi a de que o trabalho produtivo, ou público, como temos tratado aqui, é socialmente mais valorizado que o trabalho doméstico. Nas palavras de Ana a sociedade,

acha que mulher que trabalha em casa não vale nada, não sabe nada. E eu acho exatamente o contrário porque hoje meus filhos estão na faculdade e têm uma boa formação e eu sei que eu fiz parte disso, eu que estive ali diariamente, contribuindo... Por que essas crianças que ficam sozinhas... Então eu fiz a minha parte, porque educação faz a diferença. E eu fiquei dona de casa por opção.

Frente a esta realidade descrita por Ana, as mulheres preferem, e na maioria das vezes necessitam adentrar o mercado de trabalho, como forma de serem reconhecidas e valorizadas, além de garantirem independência financeira, dado o número crescente de mulheres chefes de família.

Elas ainda dizem que na verdade o trabalho doméstico é um trabalho igual a qualquer outro, porém não é reconhecido socialmente. Segundo Anelise: *“Quando você é dona de casa, você é um objeto na casa, um objeto a mais. E quando você está na vida pública ele [o marido] tem um pouco de receio daquela mulher, que vai abrir a boca, que vai delatar, denunciar”*.

Sobre as vantagens Camila esclarece: *“São muitas, (...) porque lá fora você cria condições, além de conhecer pessoas novas, de ter relações de amizade, outras referências, além da questão do trabalho, da independência econômica. Oportunidade de formação, de crescer, são novas coisas, é um mundo que se abre”*.

Carreira et al. (2001) traz um quadro sistematizado pelo SOS Corpo durante um encontro sobre dupla jornada em 1994, nele constam as principais diferenças eleitas por cento e vinte mulheres entre o trabalho doméstico e o trabalho público.

Quadro 1 – Comparação entre Trabalho Doméstico e Público

TRABALHO DOMÉSTICO	TRABALHO PÚBLICO
Não há ganho.	É pago.
Não é valorizado.	É valorizado.
Dá um poder ambíguo.	Dá autonomia, igualdade.
É isolado.	Encontramos outras mulheres.
Destina-se à família.	Destina-se à sociedade.
É mais cansativo.	É menos cansativo.
Não é trabalho.	Dá orgulho, prova competência.
Tem de ser feito.	Tem luta, motiva.
Não dá prazer.	É preferível ao doméstico.

Fonte: CARREIRA et al., 2001, p. 147

Se pensarmos que tanto os homens quanto às mulheres são frutos de uma mesma cultura, machista e paternalista, poderíamos entender esta introjeção cultural que faz com que algumas mulheres ainda reforcem o modelo machista. Pois aquelas que não têm conhecimento e consciência de sua condição de oprimida, consideram naturais os padrões vigentes.

Neste caso, as distinções se operam segundo o modo de aproveitamento, o tamanho da exploração, o tipo de produção etc. É necessário levar em conta também os padrões culturais próprios de cada região. O lugar destinado à mulher no sistema social em geral, e a prática das regras sucessórias são, às vezes, causa e consequência desta situação.

O modo como se articula o privado e o público, o doméstico na relação com a exploração, em geral, explica também o grau de poder do que pode desfrutar a mulher. Reconhece-se geralmente a autoridade sobre as questões domésticas, mas seu papel fora de casa varia amplamente segundo as culturas, ainda que mulheres de diferentes origens e culturas, portadoras das mais diversas bagagens, vêm reconhecendo-se como sujeitos plurais e reivindicando a condição de participantes ativas na construção de uma história coletiva.

Na política, a divisão sexual do trabalho fica evidente na divisão de papéis e atribuições no interior das organizações, conduzindo a uma prática diferenciada de acordo com o sexo, assim,

O modelo cultural e as expectativas sociais a respeito das atividades femininas no campo da política se sustentam na convicção compartilhada socialmente de que as mulheres devem desenvolver um papel principalmente assistencial, de mero apoio das práticas e as decisões políticas permanecem em mãos dos homens. Deste modo, não se reconhece as mulheres como iguais e com capacidade para atuar na realização de propostas e objetivos em conjunto com os homens (HOLA & PISCHEDDA. 1993, p. 79 – tradução livre).

Alves (2003) aponta ainda outras limitações à inserção das mulheres no espaço político. Além do princípio da divisão sexual do trabalho e das duplas e triplas jornadas mencionadas anteriormente, o autor faz menção às limitações impostas pelos homens da família, “[...] uma vez que os maridos (ou pais) buscam limitar a participação de suas esposas (ou filhas)”. E ainda, segundo Esmeraldo (1998 apud ALVES 2003, p.59), tomando por base o meio sindical, “isto pode ser constatado pelo fato de existir uma maior proporção de mulheres solteiras ou separadas em relação aos homens que atuam nas diversas instâncias dos sindicatos”. Alguns depoimentos confirmam a análise de Alves. Cátia diz:

Porque elas são sufocadas pelos homens, as mulheres casadas elas pensam duas, três vezes em tomar uma atitude de liderança porque elas pensam no que os maridos vão achar. Antes de todo mundo achar alguma coisa depende do que o marido vai achar. Eu mesma não sou casada, e estou acostumada a decidir. Mas eu respeito muito os meus filhos, eu peço muito a opinião deles. Elas dependem muito da opinião do marido, não tem como abandonar tudo no fim de semana e ir coordenar um mutirão. Eu faço isso, mas qual é a vantagem que eu tenho com elas? Eu não tenho criança pequena e nem marido, então eu posso fazer isso.

Carla confirma em sua fala:

Hoje em dia eu digo assim: eu que sou sozinha, para mim arranjar um companheiro, só dentro da área, dentro das batalhas comunitárias, porque como que eu vou ter tempo de dar atenção se hoje o meu dia todo é completo, tem semana que eu tenho reunião a semana toda, e do serviço eu vou direto para as reuniões e das reuniões que eu venho para casa, os meus filhos já reclamam, de que eu não dou atenção para eles, e se eu dou atenção para eles as outras pessoas já ficam bravas comigo, agora mesmo que eu me recolhi 20 dias, o pessoal da diretoria ficou bravo comigo porque eu não fiz mais reunião, porque eu dei uma parada para dar atenção para a minha família.

Sobre a relação com o marido Anelise em seu depoimento diz:

Não é por ciúme nada, mas é aquela questão assim. Porque quando eu entrei na AMWAY uma vez, o meu marido entrou em crise, porque eu viajava. É a liberdade dela [da mulher] também que conta, se ela é solteira ela entra, se ela é separada ela entra, se ela é casada... A [Ana], por exemplo, já enfrentou um monte de problemas com o marido dela por causa disso, e hoje ela está restrita assim, “de manhã eu me dedico só a minha casa”. Eu acho que é a família um pouco que oprime, e a família e o marido.

Por fim, Alves (2003, p. 59) aponta o “[...] não domínio das “tecnologias do poder”, tais como o palanque, um assento na mesa de negociações, o microfone nos comícios ou o discurso nas assembleias”, como mais um fator limitante da participação política da mulher.

Como estratégias para o enfrentamento destas condições desfavoráveis HOLA & PISCHEDDA (1993), mencionam uma capacitação para o poder, onde,

a capacitação é entendida não só como aquisição de conhecimentos objetivos e sim, mais importante ainda, como capacitação para o poder, para seu exercício e manutenção. (...) O poder não é uma “entelequia”, é uma questão que se vai construindo como atos cotidianos, permanentes, encadeados (HOLA et al., p. 109 – *tradução livre*).

Assim, é necessário que as mulheres estejam capacitadas para exercerem poder e, para tanto, é preciso que estejam empoderadas, sejam conscientes de sua situação de subordinação e submissão e consigam libertarem-se e serem donas de suas vontades. Segundo Alves (2003, p. 17),

A história mostra que a exclusão das mulheres das esferas do poder reforça a situação de inferioridade social a que estão sujeitas. Chegou-se a um consenso em várias Conferências Internacionais de que “empoderar” as mulheres é um pré-requisito para a correção das injustiças sociais responsáveis pelas desigualdades de gênero.

Desta forma, o que se vê é que as relações de gênero influenciam significativamente no exercício da liderança por parte das mulheres. Através destas relações desiguais as mulheres têm suas possibilidades de participarem reduzidas, e ainda mais reduzidas as chances de ascenderem a postos de liderança. Na seqüência seguiremos trabalhando a categoria liderança.

3.4 Liderança Feminina: Um Conceito em Construção

3.4.1 Como conceituar liderança? Quais as características necessárias ao exercício da liderança?

Sempre houveram líderes. Já na antiguidade, em IV. A.C. Platão em seu livro *República* traz um modelo de líder preparado pelo seu papel de “guardião do Estado”, além de sê-lo também por “alguma disposição natural” e, principalmente, pela educação. Aristóteles, por sua vez em *A Política* desvia o enfoque principalmente para as qualidades naturais

(“desde o nascimento, uns são fadados a obedecer, outros a mandar”). E, Michels, que na *Sociologia do partido político* (1911) elabora uma grande lista de “qualidades pessoais pelas quais uns conseguem frear as massas” (PETRACA, 1986, p. 714).

Mesmo com a contribuição destes autores, durante esta pesquisa podemos constatar que existe pouca ou quase nenhuma bibliografia sobre a temática da liderança e, portanto, entendemos relevante resgatar um dos clássicos da Sociologia que trabalha o conceito – Max Weber.

Para Weber, existem três tipos puros de dominação que caracterizam uma liderança: autoridade tradicional, a carismática e a racional-legal. Estas três autoridades correspondem a três tipos de legitimidade: a racional, a puramente afetiva e a utilitarista. A autoridade racional-legal acontece quando é legitimada não na pessoa física, mas sim na lei e têm como “fundamento a dominação em virtude da crença na validade do estatuto legal e da competência funcional, baseada por sua vez, em regras racionalmente criadas” (WEBER, 1980, p. 22). Acredita-se na idéia de que aqueles que estão em posição mais alta têm direito para exercer poder sobre os que se encontram em situação inferior, porém “as pessoas sujeitas às ordens são iguais [a seus superiores] perante a lei e obedecem ‘à lei’ e não as pessoas que a implementam” (BENDIX, 1986, p. 234). Este sistema de dominação se aplica também às instituições, onde o cargo é um status e não a pessoa do líder em si, já que o líder pode ser substituído, enquanto o seu cargo continuará carregando poder.

A autoridade tradicional “é imposta por procedimentos considerados legítimos porque sempre teria existido e é aceita em nome de uma tradição reconhecida como válida” (WEBER, 1980, p. 22). Em outras palavras, origina-se em um sistema de crenças e sucessões como no caso dos indivíduos que acendem ao poder por descenderem de famílias tradicionais e importantes. É o que se poderia chamar de dominação patriarcal, ou dominação herdada. Nela o poder, está diretamente ligado ao relacionamento da hierarquia. As ordens do líder

são legítimas no sentido de que estão de acordo com o costume, mas eles [os líderes] possuem também a prerrogativa da livre decisão pessoal, de modo que a conformidade com o costume e a arbitrariedade pessoal são ambas características de tal comando” (BENDIX, 1986, p. 234).

Já a autoridade carismática se baseia em características pessoais dos sujeitos, a autoridade é reconhecida e legitimada pelo carisma do líder.

Carisma segundo Weber, seria um dom natural, uma capacidade de envolver e convencer os demais. “Ele domina os homens em virtude de qualidades inacessíveis a outros e

incompatíveis com as normas do pensamento e ação que governam a vida cotidiana. As pessoas se rendem a esses líderes porque se deixam levar por uma crença nas manifestações que os autenticam” (BENDIX, 1986, p. 238). Na liderança carismática é necessária a imagem e a presença física de um indivíduo. O líder carismático tem facilidade para a persuasão, podendo assim dominar intelectualmente outros indivíduos. Ele é capaz de seduzir e de envolver emocionalmente tornando-se referência para o resto do grupo. Porém só se manterá no poder enquanto seus apelos forem considerados legítimos pelos seus seguidores, pois são eles que o mantêm na condição de liderança.

Assim é criada uma expectativa sobre o indivíduo dominador, que por vezes pode gerar frustrações, já que o líder carismático pode não conseguir ser ou agir como as pessoas esperavam e isto pode fazer com que perca sua legitimidade e conseqüentemente sua liderança.

Weber (1980, p. 22) aponta ainda que o líder carismático é em certa medida sempre um revolucionário, “na medida em que se coloca em oposição consciente a algum aspecto estabelecido da sociedade em que atua”.

As autoras Afkhami et al. (2005) nos remetem a um outro olhar sobre o que é a liderança. Elas partem na “contramão” e fazem uma discussão sobre aquilo que *não é* a liderança.

Iniciam dizendo que liderar não é igual a capacidade de empregar a força ou a coerção. Segundo elas “sabemos que é possível forçar as pessoas para que façam o que queremos ameaçando-as com certas privações ou castigos” (p. 31 – *tradução livre*). Para as autoras, “Por exemplo, um pai [que] ameaça castigar seu filho porque reprovou em uma matéria ou tem descuidado de suas responsabilidades na casa” (p. 31 – *tradução livre*) não está exercendo a liderança e sim agindo de maneira negativa frente a situações que não teriam porque ter acontecido se tivesse havido a liderança. O pai, por exemplo, não teria que castigar seu filho, se uma comunicação efetiva tivesse havido, possibilitando um melhor entendimento. Estes exemplos são trazidos pelas autoras para contrapor a idéia de que liderança é igual a autoridade legal apontada por Weber, como é a autoridade de um pai sobre sua descendência, ou a autoridade tradicional, como é a de um superior em uma organização hierárquica.

Sobre a liderança carismática as autoras dizem:

Nós sabemos, por nossa própria experiência, que algumas pessoas têm uma personalidade que inspira respeito e complacência. Estas pessoas influenciam outras por seu carisma. Sem dúvida, esse carisma que é uma qualidade inata que algumas

peças têm e outras não, mas não é igual a liderança. A liderança é uma propriedade da comunicação que está potencialmente disponível à todas pessoas. E mais, algumas pessoas que não são carismáticas resultam ser excelentes líderes (AFKHAMI et al., 2005, p. 32 – *tradução livre*).

Com isto, segundo as autoras, que contrapõem as idéias de Weber, a liderança não é nem autoridade legal, nem tradicional, nem carismática, mesmo que cada uma delas possa estar presente no processo de liderança. “Ou seja, as pessoas em posição de mando, podem ou não ser líderes. Portanto, as situações de liderança devem diferenciar-se conceitualmente das situações autoritárias ou das estruturas autoritárias de mando” (AFKHAMI et al., 2005, p. 32 – *tradução livre*).

Por outro lado a corrente funcionalista vincula a liderança a um papel ou função sociais que os grupos necessitam para seu funcionamento e, portanto, deve estar vinculada às expectativas de tal grupo (LÓPEZ, 2007).

Segundo Petraca (1986, p. 713), é

Mais realista – e mais fecundo cientificamente – (...) considerar Liderança como um papel que: a) desenvolve-se num contexto específico de interações e reflete em si mesmo (e na sua ‘tarefa’) a ‘situação’ desse contexto; b) manifesta determinadas motivações do líder e exige atributos peculiares de personalidade e habilidades, além de recursos específicos, tudo isso (motivações, atributos e recursos) variáveis do papel, relacionadas com o contexto; c) relaciona-se com as expectativas dos liderados, seus recursos, suas aspirações e suas atitudes.

E continua,

Podemos afirmar que são líderes os que: a) no interior de um grupo; b) ocupam uma posição de poder que tem condições de influenciar, de forma determinante, todas as decisões de caráter estratégico, c) o poder que é exercido ativamente, d) e que encontra legitimação na sua correspondência às expectativas do grupo (PETRACA, 1986, p. 715).

De acordo com Mercedes Lopes que escreve para o dicionário de estudos de gênero e feminismos (2007, p. 195),

[...] são líderes aqueles que dentro de um grupo, organização ou comunidade: a) detêm uma posição de poder determinante das decisões de caráter estratégico; b) exercem este poder ativamente, e c) encontram uma legitimação em correspondência com as expectativas do grupo (*tradução livre*).

Segundo Carreira et al. (2001, p. 19),

[...] ser líder é exercer influência no comportamento dos demais indivíduos de um grupo. Desta forma, o comportamento de liderança aqui estudado ultrapassa a atuação daquelas figuras públicas ou carismáticas que estão na linha de frente de empresas, governos e outros tipos de organização, que aparecem com frequência nos noticiários e comandam destinos. Abrange também a atuação de pessoas que muitas vezes assumem papéis de liderança em situações específicas e cotidianas, mas que detêm a capacidade de mobilizar e incidir socialmente.

De acordo com as autoras, a liderança não é nata e pode ser apreendida. Das características que compõe a liderança, apenas a intuição é nata e não pode ser apreendida. Porém, afirmam, “o que leva as pessoas a se destacarem não são apenas os dons inatos ou as capacidades apreendidas, mas o uso que fazem do que são e aprendem”, e ainda, “líder é quem tem mais influência, cujas idéias, palavras ou sugestões são tomadas como guias para as demais” (CARREIRA et al., 2001, p. 61).

Assim, segundo elas, a liderança é uma arte, e

[...] na arte da liderança, o instrumento do artista é ele mesmo. Em última análise, o desenvolvimento da liderança é um processo de autodesenvolvimento. Conhecer bem seus princípios, valores, preconceitos e debilidades. E, mais do que isto, tratar de compensar e superar as próprias limitações. Definir-se em função de si, e não dos outros, das situações ou dos acontecimentos. E, o mais importante: ver as possibilidades em vez dos obstáculos (CARREIRA et al., 2001, p. 66).

Petraca fala que, com efeito, os atributos de personalidade e habilidade do líder assim como suas motivações

[...] se encaixam no contexto de recursos que, numa situação específica, entram em jogo para a conquista e a manutenção da liderança: estes recursos podem ser muito diferentes, tanto quanto diferentes podem ser as causas que levam ao estabelecimento de uma relação de influência (1986, p. 714).

Carreira et al. (2001, p. 66) ainda complementam dizendo que

é preciso também desenvolver a assertividade criativa: ser positiva(o) e afirmativa(o), desenvolver iniciativa, esforçar-se, lutar para conseguir o que se propõe, insistir em seus direitos, defender-se quando atacada(o), expressar opiniões próprias, reconhecer os próprios objetivos e planejar sua vida de acordo com eles.

A assertividade mencionada pelas autoras é importante na hora de lidar com conflitos. Os conflitos geralmente apontam para momentos de crise, porém como se administra esta

crise é que faz a diferença. “Se a crise for vista como uma oportunidade de se alcançarem níveis mais amplos de compreensão da realidade, então o conflito torna-se uma experiência positiva e uma oportunidade de transformação” (CARREIRA et al., p. 111). Segundo as autoras,

Assertividade é a habilidade de sermos afirmativas (os) e propositivas (os) em nossas ações. Uma pessoa que pretenda ser líder deve se guiar pela assertividade como referência de conduta a inspirar as demais. Em geral, definem-se três tipos de condutas:

- ✓ Conduta não-assertiva – Caracteriza-se pelo fato de se colocar sempre em primeiro lugar o direito da outra pessoa e aceitar tudo o que ela quiser, seja o que desejamos ou não. Com essa conduta corre-se o risco que nossos próprios direitos sejam violados.
- ✓ Conduta agressiva – Tem como base a crença de que os direitos individuais são o que há de mais importante, mesmo às custas dos direitos dos demais.
- ✓ Conduta assertiva – Trata-se de uma postura intermediária, em que a pessoa defende seus próprios direitos, respeitando os dos demais. Na maior parte dos casos, essa é a conduta que melhor funciona (CARREIRA et al., 2001, p. 115).

Em síntese o que se conclui é que a personalidade da líder é apenas um dos fatores que interferem na liderança. O que não pode ser ignorado é que a liderança acontece sempre em relação direta com a situação do contexto onde é exercida e as “líderes são sempre, secreta ou abertamente, selecionados com antecedência pelos seus liderados, de conformidade com as necessidades do grupo” (L. G. SELIGMANN, 1968 apud PETRACA, 1986, p. 714).

3.4.2 Liderança Transformadora

É a partir da ampliação da definição de liderança, que Carreira et al. (2001) constroem o conceito de liderança transformadora. Segundo as autoras nos dias atuais

[...] a liderança transformadora surge como uma promessa de hegemonia para novos atores sociais. Orienta-se às pessoas e caracteriza-se por fomentar a participação, compartilhar poder e informação, realçar o valor das equipes de trabalho, em vez de promover personalismos. Ela se define como o poder de levar os integrantes de uma equipe ou grupo a se comprometerem com objetivos definidos e a realizá-los.

Algumas características deste novo modelo de liderança – a liderança transformadora descrita pelas autoras são:

- extrapola a idéia de líder nata (o);
- a entende como conjunto de características/habilidades/competências/valores que pode ser desenvolvido ou reconhecido em pessoas que já a exercem, mas não se enxergam como tais;
- algo plural (vários jeitos, muitas formas), contextualizado (a liderança em si não “faz verão”, é necessário levar em conta os ambientes, os momentos, as características das organizações, das pessoas envolvidas...) e situacional, ou seja, que não necessariamente é um exercício permanente de uma única pessoa em um coletivo (conforme o desafio a ser enfrentado, líder pode ser aquele (a) que reúne as condições mais apropriadas ao momento);
- organicamente ligada à grupos, coletivos, instituições;
- que ultrapassa o domínio de técnicas/ instrumentos, mas que constrói/reconstrói permanentemente uma visão de contextos, processos sociais; aposta no autoconhecimento e se compromete com valores, atitudes e posturas ligados à humanização e democratização das relações e instituições e ao enfrentamento das desigualdades sociais, em especial a desigualdade entre homens e mulheres (CARREIRA et al., 2001, p.11).

Sobre a liderança ser situacional, Petraca (1986, p. 714) diz que uma vez que Liderança é “uma relação existente entre pessoas inseridas em determinadas situações sociais (...), as pessoas que são líderes numa situação podem não ser, necessariamente, em situações diferentes”.

A liderança transformadora e democrática se opõe ao conceito de chefia que se baseia na hierarquia e na autoridade vertical, ela é outorgada pelo grupo, que reconhece em alguém as habilidades necessárias para motivar e mobilizar em direção a determinado objetivo.

Este novo estilo de liderar se aproxima da forma feminina de liderar como aponta Medeiros (2007)

Nas últimas três décadas do século passado, influenciadas principalmente pela revolução feminina, a mulher vem assumindo cada vez mais postos de liderança (...), sem que seja necessário abandonar completamente seus valores e “vestir” uma roupagem masculina. Dessa forma, ela conseguiu desenvolver outro modelo de liderança, mais coerente com suas crenças e, portanto, mais voltado para a harmonia e união, que coloca as pessoas como foco principal de sua gestão, facilitando a criação de uma grande rede de interações.

Neste estilo de liderança o que vale é transformar interesses individuais em interesses de grupo, mobilizando os sujeitos a buscarem com entusiasmo os objetivos definidos, sem que sejam esquecidos princípios como a ética a justiça e a equidade (MEDEIROS, 2007, p. 49).

O novo modelo atribui mais valor às habilidades individuais do que à posição que a pessoa ocupa na organização. Valoriza e premia aqueles que mostram ter o “conhecimento profundo do tema em questão, a habilidade nas relações interpessoais, a capacidade de

dinamizar os processos da equipe e de mobilizar a atenção e as energias de todos os seus integrantes” (CARREIRA et al., 2001, p. 49).

Um atributo importante descrito é o de que as características tidas como femininas não são abandonadas e nem substituídas pelas masculinas, ao contrário elas se mesclam na liderança transformadora. Elas

Combinam-se de diferentes formas nos indivíduos, de acordo com o jeito de ser de cada um, rompendo com a idéia de papéis predefinidos para mulheres e homens. Alguns homens possuem características ditas “femininas”, como sensibilidade e intuição, enquanto outros só agora começam a valorizá-las. Ao mesmo tempo, mulheres com acentuada tendência à racionalidade estão aprendendo a conviver com as chamadas características femininas que até então repudiavam por causa da imposição de valores da sociedade patriarcal.

Na verdade, ocorre uma espécie de androginia nas candidatas e nos candidatos à liderança das organizações deste século XXI. Podem-se encontrar agressividade e firmeza nas mulheres; e, cada vez mais, os homens tendem a reconhecer a importância da empatia com os integrantes de sua equipe e a perceber a afetividade como fator determinante de produtividade, no âmbito das relações humanas (CARREIRA et al., 2001, p. 50).

A liderança transformadora constitui-se em novo modelo e, “está relacionada com o “servir” e não “ser servido”. E para servir, é preciso se despir de todo o autoritarismo, de toda a prepotência; é preciso desenvolver a humildade. Aliás, o verdadeiro poder não está no mando, no controle, mas sim, na capacidade de confiar, na grandiosidade de se doar aos outros” (MEDEIROS, 2007, p. 34).

Para Afkhami et al. (2005) uma liderança inclusiva, participativa e horizontal, depende que sejam utilizadas certas estratégias. As estratégias apontadas por elas são: a) a comunicação – para que exista a liderança é necessário no mínimo uma relação entre duas pessoas, desta forma, o modo como uma pessoa lidera tem muito a ver com a forma como se comunica; b) a escuta – as lideranças se fortalecem ouvindo as perspectivas, idéias e objetivos de outros, valorizando e dando crédito as sugestões e opiniões; c) a construção de consensos – compreender que as decisões devem ser tomadas de maneira democrática, a partir do entendimento comum das pessoas sobre as opções e possibilidades; d) a criação de um propósito comum e desenvolvimento de alianças - quando um grupo cria um sentido coletivo, cada um de seus membros atua dentro de um marco de trabalho no qual compartilham sentido de propriedade e responsabilidade; e) a desenvolver alianças para a aprendizagem – os resultados de uma aliança refletem o pensamento e as atitudes de seus participantes. Portanto, uma aliança de aprendizagem é aquela na qual a interação dos participantes leva a reflexão, avaliação e conhecimento.

Quadro 2 - Comparação entre lideranças convencional e transformadora

LIDERANÇA CONVENCIONAL	LIDERANÇA TRANSFORMADORA
Objetivo: controle, domínio, apóia-se em relações de dependência.	Objetivo: mudança, superação, cria relações baseadas em liberdade.
Baseia-se na ordem estabelecida e na hierarquia.	Baseia-se no reconhecimento e na confiança do grupo.
Exige respeito à posição de autoridade.	Facilita, comunica, cria redes.
Tem respostas firmes e categóricas.	Questiona e pergunta.
Impõe, limita e define.	Delega poder e responsabilidades.
Manda e dá ordens.	Age como modelo e dá exemplo.
Impõe disciplina.	Potencializa e valoriza a criatividade.
Avalia o rendimento.	Trabalha por objetivos.
Concede aumentos anuais e automáticos.	Remunera de acordo com a produtividade.
É rígida: segue um padrão militar.	É flexível: segue um padrão educativo.
Promove em função de relações clientelistas.	Promove em função de resultados profissionais.
Cria desconfiança e faz com que as pessoas sejam cautelosas, por medo.	Propicia um bom ambiente de trabalho para que haja crescimento pessoal e de grupo.
Pune e castiga pelos erros.	Dialoga e premia pelos acertos.
É fechada: prioriza contatos com os de cima e os de baixo.	É aberta: prioriza contatos com os de fora.
Afirma: "Isso é o que temos de fazer".	Pergunta: "Como posso colaborar para que você faça melhor?".
Apóia-se em padrões estabelecidos.	É inovador e tem visão.
Guarda informação para preservar poder.	É transparente e aberto.
Tem pouco tempo para as pessoas.	Dedica bastante tempo às pessoas.
É rígida e mecanicista.	É flexível e holística.
Situa-se no topo da estrutura.	Situa-se no centro do grupo.
Inspira temor e distância.	Gera credibilidade e confiança.
É fria, impessoal e objetiva.	É cálida, pessoal e direta.

Fonte: CARREIRA et al., 2001, p. 50

Finalmente, Carreira et al. (2001) apontam algumas qualidades que são atribuídas às lideranças transformadoras.

- ✓ Intuição: visualizam e antecipam uma situação antes que ela aconteça;
- ✓ Investigação: buscam conhecer mais sobre a situação;
- ✓ Ação: reúnem informações e as trabalham;
- ✓ Comunicação: compartilham suas idéias e seus sentimentos;
- ✓ Avaliação: definem a situação e analisam os recursos disponíveis;
- ✓ Decisão: planejam uma via de ação;
- ✓ Visão de conjunto: desenvolvem a idéia global do processo.

E ainda, segundo Medeiros (2007), cabe às lideranças transformadoras desafiar o estabelecido, inspirar uma visão compartilhada, capacitar pessoas para a ação, apontar o caminho e encorajar o coração.

Como visto, a liderança transformadora carrega este título porque propõe um novo paradigma, centrado no equilíbrio, condensando tanto valores tidos como masculinos, como valores vistos como femininos. Muitos destes valores e princípios foram encontrados nas lideranças entrevistadas, sendo assim, dedicaremos a próxima seção à análise e estudo destas lideranças.

4 A LIDERANÇA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – MARCANDO DIFERENÇAS?

Sabemos que há muito as mulheres participam ativamente de movimentos sociais, porém não vêm tendo a visibilidade que merecem. Muito mais do que participar nos deparamos nesta pesquisa com mulheres que assumem de forma particular e competente postos de liderança nestes movimentos.

Desta forma, a pesquisa de campo, realizada entre os meses de agosto/2007 e janeiro/2008, teve por objetivo conhecer a realidade de algumas mulheres que exercem liderança em movimentos sociais na região da Grande Florianópolis.

O trabalho implica na realização de pesquisa bibliográfica, de um lado, e de pesquisa empírica, de outro lado. Do ponto de vista de sua natureza pode ser classificada como uma pesquisa básica, pois visa gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, porém sem aplicação prática prevista.

Quanto à forma de abordagem trata-se de uma pesquisa qualitativa, haja vista que considera a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, em outras palavras, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade dos indivíduos que não pode ser quantificada em números. Sobre isto Minayo et al. (Org, 2001, p. 22) diz que “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

Quanto aos objetivos, tomando como base às classificações de Gil (1991 apud SILVA; MENEZES, 2005), podemos considerar que a pesquisa é exploratória, dado que busca familiarizar-se com o tema envolvendo revisão bibliográfica, entrevistas, uso de outros exemplos comparativos, assumindo, em geral, um aspecto de Pesquisa Bibliográfica e Estudo

de Caso. Neste sentido, o que se pretendeu com a pesquisa foi descrever o perfil das lideranças, para então compreender sua inserção nestes movimentos, dado o tema ainda ser pouco explorado. Como consequência visa dar visibilidade a estas mulheres que atuam em cargos de liderança em movimentos sociais.

No que tange à coleta de dados, a base foi formada por meio indireto, através de pesquisa bibliográfica utilizando material já publicado (ainda que não tenha sido encontrado um grande número de fontes sobre a temática específica da liderança feminina), especialmente livros, artigos de periódicos, aulas expositivas e ainda material disponibilizado na rede mundial de computadores etc. Por meio direto, através da aplicação de questionário e entrevista. Foram entrevistadas nove mulheres atuantes nos movimentos sociais urbanos da Grande Florianópolis. A entrevista, podemos chamar de semi-estruturada com perguntas abertas. Para Cruz-Neto (1994):

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informações contidas nas falas dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que está sendo focalizada (p. 57).

Com relação a amostra, em princípio foram enviados vinte e cinco questionários via e-mail para possíveis lideranças comunitárias¹¹, mulheres militantes em movimentos sociais. Dos vinte e cinco questionários apenas um retornou e as informações puderam ser consideradas nesta pesquisa.

Os nomes e endereços eletrônicos destas 25 mulheres foram retirados das listas de presença dos “*Seminários Regionais: O direito à cidade e o plano diretor integrado e participativo de Florianópolis*”, realizado pela UFECO com assessoria do NESSOP, durante meu período de estágio curricular obrigatório. No ato do envio não havia a certeza de que todas estas mulheres eram lideranças, havia apenas um indício disto, já que os seminários eram voltados para formação e qualificação das bases da UFECO, ou seja, embora o evento fosse aberto ao público, os participantes, na sua maioria, faziam parte das diretorias de conselhos e associações comunitárias. Porém, como foi dito, apenas um questionário retornou preenchido via e-mail. Minha hipótese para a não devolução dos questionários respondidos se refere ao acesso aos meios digitais por estas mulheres, que, muitas vezes, não foram educadas

¹¹ Seu cargo no movimento social seria efetivamente conhecido após leitura dos questionários respondidos.

nem treinadas para utilizar essas ferramentas, bem como não tem fácil acesso a eles, devido a questões de ordem econômica. Sobre isto Afkhami et al. diz que

Sem dúvida, estamos diante de uma grande brecha digital, resultante de um acesso e capacidade desigual que existe para usar a informação e o conhecimento que levam ao desenvolvimento, a liberdade e a igualdade de gênero. Por exemplo, há mais computadores nos Estados Unidos que no resto do mundo. As mulheres em todos os lados, particularmente nos países em desenvolvimento, têm menos acesso à tecnologia moderna que os homens. (AFKHAMI et al., 2005, p. 29 – *tradução livre*).

Foram ainda agendadas dez visitas para entrevista, das quais apenas oito conseguiram ser efetivadas devido a impedimentos por parte das lideranças, totalizando assim uma amostra de nove mulheres.

São mulheres que atuam em diferentes áreas o que reafirma que o exercício da liderança feminina pode se dar em diversos espaços, sejam movimentos sociais, universidades, ONG's, instâncias políticas formais, sindicatos, empresas, entidades religiosas e filantrópicas, órgãos públicos, etc. As mulheres que constituem o objeto desta pesquisa fazem parte de movimentos sociais diversos, desde presidentes de associações de moradores, a lideranças sindicais e em alguns casos participando ativamente de mais de um movimento como pode ser visto no quadro abaixo.

Quadro 3 – Movimentos de atuação das Mulheres entrevistadas

UFECO e Bases Cargo/Movimento
Vice-Presidência da UFECO e ex-presidente da entidade por 2 vezes
Presidência da UFECO
Presidência da Associação Moradores da Serrinha
Presidência da Associação de Moradores do Alto Ribeirão
Presidência da Associação de Moradores do Loteamento Novo Campeche
Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas - MMTU Cargo/Movimento
Militância no sindicato dos Previdenciários, no Mov. das Mul. Trabalhadoras urbanas de São José (MMTU - fundadora), no Conselho Gestor do Hospital regional (fundadora) e liderança no Movimento das Multas em São José
Coordenação estadual do MMTU e Comissão Pastoral da Terra (também agente pastoral), Membro da executiva do PT, e da Secretaria de mulheres. Coordenadora estadual da Lei Maria da Penha, da luta pela defensoria pública, e titular do Conselho de Segurança Alimentar.
Militância no MMTU
Outros Cargo/Movimento
Coordenação Movimento Pró-Coqueiros

Durante a entrevista, utilizamos algumas questões norteadoras, que nos permitiram conhecer os motivos que levaram as mulheres a ingressarem no movimento, assim como quais são seus limites e possibilidades dentro dele. Identificando, ainda, como entendem e percebem as relações de gênero em seu cotidiano.

As entrevistas foram realizadas a partir de um questionário semi-estruturado (ANEXO A) dividido em três blocos, a saber: i) da individualidade – vida privada; ii) do profissionalismo e da militância política - vida pública; iii) da relação público *versus* privado. Foi apresentado às lideranças um termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO B) o qual foi assinado pela pesquisadora e pelas lideranças, em duas vias, ficando uma cópia com cada uma das partes.

No primeiro bloco foram coletadas informações sobre a vida privada das entrevistadas, de ordem socioeconômica – passíveis de qualificação.

No segundo bloco as questões se dirigiram a conhecer as motivações que levaram às mulheres a se envolverem e dedicarem a um movimento social e ainda quais os desafios

encontrados neste processo. Também foram colhidos depoimentos sobre discriminação, perfil das líderes e diferenças entre liderança feminina e masculina – segundo elas próprias, dentre outras relativas ao exercício da liderança por parte das mulheres.

No terceiro bloco as perguntas se dirigiram a conhecer as implicações da vida pública das líderes em sua vida doméstica, assim como o inverso, às implicações da vida doméstica na vida pública. Procurou-se conhecer como se relacionam com seus familiares, como administram seu tempo para conciliar as múltiplas funções que exercem, de que maneira a afetividade interfere no exercício da liderança e ainda de que tempo dispõe para o lazer, como uma necessidade básica de melhoria do trabalho e da qualidade de vida.

Foram ainda observadas as expressões e “suspiros” das mulheres durante a entrevista, pois seguindo Deutscher (1966 apud MACHADO, 1995), há geralmente uma discrepância entre o que as pessoas fazem e o que elas dizem que fazem, e, portanto, a pesquisa baseou-se,

(...) não apenas no desenvolvimento da relação de confiança entre o entrevistador e o entrevistado, mas também na observação (...), focalizando o que não fazia parte do discurso, nos detalhes entre as ações e as falas que poderiam confirmar ou questionar aquele discurso (MACHADO, 1995, p. 20).

Sobre observação participante Neto (2001, p. 59) diz que

[...] se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto.

A pesquisa realizou-se com apenas nove mulheres que atuam hoje junto à movimentos sociais da Grande Florianópolis, haja vista também que a limitação de tempo diminuiu a possibilidade de investigação de um número maior de mulheres principalmente considerando que dos questionários enviados via *e-mail* apenas um foi respondido e devolvido.

Cabe ainda dizer que todas as entrevistadas participaram da pesquisa de forma voluntária e para preservar suas identidades os nomes aqui contidos referem-se à pseudônimos adotados pela pesquisadora.

Deste modo, nesta seção, discutiremos de forma analítica sobre as relações de gênero, suas manifestações nos espaços públicos e privados, focalizando as discriminações sofridas pelas mulheres. Serão abordados os desafios e impedimentos que estas mulheres encontram ao adentrar o universo público. E, finalmente, a questão da liderança feminina: suas

características e implicações, sempre tendo como referência além das teorias as entrevistas realizadas.

4.1.1 Perfil socioeconômico das lideranças entrevistadas

O roteiro utilizado nas entrevistas continha um primeiro bloco destinado a perguntas de ordem sócio-econômica, o qual nos permitiu conhecer um pouco da realidade concreta das lideranças. Foram coletadas informações sobre estado conjugal, filhos, e trabalho, dentre outras, todas passíveis de uma análise qualitativa.

Assim, conforme o gráfico seguinte, o que se constatou com a pesquisa é que cinco das nove (55,6%) mulheres entrevistadas tem um companheiro. O que contrariou as expectativas e até mesmo as falas das próprias mulheres que afirmam ser difícil manter uma relação conjugal saudável concomitantemente ao exercício da liderança. Porém, como poderá ser visto ao longo desta seção, estas mulheres que têm companheiros relatam as dificuldades impostas por esta condição.

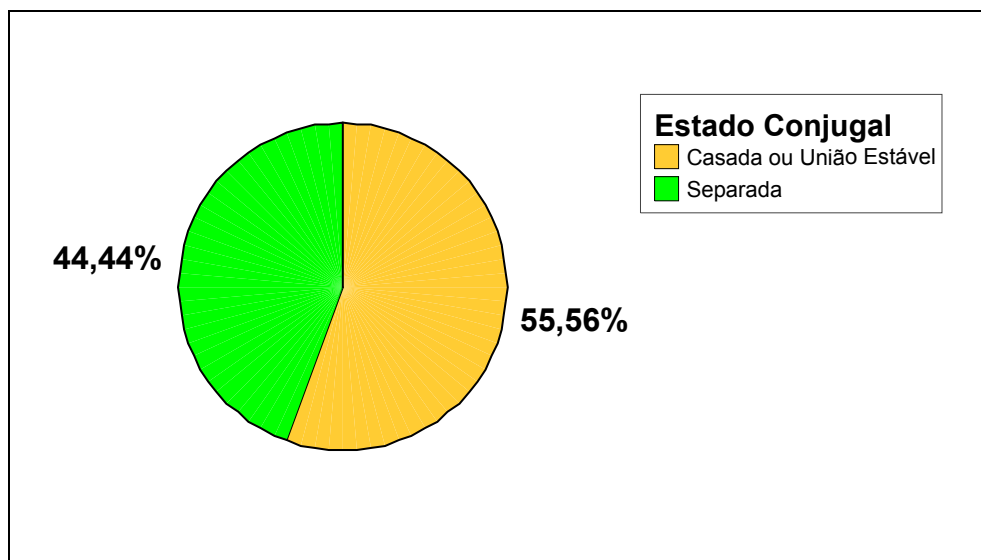


Figura 1 – Estado conjugal (Fonte: Entrevista realizada com as líderes).

O próximo gráfico demonstra que oito (88,9%) líderes têm filhos, porém, a tabela 1 busca complementar este dado demonstrando que a maioria (55,6%) possui filhos com média

de idade acima de 18 anos, ou tem uma idade que os tornam mais independentes, o que, segundo as lideranças, permite que desenvolvam trabalhos militantes nos movimentos sociais.

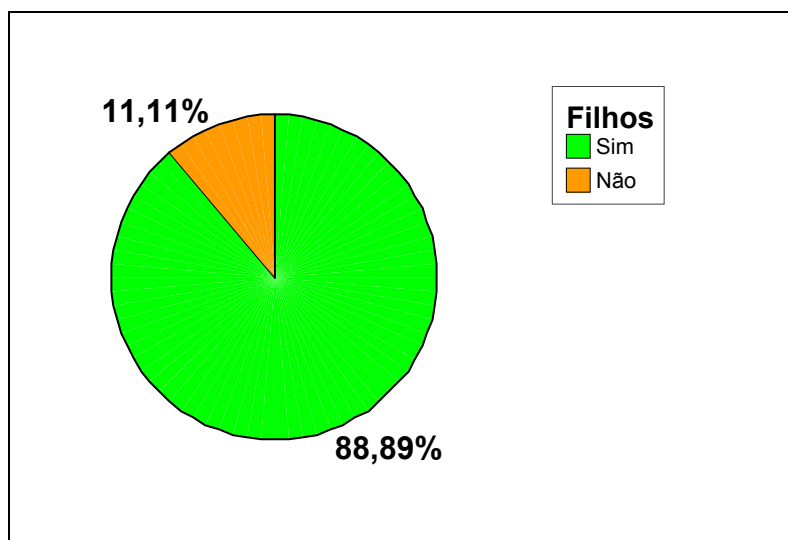


Figura 2 – Filhos (Fonte: Entrevista realizada com as líderes).

Tabela 1 – Média de idade dos filhos

Média de idades dos filhos			
	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Não possui filhos	1	11,1	11,1
Média abaixo de 18	3	33,3	44,4
Média acima de 18	5	55,6	100,0
Total	9	100,0	

A escolaridade das mulheres traz um dado instigante, apenas uma das lideranças pesquisadas tem escolaridade inferior ao ensino médio completo e cinco tem nível superior completo. Considerando que este é um trabalho de conclusão de curso de Serviço Social uma pergunta não pode deixar de ser feita frente a estes dados. A escolaridade predominante representa uma elitização das funções de liderança? Onde está o Serviço Social que tem como um de seus papéis contribuir para o empoderamento das mulheres e das classes subalternas? Não é intenção deste trabalho responder a esta pergunta, mas sim levantar questões no sentido de apontar uma temática a ser aprofundada através de estudos posteriores.

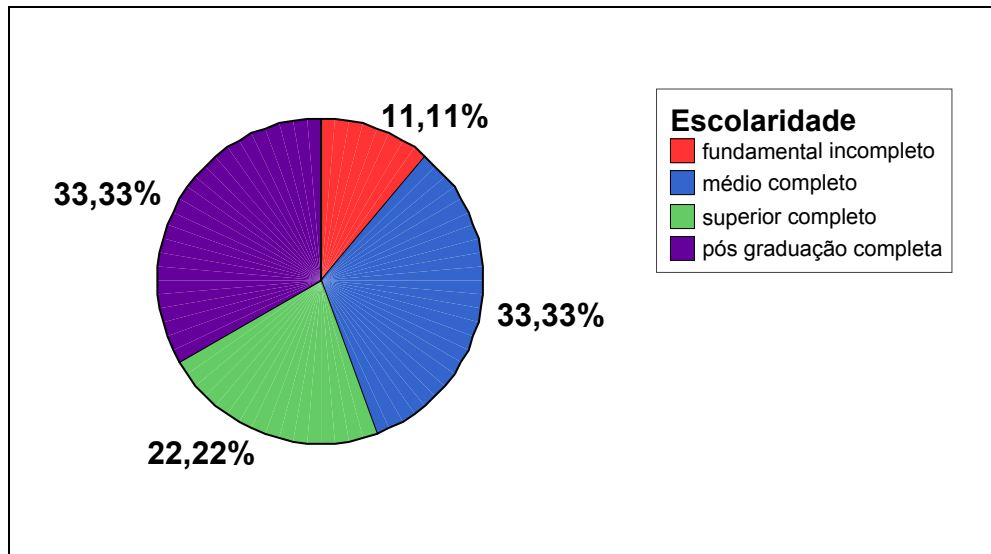


Figura 3 – Escolaridade (Fonte: Entrevista realizada com as líderes).

Das mulheres pesquisadas seis (66,7%) desenvolvem alguma atividade assalariada, e apenas três delas (33,3%) não possuem renda própria. Destas duas são mantidas pelo salário do cônjuge e uma por pensão alimentícia recebida do ex-cônjuge.

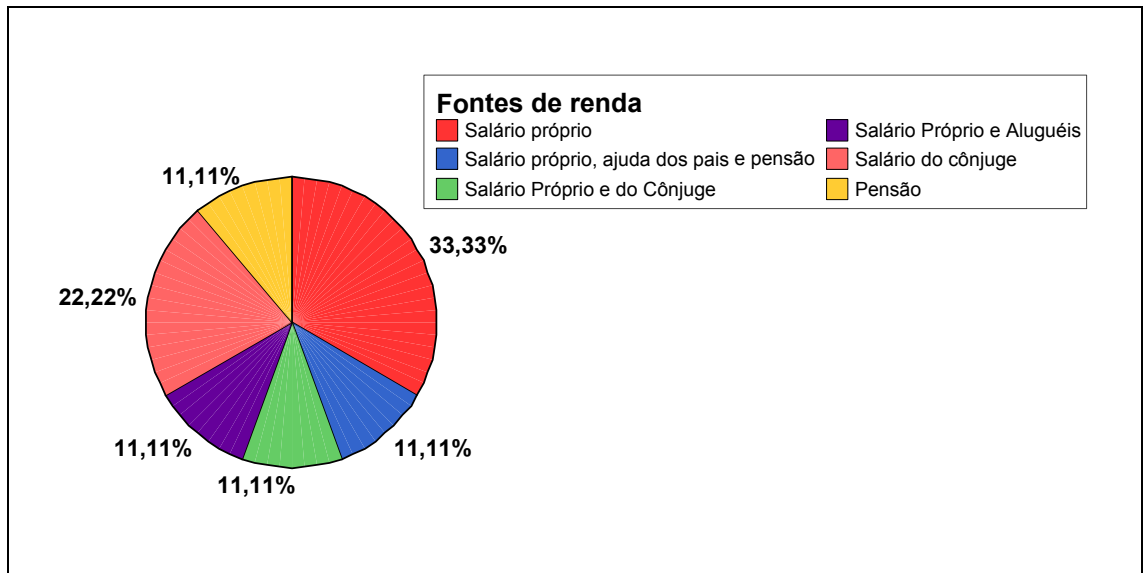


Figura 4 – Fontes de renda (Fonte: Entrevista realizada com as líderes).

O que vimos neste item é que a maioria das mulheres entrevistadas faz parte do grande grupo de mulheres que assumem uma multiplicidade de funções: são esposas, mães, trabalhadoras e em alguns casos estudantes. E mesmo com tudo isto ainda conseguem assumir postos de liderança.

No próximo item veremos como se dá a inserção na vida pública de um movimento social e dentro dele como as mulheres passam de militantes à líderes.

4.1.2 Fatores limitantes ao exercício da liderança feminina

Victoria Camps já dizia, em 1998¹², que o século XXI seria o século das mulheres. Nas últimas décadas do século XX a participação e a liderança pública das mulheres foi crescendo, começou a ganhar visibilidade e a assumir, ainda que timidamente, uma nova forma de estar no mundo, contribuindo para a mudança de paradigma. Vê-se surgir, novas protagonistas, as “atrizes”, e a contestação dos modelos de liderança existentes. Contudo, há muito ainda em que avançar, não são poucos os fatores que limitam o exercício da liderança por parte das mulheres. Exploraremos neste item alguns destes fatores.

Todas as mulheres entrevistadas fizeram menção às dificuldades que encontraram para se inserir e serem reconhecidas, porém sem muitas vezes associar estas “situações-problema” com a existência de discriminação de gênero. Entre elas há uma tendência a não falar sobre discriminação ou negar que já tenham sofrido. Comparando com a experiência chilena encontrada no livro de Hola et al. (1993, p. 87 - *tradução livre*).

Todas elas reconhecem a existência de discriminação como um fenômeno que lhes possa ter ocorrido no espaço pessoal ou a outras mulheres, ou seja, algumas sustentam não ter vivido esta experiência. Esta forma de decodificar a realidade responde a necessidade – muitas vezes inconsciente – de distanciar-se do resto das mulheres consideradas “não-exitosas”, em outras palavras, distanciar-se do considerado inferior, de tudo aquilo que pudesse recordar aos homens que ela é também uma mulher.

Podemos verificar de forma bastante clara esta negação na entrevista feita com *Ana*, quando lhe perguntado: Você se sente, ou já se sentiu discriminada por outros membros do movimento sócio-comunitário? Homens e/ou mulheres?

Não, na primeira vez que eu fui presidente da [associação], iniciamos com duas mulheres, éramos 17 no grupo, logo a seguir ela se afastou e eu permaneci com o resto do grupo. Eu sempre fui muito bem

¹² Livro *O Século das Mulheres*, primeira edição em Português em 2001, tradução de Regina Louro.

respeitada, as decisões eram reconhecidas com igualdade. As discriminações na verdade se dão em outro âmbito. (Ana)

De acordo com Ana, as discriminações viriam de fora do movimento, da sociedade em geral que não aceita a mulher em espaços políticos de luta. Ela relata:

A maioria das pessoas não tem inserção no movimento comunitário, e acha que lugar de mulher é em casa lavando roupa e não na militância, como já me mandaram para casa uma vez. Eu estava no movimento de estudantes e os policiais mandaram as mulheres para casa lavar roupa, esquentar barriga no fogão e esfriar no tanque lavando roupa. Isto não foi só eu. (Ana)

Ou seja, pode-se perceber no depoimento que inicialmente há uma tentativa de distanciar-se do problema da discriminação, de negar sua existência, ou como colocam as autoras aceitá-lo como um fenômeno que lhes possa ter ocorrido no espaço pessoal ou então, a outras mulheres, mas não no exercício da liderança. Outro detalhe importante é quando a entrevistada finaliza dizendo: *“Isto não foi só eu”*, por um lado se une as demais mulheres, reconhecendo, ainda que inconscientemente, que este é um problema que atinge a todas, e, por outro lado, busca apoio na medida em que diz *“não foi só eu”*, demonstrando que o problema não era pessoal.

Por outro lado, algumas mulheres reconhecem a discriminação. Uma delas relata que logo no princípio, ao entrar no movimento era considerada despolitizada e fraca para atuar, se sentia vista como alguém que *“não tem visão política, não tem visão das coisas (...), fraquinha”* (Anelise). Por considerá-las “fraquinhas” a tendência é segundo elas, o isolamento, o não-apoio. Segundo Carla, quando chega em um evento *“[...] eles te olham, te deixam lá no cantinho, tu chegou, tu fica lá no cantinho, alguns vêm te cumprimentar, outros te olham indiferente, mas tu tem que ter muita garra, porque tu tem que ficar ali, eu não sou de falar muito, eu analiso muito, observo muito, e noto muito isto [...]”*. De acordo com Afkhami et al.

As idéias das mulheres usualmente não são ditas nem ouvidas, inclusive quando estas estão presentes em discussões e tomadas de decisões. Em cenários comunitários, reuniões laborais ou encontros familiares, as mulheres podem participar, mas ainda seguir estando invisibilizadas (2005, p. 63 – *tradução livre*).

Camila complementa dizendo que estas atitudes discriminatórias são mais provenientes dos homens, porém, as vezes são as próprias mulheres que discriminam, ela

complementa: “*mas sem querer, meio que natural por causa dessa cultura que a gente está inserida [...]*”.

Outra diz que “*No movimento não. Todos me respeitam bastante. Mas é diferente no meu trabalho remunerado. Sinto que meu esforço tem que ser muito maior [que o dos homens] (...) porque ainda existe a discriminação da sociedade com relação às mulheres em cargo de liderança*” (Bárbara). O depoimento referenda o que diz Carreira et al. (2001) sobre o exercício do poder e da liderança por parte das mulheres. As autoras ressaltam que o exercício do poder está culturalmente vinculado às características tidas como masculinas, e, portanto, as mulheres que conseguem assumir estes cargos têm de se esforçar muito mais para conseguirem ser respeitadas, e em muitos casos, nem assim conseguem reconhecimento.

É consenso entre as lideranças pesquisadas que as mulheres são mais discriminadas por parte dos homens, embora reconheçam que as mulheres são também machistas. Anelise diz: “*Quanto ao sistema político, eu acho que o sistema político é muito machista. É machista, e quando as mulheres entram na política, ficam machistas também*”.

Iolanda complementa falando de seu relacionamento com os homens e as mulheres da organização onde trabalhava:

Eu tinha mais discussões com as mulheres do que com os homens. Porque os homens me contavam a segredada deles, a traição deles, tudo que eles me contavam como se eu fosse outro homem, diziam “Ah! [Iolanda] está acontecendo assim, assim, assim”, e eu dizia “Tu é um sem-vergonha” e dizia tudo que eu queria dizer. E as mulheres tinham umas coisinhas assim, uns preconceitos com outras mulheres que eu não aceitava. (Iolanda)

Mas, quando perguntado discriminadas por quem? Homens e/ou mulheres? a resposta na maior parte das vezes coincidiu com a de Carla que disse: “*Por mulheres não, nós temos que nos unir*”, mas que em seguida disse: “*é que eu acho que vai muito por pessoa também (...) então eu tento ver por pessoa, e não por homem e por mulher, porque na verdade somos todos iguais né?*”. Aqui se observa a necessidade de se igualarem enquanto seres humanos (independente de gênero), evitando incorrer em discriminações, haja vista saberem muito bem o que é sofrer este tipo de violência.

Não é possível falar de liderança sem tratar do exercício do poder. Algumas mulheres diante de uma situação de poder se questionam: Poder para quê? Isto porque para muitas o poder é visto como algo negativo, opressivo, estressante, antidemocrático e, principalmente algo exterior e alheio às mulheres (CARREIRA et al., 2001, p. 23).

Produto da socialização recebida durante milênios, a relação da mulher com o poder é complexa. Algumas que exerceram o poder em altos escalões de governo, como a ex-ministra do Trabalho do Brasil, Dorothea Werneck e a alemã Rita Süßmuth, que chegou ao segundo cargo público de seu país, na década de 1980, como presidente do Parlamento, têm definições muito próximas sobre o exercício do poder pelas mulheres. Para Dorothea Werneck, “poder” é uma palavra composta, que se traduz, para os homens, em “poder mandar”, e para as mulheres em “poder fazer”. Com outra maneira de expressar-se, Rita Süßmuth demonstra que as mulheres têm pouco interesse pelo poder como uma meta em si, mas o têm pela possibilidade de realizar algo prático (CARREIRA et al., 2001, p. 23).

E ainda,

Em um sistema patriarcal o homem é o gênero hegemônico, e isto significa que cabe a ele o comando e o controle. Por esse motivo, o menino já cresce com a premissa de que ele será o “chefe da família”. À mulher cabe o papel de cuidar da casa, aí incluídos o marido e os filhos, o que incute na mente da menina uma obrigação de servir. Dessa forma, desde a infância, meninos e meninas já são condicionados para exercerem papéis bem diferenciados e, por este motivo, começam a apreender e a seguir valores distintos (MEDEIROS, 2007, p. 22).

Com relação ao exercício do poder um número considerado de entrevistadas não mencionou ou não associou o exercício da liderança ao poder, manifestaram não querer ascender ao poder simplesmente, e sim realizar tarefas que visem uma sociedade mais justa, que vá em benefício das pessoas.

Desta maneira, exercer liderança em uma cultura onde o exercício do poder está ainda diretamente ligado às características tidas como masculinas, coloca as mulheres, foco deste trabalho, como exceções¹³, pois para as autoras Hola & Pischedda (1993, p.78 – *tradução livre*) as mulheres “estão presentes em organizações de base, movimentos sociais, partidos políticos e no Estado, mas não acendem a postos de liderança nem de opinião relevante, salvo exceções”.

Segundo as autoras, a política não é considerada apropriada para as mulheres, e este estereótipo coloca as mulheres em uma posição de marginalidade ou secundariedade, situação que é reproduzida por meio de mecanismos discriminatórios que advêm tanto das instituições políticas como dos sujeitos envolvidos nelas.

Os mecanismos de discriminação, definidos por elas como recursos sociais,

¹³ Seria necessária uma pesquisa mais ampla, em todas as organizações políticas de Florianópolis (aqui consideradas às organizações de base, movimentos sociais, partidos políticos e Estado) para comprovar ou rechaçar esta hipótese na realidade local, porém a dificuldade de encontrarmos sujeitos (mulheres) para esta pesquisa nos dá indícios de que a hipótese no caso dos Movimentos Sociais seja verdadeira.

São sistemáticos porque não funcionam de forma isolada uns com os outros, e sim, relacionados entre si e porque os efeitos de cada um reforça os outros de forma a manter as distinções entre o que devem ser, fazer e pensar as mulheres; são recorrentes porque se põe em ação em todo momento como uma maneira de sustentar o poder masculino quando este é questionado, ou quando as mulheres se distanciam do papel socialmente definido. Estes mecanismos operam para reproduzir a ordem social de acordo com o sexo e, portanto, são práticas conservadoras orientadas a impedir a mudança do que socialmente devem ser e fazer as mulheres (HOLA & PISCHEDDA, 1993, p. 79 – *tradução livre*).

Outros fatores limitantes ao exercício da liderança feminina, além dos já mencionados, se referem: i) “as dificuldades financeiras bem concretas que muitas encaram para exercer a liderança em suas comunidades, movimentos sociais e cooperativas” (CARREIRA et al., 2001, p. 15), haja vista que na grande maioria das vezes os trabalhos ligados a movimentos sociais são voluntários e demandam muito tempo, o que inviabiliza uma maior participação feminina; ii) a busca obsessiva pelo consenso; iii) a não aceitação da liderança pelo cônjuge,

para os homens também é consideravelmente mais complexo lidar com uma mulher bem-sucedida profissionalmente. Por trás de uma grande mulher muitas vezes há um homem que convive muito mal com o sucesso da companheira. Essa postura defensiva ou francamente reativa dos homens tem como contrapartida feminina a decepção e a necessidade de uma guinada radical na vida. E é justamente na divisão das tarefas dentro de casa que explode a tensão entre os cônjuges (CARREIRA et al., 2001, p.151-152).

Sobre a busca obsessiva pelo consenso, podemos dizer que foi verificada em todos os depoimentos. Consenso aqui entendido como conformidade, acordo ou concordância de idéias, ou seja,

o consenso leva em conta as preocupações de todos e visa a resolvê-los/aclarar-los antes que a decisão seja tomada. O mais importante, neste processo é incentivar um ambiente em que todos são respeitados e todas as contribuições são avaliadas. O consenso formal é um processo de decisão mais democrático. Grupos que desejam envolver sempre mais voluntários na participação têm a necessidade de utilizar um processo inclusivo. Para atrair e envolver cada vez mais pessoas é importante que o processo incentive a participação, permita o acesso igual ao poder, desenvolva a cooperação e crie um sentido da responsabilidade individual para as ações do grupo. O objetivo do consenso não é a seleção de diversas opções, mas o desenvolvimento de uma decisão que seja a melhor para o grupo como um todo. É em síntese, evolução, não competição nem atrito.¹⁴

¹⁴ Fonte: Enciclopédia livre Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso>. Acessado em 26 jan. 2008.

Assim, visando preservar as relações a qualquer preço, as mulheres insistem em buscar um consenso o que faz com se percam e paralisem suas ações (CARREIRA et al., 2001). Exemplo disto é a resposta unânime para a questão a seguir, onde todas as entrevistadas optaram pela alternativa C.

Em uma situação de conflito você:

- a) Defende os interesses dos demais em detrimento dos seus interesses.
- b) Defende o interesse próprio em detrimento dos demais.
- c) Tenta resolver os conflitos de modo que ambas as partes ganhem.

E ainda, na relação com outras mulheres o desejo por igualdade, faz com que se considerem iguais, o que advém da idéia de que pelo fato de serem mulheres, exista uma unidade natural entre elas. Porém acabam não sendo consideradas as diferenças culturais, de classe, orientação sexual, etnia, dentre outras. Assim,

A suposição de igualdade impede que haja o reconhecimento das diferenças, pelo medo de se criarem relações de poder assimétricas. Isso faz com que pessoas com reconhecidas características, capacidades e qualidades de liderança sintam dificuldade em emergir como importantes interlocutoras do movimento de mulheres em um espaço maior da sociedade, justamente pela falta de confiança crítica de suas companheiras. Confiança crítica é a capacidade de apoiar, acompanhar, exigir retorno e explicações sobre o exercício desse poder outorgado pelas mulheres às suas lideranças (CARREIRA et al., 2001, p. 23).

Apontado também como impedimento esta o caráter voluntário dos trabalhos como lideranças e a grande dedicação que estes trabalhos requerem. Carreira et al. (2001) diz que as dificuldades financeiras enfrentadas no exercício da liderança, acabam reprimindo talentos e competências e privando toda a sociedade do potencial destas mulheres e homens. Anelise traz um dado importante sobre este assunto, diz que o assunto é tratado como “tabu”, pelos integrantes do movimento. A fala da liderança constitui além de um desabafo uma denuncia sobre o tema, na medida em que diz que quando o assunto não é tratado se perde a transparência e se dá margens para “falcatruas”. Cremos que cabe aqui reproduzirmos as palavras da própria líder sobre o assunto:

Outra questão controversa e tabu no movimento comunitário é a questão da remuneração ao trabalho das lideranças comunitárias, ou ao pagamento dos custos para manutenção de

condições mínimas para realizar este trabalho (telefone, passagens, combustível) etc. Tem que se fazer grandes debates sobre esta questão. Não sei se por interesses não muito bem esclarecidos não se pode falar nesta questão. Hoje em dia, até padre recebe salário, é uma questão de transparência até das questões internas das associações e até da [entidade]. Presume-se que quando estas questões não são bem discutidas deixam margem para as falcatruas, as contas camufladas, as prestações de contas de faz de conta, etc. Esta questão é muito séria. Muitos de nós pagam para realizar este trabalho, muitos prejudicam o orçamento de suas famílias pagando telefone, passagens de ônibus, além do tempo máximo dedicado às exigências do movimento e das cobranças que fazem para as entidades manterem a excelência da prestação de serviços.

Outros fatores apontados que impedem o exercício da liderança foram:

- O não reconhecimento dos órgãos públicos dos trabalhos das lideranças;
- A falta de participação dos demais moradores;
- Sensibilidade em dose excessiva.

E finalmente o grande inimigo, ao lado do machismo e da discriminação – o tempo, ou a falta dele. Cabe aqui uma rápida reflexão, quando dissemos “ao lado” do machismo e da discriminação, é porque no *ranking* dos principais inimigos à liderança feminina, segundo as entrevistadas, estes três apareceram em igual proporção. Porém, para nós tanto as discriminações, quanto à falta de tempo decorrente das duplas, triplas e até quádruplas jornadas, são frutos das desigualdades de gênero que destinam o universo privado à mulher, delegando o espaço público aos homens, e controversamente faz com que as mulheres adentrem o mercado [público] de trabalho e sobreponham jornadas. Desta maneira, todos os três obstáculos tem a mesma nascente: a iniquidade de gênero.

Carla nos dá uma resposta que sintetiza os limites de tempo que as diversas jornadas femininas impõem ao exercício da liderança. A pergunta feita à Carla foi: O que impede às mulheres de assumirem cargos de liderança? E sua resposta:

Justamente por causa de tempo, porque assim, se tu queres pegar - porque a vontade até seria assumir um cargo de liderança - mas, por exemplo, uma mulher, se ela é solteira ela até vai, (não sei se a maioria das mulheres que você entrevistou tem essa situação de divorciada, porque eu acho que poucas devem ser casadas), é como eu te disse antes, quem tem casa não vai conseguir, eu te digo por mim, eu saio seis horas da manhã daqui, entro sete e vinte, trabalho o dia todo lá dentro, não saio para nada, saio de lá umas cinco horas, seis horas, e dali eu vou para as reuniões comunitárias, não venho em casa, porque se eu venho em casa as crianças não deixam eu sair. Quando eu saio meus filhos estão dormindo e quando eu chego meus filhos também estão dormindo, o meu menor é difícil eu ter comigo, a maior não, ela sai comigo de manhã e faz o mesmo caminho que eu, mas meu menor não, e isso é complicado, e se você tem um marido, pronto, já arrumei briga para o casamento.

Vale salientar, que as poucas mulheres que se destacarem politicamente serão mais severamente avaliadas que os homens, devido à falta de costume de trabalhar com elas e,

ainda, a falta de confiança em sua capacidade. Os homens acreditam que têm o direito de ocupar qualquer cargo, enquanto as mulheres precisam conquistar arduamente este direito. Para conseguir legitimidade a mulher deve realizar feitos inéditos e extraordinários (HOLA & PISCHEDDA, 1993). Sobre isto López (2007, p. 197) diz que:

Dado que as mulheres que ocupam postos de poder, ou que alcançam certa liderança, não são quem tem estabelecido as regras do jogo de poder que exercem, muitas vezes costumam recorrer aos instrumentos simbólicos e práticos da política masculina, ao mesmo tempo que enfrentam a impossibilidade de dar conta e imprimir sua diferença feminina, as vezes porque a negam e outras vezes porque não encontram o modo de valoriza-la elas mesmas e assim fazê-la valorar (*tradução livre*).

Desta forma as mulheres que conseguem ascender a cargos de liderança além das duras avaliações, não encontram apoio e seus erros recaem sobre a imagem de todas as mulheres. Sabendo disto as mulheres sentem a necessidade de manterem-se informadas sobre tudo que acontece a sua volta, seja na organização que lideram, no bairro, ou ainda na cidade onde estão o que se constitui em mais uma atividade demandante de tempo. Cátia conta que em seu primeiro ano de diretoria estava “viciada em reuniões”, diz que ia a todas as audiências públicas e reuniões comunitárias, e no final do mês:

puxa vida, meu cartão, o que eu tinha gastado de gasolina, mas tudo bem, eu tinha que ir, pela comunidade, uma boa causa. E agora resolvi vender o carro (...) e sem carro eu estou sofrendo vontade de ir em todas, e eu me dei conta de que eu estava viciada, porque agora que eu não vou eu já fico com a consciência pesada. Eu não sei como trabalhar essa coisa, mas a cabeça da gente fica o tempo todo ligada. Por que eu ficava pensando, eu não posso perder o fio da meada, o andamento dos assuntos, porque se eu perder a comunidade perde.

Carla fala ainda sobre a necessidade de resistir bravamente e manter o equilíbrio frente às perdas, a fim de assegurar à liderança, ela diz:

Principalmente quando tu acabas perdendo algumas batalhas que tu perde, te ofendem, às vezes só com um olhar entendeu, e isso é complicado, então tu tens que sair de casa com a tua armadura e só retirar dentro do seu quarto, porque o mínimo que você tiver de fraqueza, tu perde a sua liderança.

Os depoimentos de Cátia e Carla nos mostram os grandes esforços necessários para permanecer no exercício da liderança. Cátia sente extrema necessidade de manter-se informada, pois como liderança entende que cabe a ela defender a comunidade e mantê-la informada. Carla por sua vez diz que deve “vestir uma armadura” para encarar as “batalhas” políticas e comunitárias às quais tem de enfrentar.

Com tantos impedimentos tornar-se uma liderança feminina é fazer parte de um processo darwiniano onde só as mais capazes sobrevivem, surgindo assim uma raça de super-mulheres, super-líderes (HOLA & PISCHEDDA, 1993).

Além dos impedimentos e dificuldades já constatadas neste item existem ainda outros fatores, os auto-limitantes, decorrentes de uma socialização machista, da qual as mulheres também são vítimas.

De acordo com o Dicionário Aurélio da língua portuguesa, machismo é a atitude ou comportamento de quem não aceita a igualdade de direitos para o homem e a mulher, sendo contrário, pois, ao feminismo, e ainda segundo a Enciclopédia [virtual] Livre - Wikipédia, machismo é a crença de que os homens são superiores às mulheres. Nossa definição é um pouco mais ampla, entendemos por tal as atitudes, ações e discursos conseqüentes de um sistema social em que os gêneros são hierarquicamente organizados de tal modo que os homens são os que detêm o poder e as mulheres são subordinadas. Visto assim, o machismo não só é algo sustentado pelos homens (e nem por todos eles), mas sim também por mulheres. Ou seja, por todas as pessoas que aceitam as crenças da ideologia patriarcal. Muitas mulheres educadas e socializadas em culturas patriarcais consideram natural a diferenciação de papéis que designa aos homens a tarefa de prover o lar, atuando no meio público e às mulheres incumbe o papel de protetoras e cuidadoras do espaço privado. Com isto as mulheres são também partícipes desta crença e a reproduzem em suas atividades diárias, seja como trabalhadoras assalariadas ou donas de casa.

Cabe ainda dizer que consideramos que a definição dada pelo dicionário Aurélio mostra-se um tanto perigosa, pois ao tratar o machismo como “contrário” ao feminismo, poder-se-ia incorrer no erro de inverter a opressão.

E ainda, a educação machista faz com que muitas mulheres não se sintam aptas para o exercício da liderança e do poder. A educação recebida pela maioria das meninas ainda hoje estimula a busca pela aceitação social, controle da agressividade, o medo do conflito, a passividade, os traços de cuidadoras, a restrição ao espaço privado, a docilidade, e a visão do poder como algo alheio e distante (CARREIRA et al., 2001). Desta maneira, quando perguntado o que impede as mulheres de participarem mais e assumirem lideranças, a maior parte das respostas coincidiu com o diagnóstico de Carreira et al. (2001, p. 12) quando fala que é “[...] o sistema patriarcal, que historicamente valoriza o masculino em detrimento do feminino e dá a base material para as desigualdades sociais, econômicas, culturais, existentes entre homens e mulheres” que distância as mulheres da política, fazendo com que não tenham interesse pelo tema.

De acordo com uma das entrevistadas “as mulheres foram educadas para não participar”, e nem sequer contestar as decisões tomadas pelos homens no que se refere à política, porque,

primeiro é aquele discurso de que política não se discute, elas acham que não tem que discutir nada, e o que vier está bom, e elas foram educadas para não participar, para não buscar os seus anseios. Como eu sai de casa muito cedo eu vi que a gente tem que ir para luta, se não for... (Ana)

Ou ainda, nas palavras de outra entrevistada, é a introjeção do “machismo” o que impede. Iolanda diz:

Eu acho que é essa educação machista que a mulher tem desde que a gente vê na história, nos filmes, as mulheres educadas para casar, para ser mãe, para ficarem dentro de casa. Eu acho que isso vem na célula. Já vem aquela célula deformada da mulher, de que tem que ser submissa, ficar quietinha, então, no meio dessa multidão aparece uma, que é o Joio no meio do trigo. A santinha, boazinha, cabeça baixa é o trigo, e aquela que se revela é o Joio, é a que não presta. E é isso que impede, essa educação machista, quando tu vai em uma cidade mais interiorana, com o povo mais atrasado é pior ainda para você começar uma luta. Elas se encantam, mas elas não têm coragem.

Para Anelise, além do marido e dos filhos a falta de autoconfiança é um dos principais fatores limitantes à participação feminina. Ela diz:

Eu acho que falta confiança nelas mesmas, autoconfiança. E também elas não podem se indicar, é chato que ela se auto-indique, ela espera ser indicada pelo grupo. Eu, por exemplo, nunca me indiquei para a [entidade], nunca demonstrei que queria ser presidente da [entidade].

Com base na resposta de Anelise lhe questionei porque segundo ela um homem poderia se auto-indicar e uma mulher não? E ela respondeu:

Geralmente se indica para o cargo aquela pessoa que vai ter uma disponibilidade maior, ou que tem um viés político, uma extroversão, que seja mais desinibida para falar com o prefeito, para falar com esse e com aquele. É mais pelo perfil, porque você tem que ter um perfil mais articulado, menos tímido e mais seguro. A mulher teria que se mostrar mais, ela tinha que sair daquelas horas de conforto, e ela tem que por a cara na rua, e no movimento uma hora vai ter a favor, outra hora vai ter alguém contra. Porque eu acho que elas mesmas não se colocam, ou têm medo de assumir responsabilidades.

E mais uma vez a resposta caminhou para as limitações relativas à vida privada, que cerceiam a liberdade da mulher em participar de atividades na esfera pública.

Geralmente elas têm a família, têm o marido, se elas são casadas. O que facilitou a minha inserção no movimento, é que desde o começo eu estava separada. Se eu estivesse casada, isto teria restringido o

meu acesso, porque o meu marido não iria gostar, não iria gostar que eu saísse de casa, que estivesse com outros homens (Anelise).

Porém, Anelise em sua resposta fala em “conforto”, como sendo uma decisão das mulheres manterem-se na esfera doméstica. Liscia (2007, p. 251) diz que

Algumas explicações acerca da ausência das mulheres na participação política tem defendido que são elas que não desejam ocupar estes papéis, sem chamar atenção (ou melhor, sem querer chamar atenção) que é a configuração da esfera política, pelo tipo de exigências e pelo tipo de interpelação que realiza, que as exclui (*tradução livre*).

Para Pateman (1995, apud Liscia, 2007) é a maternidade, diferença por excelência, o que exclui a mulher da participação política, situando-as fora da política e da cidadania.

Moreno (2007) traz outro limite ao exercício da liderança feminina – a violência contra a mulher. O texto de Moreno diz: “A ameaça contra a integridade física que representa para elas a mera circulação pelo espaço público constitui uma restrição para sua participação em termos eqüitativos”

E ainda, são comumente atribuídas às mulheres, características tidas como “inimigas” à liderança. Considera-se que as mulheres são carentes de racionalidade, dependentes, pouco confiáveis, pouco profissionais, instáveis, demasiado sensíveis, demasiado falantes, fofoqueiras, etc. Desta forma,

Dado que o estilo que se impõe é masculino, este é rapidamente internalizado pelos homens, em troca as mulheres devem fazer um triplo esforço: aprender as regras escritas e as não escritas, remodelar o papel de acordo com a cultura organizacional e forçar a aceitação de suas capacidades e qualidades enquanto pessoas e mulheres (HOLA & PISCHEDDA, 1993, p. 90 – *tradução livre*).

No quadro abaixo podem ser vistas algumas das características atribuídas social e culturalmente a homens e mulheres em posições de liderança.

Quadro 4 – Estereótipos de gênero relativos à liderança

HOMEM	MULHER
Racional	Emocional
Objetivo	Subjetiva
Que compete	Que colabora
Lidera Sozinho	Lidera Coletivamente
Controla	Dependente
Proativo	Reativa
Egocentrico	Acolherdora
Conflitivo	Harmoniosa
Agressivo	Delicada
Preza Quantidade	Preza Qualidade
Domina	Associa
Orador	Ouvinte

Fonte: CARREIRA et al., 2001 & MEDEIROS, 2007.

A educação recebida pela maioria das mulheres foi a da submissão e do mundo doméstico, onde ela poderia “reinar”, era a rainha do lar, porém, nunca dava a última palavra. Diante de outros homens poucas vezes e sobre poucos assuntos poderia falar. Todo este processo criou mulheres tímidas e amedrontadas, fez com que no espaço público não se sentissem à vontade, ao contrário dos homens que “nascerem” para liderar. Sobre isto Alves (2003, p. 79) diz:

“Todavia, a facilidade masculina diante do microfone nada mais é que a facilidade em manipular símbolos e valores eternamente associados ao sexo masculino. Na guerra política ou sindical os líderes falam “alto e grosso”, conclamam os aliados a irem “pro pau”, buscam lutar “em pé” com o objetivo de “meter o ferro” e ir “pra cima” do inimigo. O termo “fio do bigode” equivale a palavra de honra. Como se vê, são valorizados os símbolos associados ao homem ativo, barbado e viril. (...) Na linguagem prevalecente nos discursos políticos, a derrota esta associada a passividade que, por sua vez, é apresentada como uma característica naturalizada das mulheres e homossexuais. Confirma-se, assim, a verdade convencional de que o meio político e sindical é um espaço naturalizado do líder, homem ou mulher, travestido de machão, valente e combativo.

E ainda,

“O fio do discurso pelo qual as mulheres justificam o silêncio ou, no melhor dos casos, o medo da palavra em situação pública, percorre um caminho de representações que parte da percepção do espaço público como rigoroso e exigente, regido pelo saber instrumental; leva à associação desse saber à linguagem conceitual, e finalmente, à identificação desta com o masculino (OLIVEIRA, 1993 apud ALVES, 2003, p. 106).

Porém, é preciso superar os desafios de comunicar-se em público quando se trata de exercer a liderança, “manejar bem os diversos recursos de comunicação tornou-se uma

necessidade vital para o exercício da liderança”, pois, “por meio da comunicação estimula-se a participação, compartilham-se o poder e a informação, promove-se a interação de várias pessoas envolvidas no processo que a liderança estiver conduzindo” (CARREIRA et al., 1991, p. 77). E ainda,

A comunicação transformadora deve desmistificar a imagem feminina tradicional e diluir o sexismo na linguagem. Mulheres em situação de liderança precisam estar alertas a sua própria forma de expressar-se ao escrever uma carta, falar em público ou produzir algum material de divulgação. Torna-se fundamental veicular outro tipo de imagem: a imagem que se difunde não transmite as conquistas atuais da mulher nem seus novos papéis e funções sociais (CARREIRA et al., 1991, p. 79).

Há de se considerar ainda, que as mulheres que conseguem alcançar cargos de liderança acabam por carregar a responsabilidade de representar a si mesmas e ao conjunto das mulheres, pois se seu desempenho for positivo, os méritos serão seus, mas no caso de ter algum insucesso, o fracasso será de todas as mulheres, pois reforçará o estigma de que não são aptas para política.

As dificuldades e as discriminações sofridas pelas mulheres que se inserem no mundo político e, sobretudo, aquelas que conseguem assumir posições de liderança, são tantas, que se acaba criando uma super-raça de mulheres talentosas e selecionadas que sobrevivem.

Atribui-se às mulheres uma forma de liderança mais maternal, orientada às pessoas, o que é visto como desfavorável no mundo político, onde se requer uma liderança forte e racional.

Todos os estereótipos atribuídos às mulheres e aos homens, sim, pois estes também devem se encaixar nos padrões estabelecidos socialmente, fazem com que as mulheres que desejam assumir cargos de liderança, passem a se distanciar do arquétipo feminino tradicional e incorporarem características tidas como masculinas. HOLA & PISCHEDDA (1993) definem três estilos que podem ser incorporados por lideranças femininas. São eles: i) a masculinização, ou perda da identidade feminina; ii) um comportamento andrógono, que busca um equilíbrio entre as características femininas e as masculinas; iii) a potencialização de características tipicamente femininas, como a intuição, imaginação e flexibilidade como positivas para o trabalho no âmbito político.

De qualquer maneira, de acordo com Carreira et al. (2001), independentemente do estilo que assumam, as mulheres que se iniciam no exercício da liderança, experimentam também os desafios que a posição acarreta. “Poucas delas nem sequer imaginaram que algum

dia estariam em tal posição. Tal situação ocorre porque, segundo a visão tradicional, o/a líder já nasce pronto/a”.

Finalmente a pesquisa desenvolvida constatou, de modo a reafirmar, que a inserção das mulheres no meio político e público representa uma série de rupturas com o universo privado. Adentrar este novo espaço impõe desafios e coloca as mulheres diante de novas relações de poder, até então desconhecidas ou ignoradas por elas. E ainda, são alteradas as relações familiares, ou para ir ao encontro dos relatos, são justamente as alterações familiares, tais como a separação ou o crescimento dos filhos que permite que a mulher se insira em um movimento social. Além dos “tradicionais” obstáculos enfrentados pelas mulheres, como as duplas jornadas e a família o que se comprovou é que as mulheres ainda tem que lidar com fatores auto-limitantes, decorrentes da cultura e do tipo de socialização que recebem desde seu nascimento.

4.1.3 Vocação e Profissão

Uma das questões da entrevista feita para as mulheres foi se existia diferença entre vocação e profissão, e que paralelo fariam para distinguir o significado dos dois termos no que concerne à militância sócio-comunitária. As entrevistadas responderam de formas diversas, porém todas concordaram que para atuar em um movimento social é necessário vocação.

A palavra vocação vem do latim, “*vocatione*”, e quer dizer “chamado”, “convocação”. É a convocação do destino para que o homem desenvolva atividades na sociedade, sendo algo inato. Em teologia, encontramos “chamamento, eleição, escolha, predestinação”. Indo mais adiante, a teologia diz que “Deus, possuidor da liberdade absoluta, é aquele que chama; o homem e a mulher seriam a liberdade humana, é aquele/a que recebe o chamado, [assim] toda vocação autêntica ou chamado autêntico é iniciativa de Deus” (BARBOSA, 2003, p. 18).

Considerando que todas as definições encontradas para o conceito traduziram-se em algo dado divinamente e exterior a vontade dos sujeitos, buscamos os estudos de Max Weber (1980) que no quinto capítulo de “A ética protestante” trabalha a questão possibilitando a compreensão do percurso histórico do conceito de vocação, sua vinculação com a religião e ainda sua funcionalidade ao capitalismo.

O protestantismo promoveu um processo de desmistificação do mundo e uma desmagificação da busca pela salvação, levando a uma racionalização do agir de ordem ética que viria a definir culturalmente a mentalidade capitalista moderna. Para Martinho Lutero, através da vocação era estabelecida uma predestinação e eliminada toda e qualquer forma de salvação, restando ao homem somente a aceitação do destino que lhe foi atribuído.

Lutero criou conceitos que enfatizaram a moral no trabalho o que conseqüentemente refletia na economia capitalista ascendente. A chamada ética protestante tornou-se um valor religioso na organização racional do trabalho. Os sujeitos deveriam permanecer para sempre na condição e na vocação que Deus lhe houvesse designado.

Assim, vocação era algo dado por Deus a qual o ser humano não poderia fugir, suas atividades estariam condicionadas a esta situação pré-estabelecida, a qual só lhe restaria aceitar. Trabalhos braçais e a pobreza deveriam ser aceitos e entendidos como uma vocação,

[...] quando Deus (...) apontava, para um de seus eleitos, uma oportunidade de lucro, este deve aproveitá-la como um propósito, e conseqüentemente, o cristão autêntico deve atender a esse chamado, aproveitando a oportunidade que se lhe apresenta (WEBER, 1980, p. 214).

Weber, porém, insatisfeito com o tradicionalismo de Lutero impondo limitações as atividades mundanas, buscou no protestantismo de João Calvino outros elementos para a compreensão da ética religiosa do capitalismo. No protestantismo de Calvino o

[...] elemento básico era o profundo isolamento espiritual do indivíduo em relação a seu Deus, o que na prática, significava a racionalização do mundo e a eliminação do pensamento mágico como forma de salvação (WEBER, 1980, p. 20).

Diferentemente de Lutero que entendia a vocação como algo dado ao qual só lhe restava conformar-se, Calvino a via como um mandamento divino. Com isto, para Calvino, o trabalho passou a constituir-se na “própria finalidade da vida”, e a vida profissional dos indivíduos é o que lhes garantiria uma prova de seu estado de graça e em contrapartida a falta de vontade de trabalhar representaria um sintoma da ausência do estado de graça (WEBER, 1980, p. 210).

Em últimas palavras, Weber afirma em seu estudo que o trabalho (entendido como vocação) “[...] deve ter sido a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida constituída pelo espírito do capitalismo” (WEBER, 1980, p. 21). Dito de outra maneira, o que Weber queria mostrar era que os valores éticos e morais das doutrinas protestantes, que

valorizavam a vocação expressa no trabalho como algo divino, contribuíram sobremaneira para a formação de trabalhadores submissos e conformados com a situação em que se encontravam o que por sua vez foi um facilitador para o capitalismo emergente.

Profissão, por sua vez, se entende como uma atividade ou ocupação especializada, e que supõe determinado preparo. Hoje em dia, o termo profissão se aplica a todo tipo de atividade laboral especializada, realizada ou por fins lucrativos ou como desenvolvimento de habilidades, também tem sua origem no âmbito da religião. Vale lembrar que “professar”, verbo derivado de profissão, quer dizer aceitar o estado religioso, proferir votos, ligando-se a uma doutrina, a uma ordem religiosa.

Desta forma, assim como o termo vocação, o termo profissão tem sua origem na religião, e da mesma forma que vocação, foi depois da Reforma Protestante, no Século XVII, que o conceito se expandiu a todas as atividades “profissionais”, não sendo mais reservado aos ofícios sagrados.

A dedicação a uma profissão supunha mais que uma simples ação de trabalho com um fim lucrativo ou de sobrevivência, era também o meio que os homens tinham de realizarem-se integralmente e de receber a graça divina, por meio do trabalho. Weber, estudando o protestantismo, debruçou seu olhar sobre esta mudança, a de chamar de profissão inclusive às atividades comuns. O conceito moderno de profissão parte também das traduções das bíblias protestantes.

A partir deste momento em que se seculariza a vida social e laboral, o valor do trabalho profissional fica consolidado como um bem totalmente indispensável, tanto para garantir a subsistência como para alcançar uma realização pessoal. Qualquer profissional que assuma com gosto e dedicação os deveres de seu trabalho, se sente orgulhoso, digno e auto-realizado, com a mesma força que em outras culturas se sentiam estas pessoas que eram admiradas por seu valor moral e por sua entrega a “causas nobres”.

Hoje em dia, ninguém espera este chamado divino para empreender uma carreira profissional ou uma atividade lucrativa, porque no mercado de trabalho, como sabemos, são limitadas as possibilidades de inserção, e ter vocação nem sempre conta. Porém, poderíamos dizer que existem sim profissões para as quais se requer uma especial inclinação e uma vontade moral muito similar ao significado etimológico de vocação, porque a natureza destas atividades, como no caso desta pesquisa, o trabalho das lideranças junto a movimentos sociais, exigem uma maior entrega e dedicação.

Porém, o que sabemos é que não há mais uma vocação *a priori*, este sinal definitivo e único que diz o que uma pessoa será na vida (profissionalmente), e sim que na constituição do

sujeito esta “vocação” vai sendo forjada na prática diária mediante um projeto concreto e de acordo com as possibilidades que se apresentam ao indivíduo. Por exemplo, em uma sociedade onde não há energia elétrica um sujeito dificilmente se descobriria como engenheiro elétrico. Finalmente, o que se sabe é que as profissões necessitam de uma utilidade social, do contrário não iram proporcionar nem reconhecimento social e nem realização pessoal ao indivíduo que a exerce.

As mulheres pesquisadas associam vocação à paixão e dizem: “[...] eu acho que a maior parte de tudo é vocação, tu já nasce com isso, porque tu tens que ser apaixonado mesmo, tu só te incomodas, tu sempre estás errada para a comunidade, sempre tem alguém falando mal [...]” (Carla).

Outra entrevistada reforça o dito por Carla e diz que o ambiente onde nasceu e a forma como foi criada tinham tudo para transformá-la em uma mulher frágil e submissa, porém não foi o que aconteceu. Nas palavras de Iolanda:

Aí eu começo até a achar que nasceu para o negócio, porque não é possível. Por exemplo, eu, eu nasci lá naquela Bahia, naquela pobreza, morava em casa coberta de palha, a minha família era aquela família de gente pobre também, toda complexada, de que mulher não pode isso, mulher não pode aquilo (...) diziam “Ah! Mulher não pode montar em cavalo de pau”, e eu montava em cavalo de pau, porque se o menino monta, eu monto também. Eu acho que a gente nasce [com vocação]. Porque eu poderia ser uma daquelas que acha que não têm direitos, (...) eu poderia ter me conformado, mas eu não me conformava com isso.

De acordo com Carreira et al. (2001, p. 61) não é apenas a vocação que leva as pessoas à liderança, “o que leva as pessoas a se destacarem não são apenas os dons inatos ou as capacidades aprendidas, mas o uso que fazem do que são e aprendem”. Liderar seria exercer uma arte. Apenas uma das entrevistadas em sua fala vai ao encontro do que dizem as autoras. Ela diz:

Eu acredito que a vocação dá o entendimento de uma coisa natural, e eu acredito que isso se constrói, se constrói no processo, tem gente que acha que não tem e começa a participar, se empolga, se anima, gosta e acaba sendo muito mais uma pessoa mais animadora do processo do que uma pessoa que acha que tem vocação, então eu acho que não, acho que não dá para dizer é 8 ou 80, eu acho que é um conjunto dos dois fatores. Eu acho que quem é profissional, se não se apaixonar pela causa não vinga. (Camila)

Com isto, o que se conclui é que para a maioria das lideranças entrevistadas “vocação” segue tendo o mesmo significado das teorias protestantes analisadas por Max Weber, ou seja, algo a que são pré-destinadas. Desta forma, os “sacrifícios” feitos nos cargos de liderança, em

favor do bem comum, faz com que as mulheres atribuam e justifiquem seus esforços como sendo uma vocação, um chamado exterior a elas, do qual não tem como escapar e que, ao mesmo tempo, as fazem se sentirem realizadas por estarem cumprindo suas “missões”.

Contudo, não podemos deixar de analisar a temática por outro lado, o lado de que o trabalho destas mulheres lhes confere certo grau de liberdade e de autonomia, além de que elas passam a serem reconhecidas socialmente e, portanto, seria equivocado dizer que a realização advém apenas do fato de elas acreditarem que estão atendendo a “um chamado” exterior. A realização por elas sentida passa por um processo de reconhecimento social e auto-descobrimto de capacidades que até então estavam ocultas. Este processo culmina em produzir uma elevação da auto-estima feminina e por conseqüência uma auto-valorização que leva a realização pessoal.

4.1.4 Liderança feminina marcando as diferenças

Segundo Hola & Pischedda (1993) liderar é algo culturalmente destinado aos homens, às mulheres são consideradas como não apropriadas para o exercício do poder e da política. A cultura patriarcal aloca as mulheres e as situações da vida cotidiana no âmbito privado e onde a política não pode e nem deve interferir, esquecendo que qualquer experiência humana é um fato político.

A fim de conhecer como as mulheres se reconhecem como lideranças, perguntamos as mulheres entrevistadas: Qual seu estilo de liderança? Defina suas características. E o que vimos nos depoimentos foi que as lideranças femininas mostraram um estilo de liderar muito peculiar que vai ao encontro do que podemos chamar de um estilo democrático e participativo.

Nas palavras das lideranças apareceram características muito próximas daquilo que Carreira et al. (2001), chamam de liderança transformadora. As mulheres se identificam como:

- *“Mediadora. É trazer o máximo de pessoas possíveis para discutir e abrir para o grupo. Quanto mais para discutir melhor, então eu me acho mais democrática”.* (Ana);

- *“Sou muito otimista, um pouco autoritária quando as coisas começam a demorar muito a acontecer. De qualquer forma sinto que já aprendi bastante a ter uma postura mais democrática e participativa”. (Bárbara);*
- *“Democrática, eu tento pelo menos exercer a democracia apesar de tudo. Escutar. É óbvio que eu sou muito teimosa, acho que qualquer liderança vai te dizer, quando eu tenho a minha opinião eu defendo, mas eu escuto sempre”. (Carla);*
- *Participativa, comprometida, no sentido de dar conta e de fazer aquilo que eu assumo. Eu já amadureci muito, já cresci muito, nessa questão dessa coisa mais centralizadora, mais autoritária, lá na Comissão Pastoral da Terra a gente tem muita informação nesse sentido, de trabalhar essa questão, a gente trabalha muito essa questão da metodologia do trabalho popular, então eu tenho aprendido e crescido muito. Eu procuro melhorar muito os meus limites, trabalhar bastante. E agora como coordenadora estadual, responsável por todo um processo, eu tenho aprendido muito, e tenho percebido o processo de desenvolvimento que eu ainda passo, mas também tenho muita capacidade de pedir desculpa, de pedir perdão, não tenho dificuldade nem problema assim. Mas assim, eu sou atenciosa, acho importante a pessoa ser assim. (Camila);*
- *Procuro respeitar e ouvir as opiniões, acalmar as situações de conflito nas divergências, procuro delegar (quando tem para quem) e proporcionar confraternização da comunidade e participar das reuniões do município. (Marcela).*

As respostas mais comuns foram ao encontro do que Carreira et al. (2001) chama de liderança transformadora, ou seja, aquela liderança que incentiva a participação; reconhece e valoriza aqueles que têm conhecimento e domínio sobre questões específicas; motiva; delega poder e responsabilidades; é acolhedora, pessoal e direta; colabora - “pega junto” ao invés de mandar etc. E tudo isto sem deixar de ser firme e agressiva quando se faz necessário. Por outro lado é carismática porque sua autoridade é reconhecida e legitimada pelo seu carisma.

Outra pergunta feita às mulheres foi sobre as diferenças entre a liderança feminina e a masculina. A intenção era saber se elas viam distinção no modo de liderar de homens e mulheres, e quais eram estas elas.

A exceção de uma liderança, que ficou em dúvida e disse não saber se tinha diferença e que acreditava que o que diferia era a personalidade de cada pessoa, independente do sexo (Anelise), todas as outras entrevistadas disseram haver sim diferenças, e apontaram:

[...] os homens que eu convivo são mais centralistas, de “eu faço”, e não é “nós vamos fazer”, eles centralizam muito as questões para eles resolverem, e eu vejo que as mulheres ampliam mais, elas distribuem as responsabilidades. (Ana)

As mulheres são mais organizadas e persistentes. (Bárbara)

Eu acho que a mulher é mais humilde, e fazem muito mais, mais na prática do que na falação, nosso ex-presidente enchia o peito para dizer que era presidente, e daí você observa no [entidade], que quando a liderança é homem eles se acham, “eu sou presidente”, eles são muito grande, e na prática as mulheres fazem bem mais (Cátia).

Eu acho que o feminino é mais prática, os homens complicam um pouco, eu acho que tudo para eles é mais complicado, e a gente vai mais na praticidade. Uma é que ele já fica na posição de que ele manda, então se tu tem um presidente do conselho comunitário e uma diretoria ele vai ficar mandando nos outros, enquanto a mulher não, a mulher vai pegar junto, são poucos os homens que pegam juntos, não vou dizer que não existe, mas são poucos (Carla).

Liderança feminina procura mais agregar, “cuidar da casa”, ouvir, marcar reunião para propor solução. A masculina já quer mais brigar, manifestar, discutir, fazer alarde, manifesto, faixas, jornal (Marcela).

E ainda, segundo elas, a afetividade comumente atribuída às mulheres interfere de modo positivo no exercício da liderança, nas palavras de Ana: “*Eu acho que contribui, porque a gente vê muitas vezes as coisas por um outro lado, tem mais jogo de cintura para discutir algumas questões que os homens são mais turrão, eu acho que ela contribui*”. E ainda segundo Camila: “*Não sei. Afetar!? Afeta, mas não negativamente. Afeta no sentido de que eu te falei, no aspecto positivo no sentido de ter um processo diferente, de ter mais essa sensibilidade, de ser mais conciliadora, mais mediadora. Então, às vezes, se ela se emociona, chora, eu não acho que isso seja uma coisa negativa, porque tem gente que fala ‘ah! Porque é emotiva e tal’, mas eu acho que esse é o nosso diferencial*”.

Os relatos das mulheres vão ao encontro do que diz Carreira et al. (2001) sobre a nova maneira de ser, pensar e agir no mundo, denominada de novo paradigma. Segundo as autoras, as mulheres têm contribuído significativamente para este novo paradigma. “Características como flexibilidade, sensibilidade, intuição, capacidade para trabalhar em equipe e administrar a diversidade, além de dizer mais vezes ‘nós’, do que ‘eu’, estão em voga e assinalam,

segundo alguns estudiosos, um emergente estilo feminino de liderança” (CARREIRA et al., 2001, p. 43).

Ao que tudo indica, por meio dos depoimentos colhidos, as lideranças entrevistadas já se deram conta das vantagens de seu estilo de liderar e, portanto, vêem características como a afetividade de maneira positiva, capazes de contribuir e agregar, inaugurando um novo modo de liderar, mais adequado ao mundo atual. São características que fazem sim a diferença e confirmam que se trata de uma liderança transformadora!

4.2 Público e Privado: Conciliando os Dois Espaços

O trabalho político, sobretudo o militante em Movimentos Sociais, onde na maioria das vezes não há remuneração, e,

[...] em particular os cargos diretivos exigem uma disponibilidade e flexibilidade no que se refere a horários e tarefas e também uma vinculação pessoal e um compromisso ilimitado, generalizado e difuso. As mulheres têm muito claro que a política não se exerce em tempo parcial e que sua disponibilidade produto das responsabilidades e existência de pressões familiares alteram sua capacidade para tomar decisões: impõe limites a seu trabalho político e entrega aos homens um argumento contundente para sua exclusão (HOLA & PISCHEDDA, 1993, p. 98 – *tradução livre*).

E ainda,

O papel doméstico tem um peso decisivo no desenvolvimento de carreira das mulheres, pois se constitui em um pano de fundo sempre presente, em uma idéia que opera como obstáculo à sua participação. As obrigações domésticas determinam que os homens vejam com preocupação seu potencial compromisso com o trabalho político e a continuidade e entrega que este requer. Devido a isto, a avaliação que se faça de seu desempenho estará permeada pelo estereótipo de esposa-mulher-mãe que opera nas representações coletivas e que atribui à mulher uma menor eficiência e dedicação como produto de seu duplo papel. Opera o juízo antecipado de que é inevitável que ela privilegie seu papel doméstico (HOLA & PISCHEDDA, 1993, p. 99 – *tradução livre*).

Desta forma e como já trabalhando nesta pesquisa, as lideranças femininas são obrigadas a conciliarem múltiplas funções. Dividem seu tempo entre a família, o trabalho assalariado, o movimento social, os afazeres domésticos e, em alguns casos, os estudos.

Diante desse quadro, quase não sobra tempo para elas mesmas e para o lazer, com isto muitas mulheres não suportem o excesso de atividades e acabem desenvolvendo problemas de saúde. O tema é trazido por Carreira et al. (2001, p. 129), que dizem:

O aumento da incidência do alcoolismo e das doenças circulatórias (especialmente as do coração) na população feminina mostra que o atual estilo de vida não condiz com hábitos saudáveis nem sustentáveis. Embora as brasileiras tenham uma expectativa de vida de seis anos superior à dos homens, sua qualidade de vida nem sempre acompanha a mesma lógica.

O estresse também decorre de alguns fatores ligados diretamente à liderança. Entre estes fatores estão: i) o medo do fracasso, que faz com que muitas mulheres evitem assumir cargos de muita responsabilidade. A tendência neste caso é serem apontadas para os cargos, ao invés de buscarem as posições; ii) a síndrome da super-mulher, decorrente do acúmulo de trabalho e das múltiplas atividades; iii) a falta de valorização externa que as torna emocionalmente frágeis e sejam presas fáceis do estresse (CARREIRA et al., 2001).

Desta forma, para evitar o estresse e outras doenças ligadas à sobrecarga de trabalho, resta às mulheres uma adequada administração de seu tempo. O que nem sempre é tarefa fácil. Embora,

[...] para se organizar como ‘ser’ humano, especialmente a mulher, criada para ser um ‘ser para os outros’, precisa criar e manter cotidianamente um espaço para si, onde possa ser quem realmente é e não apenas uma função que está desempenhando, uma tarefa que está fazendo e/ou uma das coisas que tem (CARREIRA et al., 2001, p. 133).

Planejar adequadamente se torna essencial para o exercício de uma liderança saudável. É necessário priorizar, dividir as atividades por ordem de importância, e ainda assim classificá-las em urgentes e não-urgentes. Delimitar um espaço para cuidados pessoais e para o lazer, sem usar a desculpa que “meu trabalho é meu lazer”. O trabalho profissional e/ou militante não deve intervir nas atividades domésticas e de lazer, e nem as atividades domésticas impedirem a saída da mulher do espaço privado da residência.

Além da administração do tempo, é necessário que sejam aprimoradas as relações profissionais e familiares para que sejam delegadas funções aos outros membros da casa e do trabalho/movimento social, de forma que a mulher, não fique sobrecarregada. É preciso que se estabeleça uma cultura familiar baseada na cooperação. No decorrer das entrevistas ficou evidente que

por sua parte, as mulheres buscam equilibrar o papel político com o papel doméstico, selecionam responsabilidades e tarefas evitando o conflito, a culpa, a má consciência, as frustrações, o estresse. O peso do doméstico é diferente dependendo da ambição e motivação que se tenha. Salvo uma entrevistada que afirma haver superado “faz tempo a culpa”, aquelas mulheres que privilegiam o papel político desenvolvem um discurso não carente de culpabilidade, pois a política lhes exige uma entrega que, geralmente, significa dispor de menos tempo para compartilhar com a família, em particular com os filhos” (HOLA & PISCHEDDA, 1993, p. 99 – tradução livre).

As entrevistas realizadas trouxeram informações que vem ao encontro do exposto pelas autoras. Sobre a relação com os filhos e a família uma entrevistada respondeu:

É claro que eu até tenho deixado a desejar, eu parei de ser aquela dona de casa que deixava tudo arrumadinho, no lugar. (...) E os filhos cobram um pouco, eles ficam tudo assim, parece que eles estão órfãos.

Às vezes eu fico me sentindo culpada, de não dar mais atenção para eles. Se eu tivesse um cônjuge ou um namorado seria complicado, eu não poderia me dedicar tanto. Só que tem um limite para o movimento também, eu vou ficar dois anos, depois eu vou dar uma outra guinada. Eu acho (...), no meu caso, se eu fosse casada, teria grandes problemas, mesmo com o marido compreensivo, porque quando a mulher trabalha fora e é remunerada já enfrenta este problema, ainda mais com um trabalho voluntário de doação, eu acho que seria uma tragédia. Eu acho que meus filhos se ressentem também da minha ausência, mas eu já fiquei em casa muito tempo, e eu não vou reprimir o meu desejo de ir para vida pública por causa da família, eu já fiz isso por 30 anos, eu não tenho mais marido, meus filhos já estão criados, são independentes, eles vão ter que aprender a viver com uma mãe desse jeito, vejo que tem uma carência, mas vi também que eles ficaram bem felizes comigo. (Anelise)

Anelise fala em culpa, e o que vemos é que apenas as mulheres carregam esta culpa, a grande maioria dos homens passam o dia inteiro longe dos filhos e não se sentem culpados por isso. A socialização machista incute estes papéis em toda a sociedade, de tal maneira que os próprios filhos cobram apenas suas mães. Sobre isto Iolanda diz:

Às vezes eu encontro umas mulheres boas, que têm poder aquisitivo, com carro, dinheiro, mas elas não têm força de levar em frente, porque elas têm filho, marido e elas criam os filhos no machismo, que eles têm que ter tudo na mão, com aquela história de rainha do lar, que é mais uma empregada do que rainha. Ela é rainha para limpar a casa, mas não tem liberdade de participar das coisas, porque os filhos e o marido não deixam, e elas se submetem, ficam quietas. E também tem aquele negócio, deixa assim mesmo, alguém há de fazer [a luta, o movimento social], mas no duro no duro é essa educação machista (Iolanda).

Todas as mulheres entrevistadas apontaram na dificuldade em compatibilizar vida pessoal, vida familiar e vida profissional/pública, como sendo o maior obstáculo ao exercício da liderança. As entrevistadas ou são solteiras, ou separadas, ou então se declaram como

“sortudas” e exceções por seus companheiros e demais familiares compreenderem seu envolvimento em atividades sociais e de liderança. Quando perguntado a uma liderança divorciada se ela nunca havia casado novamente, a resposta foi contundente:

Não, não deu. Não me agüentavam. Não tinha nenhum santo que me agüentasse (...) Eu até que tentei, mas era este negócio “Ah! Mas você não para em casa, toda hora é reunião em não sei aonde”, e eu dizia “Não seja doido de não me avisar de algum telefonema de reunião”, então não dava certo, porque não apareceu um guerreiro igual a mim, que fazia as lutas dele. Apareciam aquelas coisinhas chinfrins, com o pé no chão, que não evolui, egoísta, e quer ficar só para si, então não dava certo, eu até que tentei, mas não dava (Iolanda).

Foi perguntado às mulheres também como a saída da mulher para o trabalho comunitário, no horário noturno, interfere na qualidade de vida conjugal e familiar? E as respostas mantiveram a mesma linha das anteriores, manifestando as dificuldades encontradas. Bárbara deixa claro o quanto as saídas noturnas interferem e diz: *“Muito. Deixar os filhos e o marido em casa é muito complicado. Tenho problemas por conta disso. Tanto das filhas quanto do marido”*. E Carla complementa:

Interfere muito, interfere na educação dos filhos, interfere psicologicamente, eu já tive problemas com a minha filha, problemas de comportamento por causa disso, mas a partir da hora que você conversa... Eu sempre converso com os meus filhos que eu estou tentando montar o [bairro] para eles amanhã (...), então eu digo para eles do meu cansaço quando eu chego, que é por uma melhor qualidade de vida para eles e para os amigos deles. Mas interfere muito, emocionalmente, interfere em tudo, eu creio que se eu tivesse um companheiro hoje eu viveria em briga, se ele não fosse dessa área e tivesse essa questão comunitária também nós viveríamos em briga. Eu acho que os grandes casais são os que são totalmente comunitários. [...] no começo eu tive um grande trabalho, porque meu pai tem uma tradição antiga, e ele achava que eu não estava em reunião, achava que eu estava aprontando, que é o pensamento machista [...] (Carla).

O depoimento de Camila confirma o de Carla que diz que só seria possível ter um cônjuge se este também fizesse parte do movimento. Camila diz que em seu caso é tranquilo porque ele também é um militante político.

As entrevistadas confirmaram o exposto nas seções anteriores, quando o referencial teórico diz que a vida doméstica impede ou dificulta muito as atividades de liderança e na mesma medida o exercício da liderança afeta de forma “trágica” as relações conjugais e familiares.

Nos relatos, praticamente todas as mulheres disseram dar conta de administrar seus múltiplos papéis, porém o que se percebe, através de suas falas, é que isto não é verdade. Poucas, ou quase nenhuma, dispõe de tempo para lazer, e para si próprias e mesmo aquelas

que não exercem uma atividade profissional, além da liderança política e da vida doméstica, dividem todo seu tempo entre a família e a liderança, não restando espaço para outras atividades. As palavras de Ana demonstram isto:

Eu distribuo o meu tempo, de manhã eu sou exclusivamente para minha vida familiar, cuido das coisas. Eu me agendo, então eu distribuo dentro do tempo. De manhã praticamente a exclusividade é de casa, porque eu tenho criança pequena que tem que fazer tarefas e outras coisas curriculares, e à tarde eu me agendo para o que for necessário, e a noite é exclusivamente para o movimento, não tem uma noite que eu fique livre (Ana).

Ana, por exemplo, diz que lazer “*Só nos finais de semana, e com raríssimas exceções em algumas noites quando têm aniversários*”. E outras fazem relatos ainda mais sérios, como, por exemplo, uma mulher que diz que deixou tudo de lado, porque necessita organizar seu tempo de acordo com o movimento e outra que diz que o movimento é seu lazer:

Eu parei de ir ao cinema, ao teatro, você fica com muito pouco tempo porque as reuniões não têm horário e dia para acontecer, sem tem eleição no sábado você tem que ir, eles te convidam e você não pode dizer não para uma comunidade, você tem que estar o tempo todo organizando o seu tempo em função das atividades do movimento. [o lazer] Está de lado. No máximo, depois da reunião ir tomar uma cervejinha com o pessoal do movimento (Anelise).

Carla por sua vez, na mesma fala em que diz que o movimento é seu lazer e que tenta integrar seus filhos nesta atividade como forma de estar mais perto deles, também diz: “*Mas eu sinto falta sim, de poder ir à praia, de poder estar curtindo o crescimento dos filhos, de estar acompanhando*”.

Algumas apontam outras atividades profissionais como seus momentos de lazer, Cátia diz: “*Lazer para mim é cortar cabelo. Cortar cabelo para mim é uma benção. Eu sempre digo que o meu sonho é ser cabeleireira. Porque agora sábado eu só corto cabelo, e tem muita gente que corta comigo, às vezes vou até às 22h00min cortando cabelo*”.

Quando questionadas sobre a carga horária de trabalho no exercício da liderança, a grande parte não soube precisar, pois segundo elas, as atividades no movimento são tão diversas, quanto ao tipo, dias e horários que se torna impossível calcular. Nas palavras das lideranças:

Nem sei dizer. Eu dedico mais tempo para a associação do que para agente de saúde, porque agente de saúde não cumpre horário, cumpre tarefa, então às vezes eu faço minhas tarefas de agente de saúde no domingo, às vezes eu faço de noite, as visitas nas crianças, nas gestantes, as visitas obrigatórias eu faço de noite e durante o dia eu trabalho para a associação (Cátia).

Carla complementa:

Praticamente eu trabalho 24 horas para o conselho, porque você querendo ou não, um ou outro assunto, mesmo dentro de casa acaba caindo no conselho (...) Então querendo ou não você fica refém do conselho, e isto atrapalha um pouco a sua vida familiar (Carla).

Algumas como Bárbara assumem não conciliar: “*Não concílio, na maioria das vezes sou malvada e deixo a família de lado. No movimento comunitário à noite e nos finais de semana*”. Vemos aqui novamente as mulheres se culpando. A maioria dos homens jamais diria que são “malvados” porque deixam a família de lado.

Apenas duas entrevistadas mencionaram uma atividade que realizam extra-lar, extra-liderança e extra-trabalho profissional, e que é encarada como atividade prazerosa de lazer. Uma diz:

Já já eu vou estar igual os atores da Globo, nós já vamos para dois anos e meio e no ano que vem a gente termina o curso de teatro, aqui no SEST SENAT. Na escola eu sou a vovó, porque eu tenho 62 anos agora, e do resto o mais velho tem 30 anos, o resto é molecada, 17 e 15, porque menos não pode. E já fizemos peça, fiz papel de uma vovozinha, e de uma empregada que vira patroa. E eu gosto disso ai, porque desinibe. A gente está em contato com outros atores, eles vêm visitar a gente. A gente vê que é um pessoal de cabeça muito boa, de cabeça liberada no sentido da arte, e eu gosto disso. E para mim que vivo trabalhando, que vivo nessa batalha minha, à noite vou lá ao teatro, tem a teoria que a gente tem que estudar, tem que fazer as provas e tudo, e tem a prática. E a prática é melhor, porque a gente descontrai. É muito bom. [pode ver] Quem não tem tempo a gente pode convidar ele que ele vai participar, [mas] aquela pessoa que tem muito tempo não participa de nada. E é assim, eu consigo tempo para tudo isso ai (Iolanda).

E a outra relata que “*É um dinheiro que eu acho que não perco, e invisto bastante, música, sair com os amigos, eu curto muito*” (Camila).

Dentre diversas questões levantadas por esta pesquisadora, viu-se que mesmo com tantas dificuldades as mulheres conseguem desdobrarem-se para desempenharem da melhor forma todos os papéis que lhes são designados. Porém um deles acaba ficando de lado, o papel de mulher enquanto sujeito que merece um tempo para cuidados pessoais e lazer. Ocorre que elas costumam não demonstrar isto, mascarando as próprias atividades profissionais e de liderança como seus lazeres. É fato que constitui uma conquista adentrar este mundo tão “predestinado” aos homens e como qualquer conquista é justo ou compreensivo que seja encarada com certo grau de prazer, porém a sobrecarga de múltiplos papéis também pode desencadear desde frustrações leves até doenças psicossomáticas mais graves.

5 CONCLUSÃO

O Serviço Social tem se vinculado a problemáticas que advêm de situações de exclusão e vulnerabilidade sócio-econômica. A prática das Assistentes Sociais tem sido voltada para a preservação e efetivação de direitos, e, ainda, para a implementação de políticas públicas orientadas para a superação de situações de precariedade econômica, dado que estas impedem e limitam o acesso ao desenvolvimento e à qualidade de vida das pessoas. Com isto, o cotidiano do trabalho profissional tem exigido pesquisas sobre dados que nem sempre se encontram disponíveis nos registros ou cadastros das instituições.

Nesta perspectiva uma das principais ferramentas utilizadas pelas Assistentes Sociais é a pesquisa e a investigação com vistas a aprofundar o conhecimento da realidade dos sujeitos assistidos, a fim de subsidiar e qualificar a intervenção profissional. Conhecendo adequadamente os sujeitos, à luz de suas próprias trajetórias, é possível mobilizá-los em direção à participação social, e, finalmente, à conquista dos direitos de cidadania.

No caso dos movimentos sociais o trabalho da Assistente Social se dá na perspectiva de fortalecimento, cujo enfoque se assenta na detecção ou no desenvolvimento de capacidades de liderança, que possam ser potencializadas no interior das comunidades ou grupos, com o objetivo de promover o desenvolvimento de redes de apoio e o estabelecimento de vínculos sociais, servindo de base para o desenvolvimento de suas próprias comunidades.

Tarefa nada fácil, assim as organizações e profissionais desta área, devem conhecer os fatores que facilitam e obstaculizam o desenvolvimento destas lideranças, a partir de elementos históricos, familiares ou pessoais que, de certa forma, explicam porque algumas pessoas são líderes e outras não.

E, quando falamos em participação feminina, esta situação se particulariza ainda mais, pois estamos falando de sujeitos que foram destinados historicamente a não participar no espaço público e, menos ainda, ter voz e liderança.

Assim, com esta pesquisa, se espera dar maior visibilidade as lideranças, criar antecedentes que sirvam de orientação ao desenho de estratégias para o fortalecimento e desenvolvimento da liderança feminina, com especial cuidado àqueles fatores que trazem conseqüências negativas às líderes e suas famílias.

O que pretendemos dizer é que o Serviço Social deve trabalhar com os sujeitos visando à emancipação dos mesmos, em uma direção que enfatiza o compromisso profissional com as lutas sociais da classe trabalhadora, mas que também aponta para a superação da ordem burguesa, com vistas a uma nova sociabilidade (ABREU, 2002). No caso especial deste trabalho, buscou-se contribuir “[...] para a formação de lideranças capazes de questionar as relações de poder desiguais, a invisibilidade histórica das mulheres e de buscar maior inserção feminina nas esferas de decisão e poder” (CARREIRA et al., 2001, p. 09).

Cabe destacar que o trabalho com mulheres tem uma implicação direta nos sucessos e acontecimentos dos espaços familiares, portanto, foi necessário adentrar na dinâmica das famílias na hora de estudar as lideranças femininas, particularmente neste estudo, onde se evidencia que as líderes entrevistadas dedicam uma grande quantidade de seu tempo aos trabalhos fora de casa, mesclando-os com suas tarefas domésticas e suas relações familiares. Onde, em alguns casos, os (as) filhos (as) têm crescido no meio das atividades desenvolvidas pelas mães fora do lar. Enfim, a dinâmica familiar de alguma forma, vai adequando-se às responsabilidades que estas líderes vão assumindo em seus trabalhos públicos.

É importante ainda fazer um balanço entre os objetivos propostos por esta pesquisa e o seu alcance. Bem como algumas sugestões para ampliação de futuras pesquisas na mesma temática.

Sobre os motivos que levaram as mulheres a se inserirem em um movimento social e, posteriormente, a assumirem cargos de liderança, foi constatado que na maioria dos casos a motivação principal foi a de solucionar demandas do próprio bairro onde viviam. E após sua inserção, movidas por um sentimento de justiça, e necessidade de “cuidar” daquela região, foram se dedicando e se engajando, até que adquiriram legitimidade e puderam então assumir postos de liderança.

Outro objetivo deste trabalho foi o de identificar os impedimentos e dificuldades que as mulheres tiveram para assumir suas lideranças e também para exercê-las. O que se viu foi um emaranhado de dificuldades, na sua maioria ligada à condição histórica da mulher, na

qual são atribuídos os cuidados relativos à esfera doméstica e à reprodução, e aos homens o mundo público. O fato é que há anos vemos crescer o número de mulheres chefes de família, ou que precisam de seus trabalhos assalariados como forma de complementar a renda doméstica. Assim, elas saem do espaço privado e adentram o mercado de trabalho. Porém, não vimos o movimento inverso, o que faz com que estas mulheres mantenham seus papéis de mãe, esposa, dona de casa e, ainda, acrescentem os de trabalhadora. No caso especial das lideranças entrevistadas, geralmente a militância representa ainda mais uma atividade, além de todas as descritas.

Constatamos neste trabalho que os desafios são muitos, para adentrarem a este mundo público e político, tido como masculino “por excelência”, elas precisam superar o machismo, as discriminações decorrentes deste tipo de socialização, o sentimento de culpa por deixarem seus filhos sem tantos cuidados, a falta de tempo, o cansaço decorrente das duplas e triplas jornadas, as discussões conjugais, ou, ainda, abdicar de uma vida conjugal pela impossibilidade de conciliá-la com o movimento. Não é à toa que muitas das mulheres só adentraram aos movimentos quando seus filhos já estavam “grandes” ou que relataram que para militar é preciso ser solteira ou separada, se não quiser enfrentar problemas em casa. Tudo isto faz destas lideranças verdadeiras guerreiras.

Propomos-nos também a reconhecer se existem, no entender das mulheres entrevistadas, diferenças entre as lideranças masculinas e as femininas, e o que constatamos foi que esta diferença não só existe como demarca um novo estilo de liderança, marcado por valores éticos e democráticos, entendido neste trabalho como liderança transformadora.

A diferença constatada através dos depoimentos das mulheres sobre “estilo” de liderança aponta para uma outra lógica, que não a atual lógica do mercado que impõe um padrão societal individualista, competitivo, e que desrespeita a ética democrática. Ao contrário, vimos um estilo de liderança, pautado pela ética e com forte apelo democrático e participativo. Trata-se de um estilo de liderança diferenciado, mais voltado para a harmonia e união, que coloca as pessoas como foco principal, transformando interesses individuais em interesses de grupo, mobilizando os sujeitos a buscarem com entusiasmo os objetivos definidos, sem que sejam esquecidos princípios como a ética a justiça e a equidade.

Como última observação, deixamos a sugestão de ampliação deste estudo, de maneira que possa ser rastreado o número de mulheres militantes em movimentos sociais hoje na Grande Florianópolis e, deste modo, saber quantas delas ocupam postos de liderança. Propõe-se estender a pesquisa aos canais formais de participação política, estudando as lideranças femininas na política partidária da região. E, finalmente, verificar como está sendo

desenvolvido (caso existam) trabalhos da área do Serviço Social na direção de empoderamento destas mulheres.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

AFHKAMI, M; EISENBERG, A.; YAZIRI. H. **Liderazgo para la toma de decisiones: manual de entrenamiento en liderazgo para mujeres**. Traducción de Malena de Montis y Laura Baumeister. Bethesda: Asociación de Mujeres por el Aprendizaje de sus Derechos, el Desarrollo, y la Paz (Women's Learning Partnership WLP), 2005. Disponível em: <http://www.learningpartnership.org/docs/spanishlhcmanual.pdf> Acesso em: 1 fev. 2007

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: 11 dez. 2007.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres em Movimento: voto, educação e trabalho**. Ouro Preto: REM, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BEM, Ari Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 11 dez. 2007.

BENDIX, Reinhard. **Max Weber, um perfil intelectual**. Tradução de Elisabeth Hanna e José Viegas Filho. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BOBBIO, N. Verbete: Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

BRASIL. PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO. **Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Ministério das Cidades; CONFEA, 2004.

CACCIA-BAVA, Silvio. **Participação, representação e novas formas de diálogo público**. In: CACCIA-BAVA; PAULICS; SPINK (Org.) **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção** São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2002.

CAMPS, Victoria. **O século das mulheres**. Tradução de Regina Louro. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

CARREIRA, Denise; AJAMIL, Menchu; MOREIRA, Teresa. **Mudando o mundo: a liderança feminina no século 21**. São Paulo: Cortez; Rede Mulher de Educação. 2001.

CRUZ NETO, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, Maria C. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania**. In: DAGNINO, Evelina. (Org.) Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.103-115.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas: Paz e Terra, 2006.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **As representações do feminismo entre ex-integrantes do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará**. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/A/Ana_Rita_Fonteles_Duarte_40.pdf. Acesso em: 20 nov. 2007

DUARTE, Luiz Claudio. Os movimentos sociais urbanos nos anos 70 e 80: um balanço historiográfico. **Vértices**, Rio de Janeiro: Escola Técnica Federal de Campos, ano 3, n. 1, p. 33, Abr. 2000.

Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Régis, 2004.

GAMBA, Susana B. **Diccionario de estudios de género y feminismos**. Buenos Aires: Biblio, 2007.

GARCIA, R.C. **Iniquidade social no Brasil: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento**. Brasília: IPEA – Texto para discussão, n. 971, 2003, p.14. Disponível em: <http://www.desempregozero.org.br/ensaios_teoricos/iniquidade_social_no_brasil.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2008.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos populares urbanos e democracia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 17, p. 15 - 28, abr.1985.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GRANADOS, Verônica. **Breve história del feminismo**. 2006. Disponível em: http://sepiensa.org.mx/contenidos/2006/hist_femini/hist_femini_2.htm. Acesso em: 11 dez 2007.

HOLA, Eugenia; PISCHEDDA, Gabriela. **Mujeres, poder y política: nuevas tensiones para viejas estructuras.** Santiago de Chile: Centro de Estudios de la Mujer, Ediciones – CE,. 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social.** Brasília: Capacitação em Serviço Social e Política Social – Crise contemporânea, questão social e Serviço Social, módulo 01, CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

LIMA, Marinús Pires de; NUNES, Cristina. **Movimentos coletivos na era da globalização.** VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel13/marinus_pires_de_lima.pdf> Acesso em 05 de jan. de 2008.

LISBOA, Tereza Kleba. **Gênero, Raça e Etnia: trajetórias de vidas de mulheres migrantes.** Florianópolis: Ed.da UFSC/Chapecó: Argos 2003.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A Intervenção do Serviço Social Junto à Questão da Violência Contra a Mulher. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 199-210 jul./dez. 2005.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz. Garibotti. **Gênero e Questão Social - contemplando a equidade de gênero nas políticas públicas.** In: 12 Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade, 2007, Foz do Iguaçu / Paraná. A Questão Social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 2007. v. 1. p. 15-19.

LISCIA, María H. B.. Verbete: **Participación y feminismo.** In: GAMBÁ, Susana B. **Diccionario de estudios de género y feminismos.** 1ª ed. Buenos Aires, Biblio., 2007.

LÓPEZ, Mercedes. Verbete: Liderazgo. In: GAMBÁ, Susana B. **Diccionario de estudios de género y feminismos.** Buenos Aires: Biblio, 2007.

Históriasiglo20.org. Los Orígenes del Feminismo Histórico (1789-1870). Disponível em: <http://www.historiasiglo20.org/sufragismo/origfem.htm>. Acesso em: 04 maio 2007.

LUSA, Mailiz Garibotti. **GÊNERO, CLASSE, RAÇA E ETNIA, LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO E EXPRESSÃO SEXUAL: Quando a ausência destas abordagens no currículo dos cursos de Serviço Social se torna dificuldade para o atendimento.** Texto apresentado para a turma na aula do dia 29/11/2007, ministrada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero – NUSSERGE / DSS.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **Atores Sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero.** São Paulo: Annablume, 1995.

MASSIAH, Gustavo. **Os Movimentos Sociais Urbanos.** 2005. Disponível em: http://www.oidc.org.br/oidc/img/img_downloads/Os%20movimentos%20sociais%20urbanos.pdf. Acesso em: 2 jan. 2008.

MEDEIROS, Rossini de Azevedo. **A maestria do equilíbrio de valores masculinos e femininos na liderança transformadora.** Monografia apresentada ao Libertas Consultoria e

Treinamento, como requisito para o título de especialista em Gestão de Equipes, Recife, 2007. Disponível em: <http://www.libertas.com.br/imagem/biblioteca/medeiros.rossini.de.azevedo.2007.pdf>. Acesso em: 0 jan. 2008.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. Abrasco: São Paulo / Rio de Janeiro, 1996.

MORENO, Aluminé. **Verbete: Participación de las mujeres**. In: GAMBA, Susana B. **Diccionario de estudios de género y feminismos**. 1ª ed. Buenos Aires, Biblio., 2007.

MOTTA, Flávia de Mattos. **Gênero como construção social e simbólica – uma discussão para educadores?** In: SARTORI, Ari José; BRITTO, Neli Suzana (Orgs). **Gênero na educação: espaço para a diversidade**. 2 ed. Florianópolis: Genus, 2006, p. -121.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização do mundo do trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho Duplicado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PAOLI, Maria Célia. **Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político**. In: HELLMANN, Michaela. **Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

PEÑA, C. Yudith. **Participación de la mujer en lo "público":** Posibilidad de subvertir el orden patriarcal. Disponível em: http://isachishacta.atarraya.org/participacion_mujer.html. Acesso em: 27 abr 2007.

PEDRO, Joana Maria; SAPRIZA, Graciela (Coord). **Resumo Simpósio Temático ST40 - Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX**. Seminário Fazendo Gênero VII. UFSC. 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_40.html>. Acesso em: 07 dez. 2007.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica** História, Franca, v. 24, n. 1, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-42005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 dez. 2007.

PERUZO, Cecília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PETRACA, ORAZIO, M. **Verbete: Liderança**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. (Série Documentos) 224p. Disponível em: http://200.130.7.5/spmu/docs/vozes_femininas.pdf. Acesso em: 8 jan. 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político.** In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs). Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992. p.127-149.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

REDE MULHER. **Retrato dos clubes de mães e grupos de mulheres da zona leste de São Paulo.** Pesquisa-Avaliação dos Clubes e Grupos de Mães da Cidade de São Paulo, Documento nº 3, 1985 (mimeo).

RIBEIRO, Edalea Maria. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: os anos 90.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

RODRIGUES, Almira Disponível em: <http://sepiensa.org.mx/contenidos/2006/hist_femini/hist_femini_2.htm> Acesso em: 11 nov. 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. Los nuevos movimientos sociales. OSAL – **Observatório Social de América Latina.** Número 5, Setembro de 2001. Disponível em: <<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal5/>>>. Acesso em: 9 de jan. de 2008.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80).** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAWAIA, Bader. Participação Social e subjetividade. In: SORRENTINO, Marcos (Org). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: Educ/Fapesp, 2001, p. 115 – 134.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Métodos Científicos. In: SILVA, Edna Lúcia da. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. p.19-23.

SILVA, Valdir Alvin da. **Poder político e políticas públicas: inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina – uma história de dominação de classe.** Florianópolis, 1996. Dissertação. (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A Classe Operária tem dois Sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

SOUZA, Marcelo de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** 4. ed. . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VITALE, LUIS. **La especificidad latinoamericana de los movimientos sociales feminista, ecologia y cristianos de base.** V congreso nacional de sociologia. Medellín, 1985. Disponível em: http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/lb/filosofia_y_humanidades/vitale/obras/sys/aaml/j.pdf Acesso em: 24 jul. 2004.

WEBER, Max. **Os pensadores: Textos selecionados.** Seleção e traduções de Maurício Tragtenberg. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro de Entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

I – Da individualidade – Vida Privada

1 – Nome:

2 – Qual a sua idade em anos cumpridos?

3 - Estado Conjugal: () Solteira
 () Casada
 () Separada
 () Viúva
 () União Estável

4- Tem filhos: () Sim () Não

Nº de Filhos	Idades

5 - Local de Residência: Cidade: _____ UF _____

Bairro: _____

6 - Local de nascimento: Estado: _____ Cidade: _____ País: _____

07 – Escolaridade:

Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Completo
<input type="checkbox"/> Incompleto	<input type="checkbox"/> Incompleto	<input type="checkbox"/> Incompleto	<input type="checkbox"/> Incompleto
Curso:			

08 – Qual(is) a(s) fonte(s) de sua renda? (Favor indicar todas as fontes de renda pessoal, independentemente do montante da mesma)

- Salário próprio Ajuda dos pais Salário do Cônjuge Pensão
 Aluguéis Outros: _____

II - Do profissionalismo e da militância política - Vida Pública:

01 - Como você ingressou na militância sócio-comunitária e por que você optou por participar ativamente de um movimento sócio-comunitário? Qual foi a motivação principal que a levou a ingressar no Movimento?

02 – No seu passado histórico já assumiu alguma posição de liderança?

03 – Quais os principais desafios enfrentados e os que você ainda enfrenta no desempenho de seu cargo de liderança?

04 - Dentro do Movimento Sócio-Comunitário, onde você atua:

- a) Local onde você trabalha (Associação/Conselho, ONG, etc.): _____
b) Qual o seu cargo: _____
c) Que tarefas você desempenha: _____
d) Carga Horária de trabalho: até 10 horas semanais
 até 20 horas semanais
 até 30 horas semanais
 até 40 horas semanais
 mais de 50 horas semanais

05 – Você trabalha atualmente fora do Movimento Sócio-Comunitário? Sim Não. Em caso afirmativo, indique:

- a) Local onde você trabalha: _____
b) Qual o seu cargo: _____

- c) Que tarefas você desempenha: _____
- d) Carga Horária de trabalho: () até 10 horas semanais
() até 20 horas semanais
() até 30 horas semanais
() até 40 horas semanais
() mais de 50 horas semanais

06 - Existe diferença entre vocação e profissão. Que paralelo você faria para distinguir o significado dos dois termos no que concerne à militância sociocomunitária?

07 – Você se sente, ou já se sentiu discriminada por outros membros do movimento sócio-comunitário? Homens e/ou mulheres?

08 – Qual seu estilo de liderança. Defina suas características.

09 – Em uma situação de conflito você:

- () Defende os interesses dos demais em detrimento dos seus interesses.
() Defende o interesse próprio em detrimento dos demais.
() Tenta resolver os conflitos de modo que ambas as partes ganhem.

10 - Que diferenças você observa entre o exercício da liderança por parte de homens - liderança masculina e por parte de mulheres - liderança feminina?

11 – Em sua opinião, porque tão poucas mulheres ocupam cargos de chefia e direção nos movimentos sócio-comunitário?

12 – O que impede às mulheres de assumirem cargos de liderança?

III – Da Relação Público – Privado

01 - De que forma você concilia seu desempenho profissional com sua vida familiar?

02 - Ser mãe, esposa, liderança sociocomunitária, são algumas das atividades que você desempenha. De que forma você se organiza para conciliar estas múltiplas funções?

03 - De que maneira a afetividade interfere no exercício de sua militância?

04 - Como a saída da mulher para o trabalho comunitário, no horário noturno, interfere na qualidade de vida conjugal e familiar?

05 - No que se refere às questões de afetividade, **como você se relaciona com:**

- a) Seu cônjuge: _____
- b) Seus filhos: _____
- c) Seus familiares: _____
- d) Seus colegas de trabalho: _____
- e) Os homens da organização que lidera: _____
- f) As mulheres da organização que lidera: _____

06 - A militância social exige qualificação, dedicação e compromisso efetivo. De que tempo você dispõe para o lazer como uma necessidade básica de melhoria de seu trabalho e de qualidade de vida?

07 - Até que ponto as diferentes opções profissionais (tipo de profissão) e políticas entre o casal resultam positiva ou negativamente na qualidade de vida da mulher?

08 - Como a sua família reage frente a sua posição de liderança sócio-comunitária?

09 - Quais as vantagens que você vê no trabalho público, em relação ao trabalho doméstico?

10 - Quantas horas por dia você despende com:

- a) Relações familiares: _____
- b) Atividades Domésticas: _____
- c) Dormir: _____
- d) Trabalhar fora de casa (profissional / militância): _____
- e) Lazer: _____

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome por extenso do Participante da Pesquisa:

Prezada Senhora,

Esta pesquisa é para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre “Mulheres em movimento: estudo exploratório sobre a liderança das mulheres em Movimentos Sociais na região da grande Florianópolis” e está sendo desenvolvida pela acadêmica Priscila Larratea Goyeneche, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Professora Teresa Kleba Lisboa.

Objetivo Geral

Analisar o processo de liderança de mulheres que atuam hoje em movimentos sócio-comunitários da Grande Florianópolis.

Objetivos Específicos

- Conhecer os motivos que levaram as mulheres a assumirem cargos de liderança;
- Identificar os fatores que levaram estas mulheres a se descobrirem como lideranças;
- Mostrar os principais desafios que as mulheres ainda enfrentam no desempenho de seus cargos de liderança;
- Reconhecer se existem diferenças entre as lideranças femininas em questão com relação ao perfil de lideranças masculinas estabelecido pelos referenciais teóricos em uso.

Solicitamos a sua colaboração para realizarmos entrevistas gravadas, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo no Trabalho de Conclusão de Curso. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Qualquer informação entrar em contato com Priscila, nos telefones 3236.2040 ou 8403.3621